



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - UEFS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - MESTRADO

**"AQUI É TUDO UMA RAMA DE MAXIXE:"
Experiências de Trabalhadores
Rendeiros da Fazenda Engenho Sururu,
Varzedo-BA (1970-2000).**

Viviane Andrade de Assis

Dissertação final de Curso apresentada ao
Programa de Pós-graduação em História da
Universidade Estadual de Feira de Santana
– UEFS como requisito básico para a
obtenção do Grau de Mestre.

Feira de Santana

2013

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - UEFS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - MESTRADO

**"AQUI É TUDO UMA RAMA DE MAXIXE:"
Experiências de Trabalhadores
Rendeiros da Fazenda Engenho Sururu,
Varzedo-BA (1970-2000).**

Viviane Andrade de Assis

Orientador: Prof. Dr. Charles
D'Almeida Santana

Feira de Santana
2013

Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteado

Assis, Viviane Andrade de

A867a “Aqui é tudo uma rama de maxixe”: experiências de trabalhadores
rendeiros da Fazenda Engenho Sururu, Varzedo-BA (1970-2000) /

Viviane Andrade de Assis. – Feira de Santana, 2013.

158 f. : il.

Orientador: Charles D’Almeida Santana.

TERMO DE APROVAÇÃO

“AQUI É TUDO UMA RAMA DE MAXIXE:”

**Experiências de Trabalhadores
Rendeiros da Fazenda Engenho Sururu,
Varzedo-BA (1970-2000).**

Viviane Andrade de Assis

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Edinéia Maria O. Souza - UNEB
Doutora em História Social pela Universidade Federal Rio de Janeiro - UFRJ. Brasil.

Prof. Dr. Rinaldo César Nascimento Leite - UEFS
Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP,
Brasil.

Prof^a. Dr. Charles D'Almeida Santana - UNEB/UEFS (Orientador)
Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP,
Brasil.

Dissertação Defendida:

____/____/____

Aprovada:

____/____/____

RESUMO

Este texto tem como objetivo apresentar as experiências de trabalhadores rendeiros da Fazenda Engenho Sururu, localizada no município de Varzedo, Recôncavo da Bahia. Interessam aqui as relações de trabalho destes sujeitos a partir da vigoração do acordo oral de arrendamento com Humberto Guedes de Araújo – proprietário da

referida fazenda que foi doada no século XVIII através de concessão de sesmarias. O arrendamento rural era realizado entre quem possuía a terra e quem iria trabalhar nela. O proprietário das terras concedia acesso à terra e estabelecia as condições para permanecer no sistema de arrendamento. E o rendeiro tinha a obrigação de pagar a renda, conseqüentemente garantia o direito de sua família morar tão somente em casas de taipa e plantar lavoura de subsistência nas terras arrendadas. O estudo deste processo permite entender como essa relação, baseada no contrato oral, nas precárias condições de moradia, trabalho, e também na solidariedade e mutualismo entre os trabalhadores, se constitui em reinvenções da exploração e resistência no campo. Na referida fazenda, essas relações parecem ter sido empreendidas desde quando a mesma abrigava trabalhadores em condição escrava, possivelmente os antepassados de muitas das famílias ainda lá residentes. A partir da análise dessas experiências mediadas pelas narrativas orais, a proposta deste trabalho é apreender sobre o direito à terra das famílias rendeiras da Fazenda Engenho Sururu que nela moram e trabalham há algumas gerações, constituindo assim, os laços de aparentados entre os membros da comunidade que é um elemento que dá unidade ao grupo, ou seja, a “rama de maxixe”.

Palavras-chave: rendeiros, relações de trabalho no campo; narrativas orais; Recôncavo da Bahia.

ABSTRACT

This text has as object to present the experiences of renters workers of the Engenho Sururu farm, located at the city of Varzedo, Bahia's Recôncavo. Interests the work relationships of this renters through the constitution of an oral agreement with

Humberto Guedes de Araújo – the farm owner that was donated in the eighteenth century through the grant of sesmarias. The rural lease was signed between those who owned the land and who would worked on it. The landowner guaranteed the access to the land and established the conditions to stay in the lease. And the renter had to obligation to pay the rent, which guaranteed the right to live with his family as only in the mud houses and to plant subsistence farming in the leasehold lands. The study of this process allowed to understand how this relationship, based on an oral contract, poor living conditions, working and too in the solidarity, constituted itself as a reinvention of the exploration and resistance in the country. In that farm, these relationships appear to have been undertaken since when it housed workers in slave conditions, possibly, the ancestors of many of the families that still living there. From the analysis of these experiences mediated by oral narratives, the aim of this work is to understand about the land rights of the families that rented the lands of the Engenho Sururu farm, who live and work there for some generations, constituting, therefore, the ties of kindred among the community members, which is an element that gives the group unit, that is, "rama de maxixe"

keywords: renters, work relationships in the country; oral narratives; Bahia's Recôncavo.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço a Deus pela presença constante na minha vida e por ter me proporcionado a felicidade de concluir mais esta etapa de formação acadêmica. À Nossa Senhora pela sua divina providência.

Escrever agradecimentos é sempre uma tarefa ingrata, pois são tantos os amigos e incentivadores que posso cometer injustos esquecimentos. Sei que corro o risco de não dar conta deste 'muitíssimo obrigado' como é merecido, porque será difícil traduzir a beleza que foi esse movimento de energias que foram chegando. Espero que a minha memória não seja fugidia.

Começo, então, agradecendo aos sujeitos dessa pesquisa que me receberam e acolheram em seus lares, e me permitiram imergir nas suas histórias de vida tornando possível o desvelamento dessas. Obrigada pela confiança e amizade!

À minha grande família, local de apoio e onde encontrei sempre incentivo para persistir. Agradeço em especial aos meus queridos pais, Valdice Andrade de Assis e Antonio Francisco de Assis. Devo tudo o que sou e tudo o que consegui até hoje a eles. Foi tudo graças ao carinho, amor e compreensão que durante toda a vida me dedicaram. Obrigada pelo amor incondicional!

À minha irmã. Primeiramente, por representar para mim uma mistura de irmã, mãe e amiga. Segundo, por ter me presenteado nos dois anos de curso com duas sobrinhas filhas que amo grandemente. Júlia e Malu foram responsáveis pelo "vai e vem" entre Feira de Santana e Santo Antonio de Jesus. E, por fim, como historiadora pelas dicas, correções, leituras e apoio, principalmente, na reta final quando tudo parecia muito difícil e ela proferia a sua frase predileta: Tem fé Ane! Valdirene de Assis, essa conquista é igualmente sua!

À minha amável vovó Maria Anália, meu maior exemplo de vida, por me dar valiosas instruções de princípios e valores, que não se aprende nos livros e que são essenciais para o alcance da plena vitória, pelas constantes orações para todos os santos para que tivesse êxito nesse demorado trabalho. Muito obrigada, "Minha Pérola de Ouro" como dizia meu bisavô Neco Alves.

Às minhas tias: Neuza, Carminha, Lice, Zora, Lene, Lourdinha, Zene, Rome, Fátima, e Tutapelo afeto dispensado, pelas ligações diárias no intuito de saber como estava o encaminhamento do trabalho. Tio Edinho e tia Ester pelas visitas em Feira de Santana. Tia Telmapelo amor maternal, bem como os recadinhos animadores pelas redes sociais. Tio Nem pelas conversas sobre arrendamento nos dias de domingo. De maneira especial, agradeço a tio Vando que sempre disse “sim” aos muitos pedidos que lhe fiz para que me levasse até a Fazenda Engenho Sururu e, que inclusive contribuía com a pesquisa com questionamentos na volta para casa.

Às minhas primas, pelo carinho e irmandade de sempre: Laize Soares, Simone Barreto, Silvana Barreto, Fabiane Amorim, Magnovanda Souza, Danielle Andrade, Elizete Assis, Cláudia Assis, Creuza Assis. E aos novos agregados: Fábio Costa e Raphael Moura.

É claro que não pode faltar o agradecimento ao meu namorado, que com a sua paciência peculiar, tolerância e compreensão sempre ouviu os meus desatinos no decorrer da dissertação e me ajudou a solucionar os problemas com os quais me deparei. Como historiador, também contribuiu com palpites e comentários incentivadores. Obrigada, Neilton Souza, por estar sempre comigo e por ser o namorado amoroso de sempre! Agradeço a sua família, que por extensão, passou a ser a minha também: Laura de Jesus, Gregório Borges, Neila Oliveira; Reinaldo Oliveira e Agemira de Jesus (vovô). Obrigada pelo afeto!

Talvez não consiga expressar tamanha gratidão por uma pessoa que foi a responsável pela decisão de tentar o mestrado. Amiga-irmã, obrigada pelos e-mails desaforados os quais recebia toda vez que deixava um prazo de seleção passar por acreditar que ainda não era o momento certo. Obrigada pelas leituras e sugestões no projeto como historiadora e ter acreditado na viabilidade do mesmo. Obrigada pela agradável convivência durante esses dois anos. Infelizmente acabou, mas teremos muitas histórias para contar. Edicarla Marques, você foi essencial nesta caminhada.

À Graça Magalhães, que ao longo dos anos passou a me chamar carinhosamente de filha e eu reciprocamente mãe. Amizade construída a partir da convivência da graduação e estendida para a vida. Obrigada por fazer parte da minha vida de maneira tão especial, por

ter sido incentivadora dessa etapa, psicóloga via celular sem pressa de terminar a consulta, e dos grandes conselhos.

No processo inquietador de elaboração de uma dissertação, amigos sempre são envolvidos: Cristina Viana, Ariene Souza, Ademir Barreto, Patrícia Assis, Joseane Cabalini, Ana Rosa Moura, Elaine Silva, Milca Cardoso, Kenia Smith, Isneide Sousa, Tahaisa Sousa, Gleide Andrade, Márcio Andrade, Rosana Falcão, Lussandra Freitas, Izabete Viana, Luciana Andrade. Gostaria de registrar que é sempre muito alentador saber que posso contar com um ombro amigo. A eles, que nos momentos de angústias e dificuldades, tiveram sempre uma palavra de incentivo, agradeço ternamente.

Nesse grupo destaco ainda os amigos, Adenilton Almeida por ter me apresentado a Fazenda Engenho Sururu, uma realidade tão próxima que desconhecia. Robson Neres que me acompanhou nas inesquecíveis viagens à Fazenda e pela parceria desde ensino fundamental. Elmo de Jesus pela amizade construída e participação nesse trabalho. E Jorge Amorim, por repetidas vezes, ter feito à correção do texto com olhar historiográfico. Obrigada pelo incentivo de todos!

À família Sena que me acolheu desde o período da seleção do mestrado no seu lar. Tive o prazer de conhecer Daniel e a serena Nine dotada de sabedoria. A Henrique obrigada pelas palavras entusiásticas antes da realização da prova. Elas foram de grande valia! Historiador sempre preocupado sobre como estava a pesquisa, e como amigo dividimos bons momentos que serão sempre lembrados com muito carinho.

À família Lago por ser, na estadia em sua casa, a melhor anfitriã que já conheci. Obrigada pela amizade construída: Van, Rique, Rômulo e minha querida Nélia.

Ao casal, Valdir e Nalva, pela disponibilidade e atenção. De maneira especial, a minha prima que construiu o croqui de localização comigo. Obrigada por tudo!

À minha primeira professora Nilzete Barreto, agradeço por ter me ensinado a paixão pelos estudos.

À professora Eliane Peixoto, agradeço pela sua amabilidade e disponibilidade para a revisão final do texto.

Aos meus colegas de curso, na pessoa de Anselmo Machado, gostaria de agradecer o companheirismo e os momentos de aprendizagens que compartilhamos.

Ao Mons. Gilberto Vaz Sampaio (in memoriam), pároco, escritor, amigo e um memorialista formidável que me emprestou documentação sobre terras, concedeu entrevistas e como bom mestre que era, me orientou, ainda na pesquisa da monografia, para que desse continuidade ao trabalho. Infelizmente, ele não está mais entre nós para compartilhar essa alegria.

Aos professores da pós-graduação do Departamento de História, agradeço pelas aulas ministradas. Jacques Depelchin, Márcia Barreiros, Ione Celeste. De modo especial, a professora Lucilene Reginaldo pela preciosa ajuda na construção do plano de dissertação com esclarecimentos, sugestões e pela indicação de algumas bibliografias relevantes para a temática em análise. Encantadora professora, obrigada! Também ao professor Rinaldo Leite pela amizade construída, sugestões, aulas compartilhadas no tirocínio e participação, juntamente com a professora Edinélia Souza na banca de qualificação. Meus agradecimentos pela revisão crítica do texto e pelos profícuos comentários. Boa parte das sugestões destes dois professores está aqui incorporada.

À professora Edinélia Souza, por ter acreditado nesse trabalho desde o projeto inicial ainda no 5º semestre da graduação quando aceitou ser minha orientadora. Pelo incentivo e apoio que sempre demonstrou, aqui lhe exprimo a minha gratidão.

Ao Professor Charles D'Almeida Santana, a quem tive o privilégio de ter como orientador. Sua experiência auxiliou-me a responder questões que, a cada instante, surgiam no decorrer deste trabalho. Agradeço pelos oportunos conselhos, pela acessibilidade e simpatia demonstradas, pela confiança que sempre me concedeu e pelo permanente estímulo que, por vezes, se tornaram decisivos na elaboração do texto. A ele pela amizade e paciência devo essa dissertação.

A CAPES, pelo apoio financeiro para a execução desse projeto.

Hã muito mais a quem agradecer... A todos aqueles que, embora não nomeados, me brindaram com seus inestimáveis apoios em distintos momentos e por suas presenças afetivas, o meu reconhecido e carinhoso muito obrigada!

SIGLAS

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.

SUCAM – Superintendências de Campanhas de Saúde Pública.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 01: Croqui de localização das casas dos rendeiros na Fazenda Engenho Sururu, 24/01/2012.

Figura 02: Severino, vaqueiro da Fazenda Engenho Sururu.

Figura 03: Francisquinho, gerente da Fazenda Engenho Sururu.

Figura 04: Barragem de pedras.

Figura 05: Peças do Engenho.

Figura 06: Casa de taipa de Dona Liu

Figura 07: Armação da casa

Figura 08: Paredes de barro.

Figura 09: Cobertura de pindoba.

Figura 10: O espaço da cozinha.

Figura 11: Família raspando mandioca.

Figura 12: A criação do boi na corda.

Figura 13: Seu Aurino e Seu Ediel na feira.

Figura 14: Jailton, Gilvando, Girlene e Eliene.

Figura 15: Genealogia 01.

Figura 16: Genealogia 02.

Figura 17: Genealogia 03.

Figura 18: Comemoração entre conhecidos.

Figura 19: Vizinhos jogando dominó.

Figura 20: Aniversário de Seu Martim.

Figura 21: Seu Isaias com seu neto Elias.

Figura 22: Casa de taipa do casal Seu Martim e Dona Maria Alexandrina.

Figura 23: Construção da primeira casa de alvenaria da Fazenda Engenho Sururu.

Figura 24: Casa de bloco e telha do casal Seu Martim e Dona Maria Alexandrina.

Aos homens e mulheres da Fazenda Engenho Sururu, que narraram de maneira encantadora suas histórias vividas. Aquelas de todos os dias, com as quais eu muito aprendi.

Assunta, vou contar tudo! O vêio Izabê também morava na Fazenda de Darino e passou pra qui. Arrendou lugar na mão de tio Henrique que era gerente de doutor Humberto, morava lá daquele lado do Pindobã. Tudo aqui era mata. Ele foi desmanchando, desmanchando, fazendo roça, fazendo casa. Depois tio Henrique saiu. Ficou Mané de Guilherme e nós aqui na fazenda. Eu me criei aqui na fazenda, eu vim de lá da Fazenda do vêio Darino, meu pai, com um ano e meio de nascida. Eu me criei aqui na fazenda. Agora, espia quantos anos tem! Depois chegou pra li também João Grigório, o pai de Isaias. Rufino lá da Serra. Bom, com isso ficou nós. Depois Mané de Guilherme saiu, chegou cumpade Francisquin. Pronto! Cumpade Francisquin agora saiu. Quer dizer, venderam a fazenda e agora pronto. Agora como é que nós tem, eu e mãe, meu avô morreu ficou nós no lugar. Meu avô morreu, minha vó morreu, ficou eu e mãe e os meninos irmão de mãe, morreu o outro irmão que pagava renda morreu no acidente que era casado com a fia de Marinha também, com Bete. Ficou nós no lugar, ficou Roque pagando a renda. Roque era meu tio, ficou pagando a renda. Roque saiu foi lá pra Fazenda de Odilon, ficou nós, eu e mãe pagando a renda. Mãe pagava a dela e eu pagava a minha todo ano, mas eu tinha casinha e mãe tinha a dela. Todo ano a gente pagava a renda em dinheiro eu e mãe. Nós pagava em dinheiro, mãe pagava a dela e eu pagava a minha. Tinha que se virar para pagar quando fosse no mês de janeiro ter o dinheiro para pagar a renda. Bom, para não ficar devendo e nós não ficava devendo. Agora, cuma é que eles mediu essa terra aí, bom. A doutora disse que pra botar o povo tudo lá no Pindobã. Arrendeiro que é mais novo de que nós ganhou cinco tarefa de terra, que nem quase renda pagou e nós ganhar duas e meia, não dar certo, nós tem ganhar tudo um tanto só (aumentou o tom de voz). Por que eu só saio daqui com minha cinco tarefa de terra. Eu já disse até lá no juiz, eu já disse só saio com cinco tarefa de terra.

(Estelita de Jesus, 64 anos, entrevista em 18 de jan. 2012).

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	16
CAPÍTULO 1:	29
“NASCI E ME CRIEI TRABALHANDO ATÉ AGORA...”	29
1.1 “BOTAR A ENXADA NO OMBRO E IR TRABALHÁ PRA O PATRÃO”	29
1.2 PATRÃO E TRABALHADORES.	45
1.3 ENCERRAMENTO DOS “DIAS DO PATRÃO”	61
CAPÍTULO 2:	76
MORAR E TRABALHAR NO “RECANTO DA GENTE”	76
2.1 “SÓ DE BARRO, CIPÓ E PINDOBA”: MORADIAS.....	76
2.2 “A GENTE VIVE DE ROÇA”: O TRABALHO NAS TERRAS ARRENDADAS.	92
2.3 “DIA DE MACACO” E MEAÇÃO: TRABALHO EM OUTRAS FAZENDAS.....	101
CAPÍTULO 3:	110
“EU SEMPRE NASCI AQUI”	110
3.1 “QUASEMENTE TUDO PERTENCE A UMA FAMÍLIA SÓ”.....	110
3.2 “EU GOSTO MAIS DE ROÇA DO QUE CIDADE”	126
3.3 “FICAR NO CANTO DA GENTE SEM NINGUÉM BULIR”	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
FONTES	148
REFERÊNCIAS	151
ANEXOS.....	156

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O interesse pela pesquisa sobre os trabalhadores rurais rendeiros começou em 2006, quando tive contato com o projeto “Nossas Graças e Desgraças: Leitura do mundo através de imagens”¹ sobre a Fazenda Engenho Sururu, localizada no município de Varzedo no Recôncavo Baiano.² O objetivo do projeto era demonstrar, principalmente através de fotografias, os contrastes entre as “graças” da beleza natural do lugar e as “desgraças” relacionadas à pobreza latente dos moradores.

A partir daquele contato, decidi ir até a Fazenda Engenho Sururu, pois até então só conhecia de “ouvir falar”. A visita e as conversas com alguns moradores proporcionaram outras percepções, diferentes daquelas apresentadas pelas imagens dualistas do referido projeto. Eles expressavam os seus vínculos com aquele espaço, ressaltando o tempo que já conviviam e trabalhavam naquelas terras. Ao mesmo tempo, falavam sobre as incertezas de permanecer ali mediante a ameaça dos herdeiros de extinção da prática do arrendamento rural.

De forma mais detalhada, cabe recordar como foram tais contatos que resultaram na escrita da monografia de conclusão do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade do Estado da Bahia – UNEB/Campus V. Esses ocorreram nos anos 2006 e 2007. Encarei os relatos como uma espécie de laboratório nos quais fui descobrindo a melhor maneira de obter os depoimentos. Surgiram algumas dúvidas: definir previamente as perguntas ou deixar de acordo com encaminhar da narrativa? Como me apresentar para aquelas pessoas? Como demonstrar o meu interesse por suas vivências? Obviamente, as leituras e indicações dadas pela orientadora Edinéia Maria O. Souza contribuíram para estabelecer metas e definições necessárias para estruturar a pesquisa de campo e, posteriormente, a escrita.

¹ Projeto construído pelo professor Adenailton de Almeida e os alunos de 8º série do Colégio de 1º grau Monsenhor Gilberto Vaz Sampaio em 2006.

² O município de Varzedo foi fundado em 1868 pelo padre Antônio Ângelo Gomes de Mendonça como arraial, obtendo o nome de Vargem Grande devido uma quilométrica várzea que se estendia pelo então arraial à foz do Rio da Dona, localizada em Santo Antonio de Jesus. Em 1943, o nome Vargem Grande foi permutado, e o povoado passou a ser chamado de Varzedo, de acordo com o Decreto Lei Federal nº 141, de 31 de dezembro daquele ano. Vinculado administrativamente a Santo Antônio de Jesus, Varzedo auferiu a elevação à condição de cidade em 13 de junho de 1989, segundo a Lei Estadual nº 5.002, desmembrando-se dos municípios de Santo Antonio de Jesus e Castro Alves. Fica à aproximadamente 200 quilômetros da capital baiana. Atualmente com a população de 9.109 habitantes. Ver em: AMORIM, Jorge. *Imaginação que deu certo. Processo de emancipação de Varzedo: local, região, política e criação de um município da Bahia, Brasil (1985 – 1989)*. (dissertação de mestrado em História Contemporânea) Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História. Lisboa, 2009. E dados da população do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE do censo de 2010.

Desse modo, optei pelo estudo das condições de trabalho e vida dos rendeiros, principalmente a partir das suas memórias e experiências no mundo do trabalho. Assim, durante os últimos semestres da graduação, desenvolvi a monografia intitulada *“Morar em taipa e pagar renda”*: memórias, culturas e práticas de trabalho dos ‘arrendeiros’ da Fazenda Sururu de Queiroz³ – Varzedo/Ba (1932-2001). Tal pesquisa apresentou múltiplos aspectos e dimensões da aprendizagem, enquanto construção de conhecimentos e satisfação pessoal, já que sou varzedense e fui criada na zona rural do município. Algumas questões inerentes aos valores da cultura popular e as práticas de trabalho desenvolvidas no espaço rural já faziam parte da minha vida e das observações cotidianas que me inquietavam.

A monografia foi concluída, mas a pesquisa prosseguiu. Não perdi o contato com as famílias, tampouco com suas labutas diárias para garantir a sobrevivência, ou para manter-se naquele local. Atualmente, esse trabalho intitula-se *“Aqui é tudo uma rama de maxixe”*: Experiências de trabalhadores rendeiros da Fazenda Engenho Sururu, Varzedo/BA (1970-2000).⁴ Propõe perceber como as determinações impostas aos pagadores de renda, as suas formas de morar e viver, bem como a ameaça de perder direito sobre o pedaço de terra que cultivavam justificaram as resistências e enfrentamentos empreendidas por eles contra seus patrões.

Para tanto, centra o estudo nas experiências sociais da comunidade rendeira, nos seus modos de trabalho, de morar e de viver. Os modos de trabalho foram investigados no intuito de apreender suas experiências e expectativas. Os modos de morar, no que se referem às formas de como eles se relacionam com o espaço vivido. E os modos de viver entendidos como as maneiras pelas quais estabelecerem vínculos sociais, bem como suas resistências, negociações cotidianas e seus enfrentamentos.

Portanto, a pesquisa buscou estudar as relações de trabalho empreendidas no meio rural. Por certo, Varzedo é um espaço propício para o desenvolvimento da pesquisa, pois concentra a maioria da população nessa área e apresenta pluralidade

³ A fazenda é conhecida tanto como Fazenda Sururu de Queiroz quanto Fazenda Engenho Sururu, fiz a opção pelo último por entender que contempla melhor o estudo.

⁴ Cabe mencionar que os trabalhadores se denominam enquanto “arrendeiros” e não rendeiro como a gramática normativa designa para aquele que arrenda propriedades rústicas. Minha opção era manter na grafia o mesmo utilizado por eles, porém, por sugestão da Banca de Qualificação prevaleceu o termo rendeiro para melhor entendimento.

nas práticas de trabalho relacionados com a terra: “dia à seco ou à molhado”;⁵ “ajustes”;⁶ “à meia”;⁷ agricultura familiar⁸ e o “arrendamento”. O arrendamento rural significa a prática de trabalho que se baseia na permissão do trabalhador morar e trabalhar na mesma fazenda, tanto nas terras arrendadas com agricultura de subsistência próximas à sua casa, quanto no pagamento da renda para o patrão em diversas atividades da fazenda. Prática de trabalho que está sendo discutida e interpretada nessa pesquisa. Vale ressaltar que essa prática de trabalho já foi mais predominante no município, porém, depois da regulamentação do sindicalismo rural pelo Estado brasileiro, houve um certo amedrontamento por parte dos proprietários de terras, os quais não imaginavam “perder” uma parte de seus bens para o trabalhador rural. Todavia, as Fazendas Santana e Engenho Sururu, pertencentes a Humberto Guedes de Araújo, permaneceram mantendo arrendatários.

Com o projeto reformulado, havia novas perspectivas a serem abordadas sobre o mesmo espaço e maior conhecimento das trajetórias de vida das famílias rendeiras. Aqui é preciso esclarecer em que sentido e a partir de quais leituras compreendo a dimensão de trajetória. A ideia de trajetória sugere pensar que é um caminho contínuo, porém, penso que, em se tratando de vivências, existe a própria interferência humana no seu espaço social, nos múltiplos acontecimentos, nas possibilidades de escolhas e que, portanto, não é algo homogêneo e linear. Do mesmo modo, as narrativas não são homogêneas ou lineares. A autora Sabrina Loriga nos fala: “vida vivida não é vida narrada”. (LORIGA *apud* Jaques Revel, 1998: 225-249).

Nesse sentido, Pierre Bourdieu faz algumas críticas sobre o uso das biografias por acreditar que o problema está em conceber a História de vida a partir de um relato escrito de uma vida organizada cronologicamente e pressupor dar conta do começo até o final, denominando como uma ilusão retórica (BOURDIEU. *In*: Janaína Machado 2006: 183-199).

Assim, interessou-me compreender as experiências e sociabilidades desses trabalhadores por via das trajetórias coletivas com o recurso da prosopografia.

⁵ Expressão que significa se a prática de trabalho inclui alimentação (molhado) ou não (a seco).

⁶ Expressão que representa o tipo de acordo sobre o trabalho combinado entre patrão e o trabalhador, em que o pagamento acontece por serviço realizado e não por dia;

⁷ Expressão que representa a prática de trabalho configurada pelo acordo entre patrão que cede suas terras para o trabalhador torná-las produtivas, e na colheita acontece à divisão dos lucros pela metade.

⁸ As atividades são desenvolvidas nas pequenas propriedades com a participação dos membros da família.

Segundo Neithard Bulst, “enquanto a biografia visa o indivíduo; o interesse da prosopografia é o conjunto ou a totalidade, constantemente considerando o indivíduo nas suas relações com o conjunto, ‘histórias de vidas coletivas’” (BULST, 2005: 47-67).

Através dessas leituras, foi possível pensar mais criteriosamente sobre as trajetórias de vida de homens e mulheres em condição de rendeiro. Os relatos são utilizados por eles ao narrar uma trajetória sempre marcada pelo trabalho e pelo espaço vivido. Entretanto, é preciso compreender que essa narrativa acerca da vida é permeada por motivações diversas: o fato de omitir alguns acontecimentos e dar ênfase a outros; silenciar, por exemplo, quando o tema é sobre os “dias do patrão”, e contar com riqueza de detalhes sobre o enfretamento coletivo de não assinar o documento de expulsão da fazenda. Assim, a repetição nos depoimentos e os esquecimentos foram interpretados no sentido de analisar as histórias de vida considerando todos os elementos agregados à mesma.

As fontes que compõem essa pesquisa, em sua maioria, foram os depoimentos orais. Entretanto, fotografias, textos memorialistas, documentação municipal, eclesiástica, inventários e a legislação trabalhista também foram utilizados, pois possibilitaram a compreensão de parcelas significativas do cotidiano da comunidade de rendeiros na fazenda.

Para o tratamento das fontes orais, enquanto opção metodológica, foi adotada a coleta de depoimentos a partir de perguntas abertas que ganharam um caráter dialógico entre entrevistador e entrevistado. Nesse sentido, considero haver dois momentos das entrevistas: o primeiro não menos importante, porém, incipiente no que tange aos métodos utilizados; o segundo, com maior amadurecimento, no qual fiz menos intervenções e escutei de forma mais atenta. Ali, tinha consciência que estava num “processo de ‘construção’ das reminiscências” (THOMSON, 1997).

Desde os primeiros contatos, as famílias me receberam de maneira muito acolhedora, as conversas eram sempre acompanhadas de um “cafezinho” ou ao saboreio de uma jaca. No decorrer dos anos, esse vínculo gradativamente revestiu-se de uma atenção recíproca. Era comum no final das entrevistas os depoentes expressarem que gostavam de contar suas histórias e perguntavam quando iria voltar.

As narrativas, de maneira geral, “possuem a potencialidade de fazer viajar o ouvinte através da viagem narrada” (DELGADO, 2003: 22), pois evoca inúmeras imagens, sentimentos e interpretações a partir de uma linguagem simples. Ainda complementa Lucilia Delgado, quando considera que:

Por ser uma experiência através da qual se compartilha o registro das lembranças, transforma a narrativa em processo compartilhado que inclui em si as seguintes dimensões: estímulo de narrar, ato de contar e relembrar e disponibilidade de escutar. Fala, escuta e troca de olhares compõem a dinâmica desse processo único e essencial à vida humana, pois não vive em plenitude sem a possibilidade de escutar, de contar histórias e de se aprender sob a forma de conhecimento, ou melhor, de sabedoria, o conteúdo narrado (DELGADO, 2003: 23).

Os encontros com os reideiros ocorriam nos lugares do cotidiano deles, seja nas suas casas ou acompanhando-os em alguma atividade laboral. Na maioria das vezes, não houve uma entrevista com uma única pessoa, pois sempre chegava um vizinho ou um filho que morava próximo. Era um cenário propício para compartilhar experiências comuns. Muitas vezes, a entrevista passava a ser coletiva, sendo que um liderava a narrativa e os demais interrompiam para acrescentar ou contestar algo dito. Se por um lado, o fato de ter “plateia” favorecia a “arte de contar”. Por outro, várias temáticas deixaram de ser melhor exploradas.

No contato com os reideiros, comentei que era da área rural do município de Varzedo e optei por apresentar-me como professora, ao invés de pesquisadora vinculada à universidade. Fiz esta escolha, ao perceber que o termo pesquisadora não fazia muito sentido para a maioria daquelas famílias. Não estão habituadas com instituições de formação acadêmica. Ainda assim, não raramente me deparava com perguntas do tipo: o que você faz mesmo? É assistente social? Trabalha na prefeitura?

Na opção metodológica por fontes orais, a transcrição dos depoimentos é uma etapa imprescindível, devido às regras previamente estabelecidas. A preferência foi tentar manter o mais próximo possível na grafia o modo de falar dos depoentes, com a preservação daquilo que são considerados vícios de linguagem, hesitações, onomatopeias, pausas, repetições e terminologias próprias aos reideiros e à oralidade.

As fotografias foram utilizadas como fonte histórica numa perspectiva intertextual associada às outras fontes, principalmente a oral. Essa opção estabelece uma relação dialógica importante para a construção da análise.⁹ Segundo Eduardo Neiva “a imagem tem sempre uma história” (NEIVA, 2002). Do mesmo modo, Miriam Leite considera que “após a identificação do conteúdo da fotografia é preciso deduzir o que não se vê, em torno daquilo que está vendo” (LEITE, 1993: 44). Considerando tais indicações, o procedimento utilizado foi perguntar aos trabalhadores rendeiros sobre o espaço da fotografia, as pessoas que aparecem e o que estavam fazendo naquele momento.

Em relação ao uso dos inventários relacionados aos proprietários da fazenda, esse possibilitou o entendimento de questões referentes à terra e à produção da fazenda as quais auxiliaram a compreensão das práticas de trabalho desenvolvidas nesse espaço ao longo do tempo. Também os livros de batismo foram consultados para identificar os apadrinhamentos mencionados nas narrativas colhidas. Algumas leis e estatutos trabalhistas foram usados para traçar paralelo com a “lei local” estabelecida entre o proprietário da fazenda e os rendeiros. E os textos de memorialistas foram utilizados para compreender algumas questões sobre o município de Varzedo e, de maneira mais ampla, a região do Recôncavo.

O embasamento teórico e metodológico sobre História Oral adotado na pesquisa buscou subsidiar várias reflexões: oralidade; produção da memória; memória individual e coletiva; narrativa; o espaço da entrevista; as diferenças entre palavra escrita e palavra falada; os silêncios nos depoimentos. Aspectos fundamentais para a compreensão desse campo historiográfico.

As contribuições de Paul Thompson foram valiosas uma vez que lembram a importância do historiador aprender a estar atento também para o que não está sendo dito pelo entrevistado, ou seja, considerar os silêncios e tentar interpretá-los (THOMPSON, 1992). De fato, os silêncios, na maioria das vezes, sugeriram outros caminhos de direcionamento da pesquisa. Foi interessante observar como os narradores, a seu modo, têm consciência de que são sujeitos de suas memórias e

⁹ Ana Maria Mauad discute a noção de intertextualidade aplicada ao conhecimento histórico. Conferir em: *Passado Composto: palavras e imagens, a intertextualidade em história oral*. In: *História Oral um espaço plural*. Antonio Torres Montenegro e Tania Maria Fernandes (orgs.). Recife: Universitária; UFPE, 2001.

de seu silêncio. O que foi silenciado em uma primeira conversa, às vezes, foi enunciado em outra entrevista, em outro tempo.

Compreendo, assim como Walter Benjamin, a interferência do presente na reconstituição do passado nas narrativas (BENJAMIN, 1998: 24). Os rendeiros na elaboração das suas narrativas sempre expressavam seus vínculos com o espaço vivido atrelado o trabalho e ao tempo, alguns mencionavam que seus avós ou pais já viviam ali. Afirmações manifestadas principalmente sobre os conflitos para permanecer nas terras arrendadas. Nessa perspectiva, Thomson afirma que a memória “gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas”. (THOMSON, 1997: 57).

Do ponto de vista de Alessandro Portelli, a História Oral “é uma ciência e arte do indivíduo”, uma vez que, a memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados (PORTELLI, 1997:15). As entrevistas que realizei com um número significativo de pessoas evidenciaram uma variedade de interpretações de suas experiências. Mesmo aquelas socialmente compartilhadas, são sentidas de modo muito particular. Ecléa Bosi contribui com essas argumentações ao defender também a relevância da experiência pessoal registrada na lembrança ao longo da vida, ainda que seja de um cotidiano muitas vezes corriqueiro (BOSI, 1994).

Outro ponto que merece atenção é o uso da linguagem corporal dos entrevistados. As mudanças de ritmo na fala, os tons de voz alternados, os gestos, a expressão do rosto, a gesticulação das mãos, enfim, a performance no depoimento. Paul Zumthor analisa esses aspectos e a ligação que há entre a voz e o gesto, distinguindo também as diferenças entre a palavra escrita e palavra pronunciada (ZUMTHOR, 1993). A partir desse entendimento, passei a observar mais atentamente as performances das narrativas e suas interpretações dos fatos narrados.

No campo das discussões teóricas, em especial na perspectiva da História Social, são desenvolvidas inúmeras pesquisas que têm renovado a historiografia e o esforço de compreensão da atuação e das demandas de novos sujeitos históricos nas sociedades. Tal postura privilegiou progressivamente abordagens com ênfase

na cultura, na redução da escala e a aproximação com a antropologia e sociologia (CASTRO, 1997: 45-59).

Em se tratando de História Social do Trabalho, viés em que esta pesquisa está inserida, um dos grandes responsáveis pelas renovações historiográficas foi Edward P. Thompson. Este instaurou noções de experiência e cultura no cerne das análises sobre a ação social a partir dos costumes da vida cotidiana dos mais diferentes grupos sociais. Desse modo, os conceitos utilizados por Thompson foram adotados nessa pesquisa para discutir o *fazer* histórico dos trabalhadores da Fazenda Engenho Sururu; a concepção de cultura vinculada ao conceito de experiências humanas em sua prática social; e o costume em manter a prática do arrendamento pelo proprietário das terras. Além disso, os direitos garantidos aos trabalhadores em virtude das resistências e do uso costumeiro da terra.

Convém explicitar que o uso da categoria “experiência” foi feito a partir de leituras de Thompson, o qual dá ênfase na ação humana como propulsora da história. Segundo, Déa Ribeiro Fenelon:

Thompson propõe outra maneira de buscar e de investigar as “experiências” dos trabalhadores, não apenas em suas relações econômicas, mas nos seus modos de vida, em suas lutas diárias, nos seus hábitos, valores, dietas, formas de vestir e de morar, de comemorar, de festejar, de cantar, de transmitir suas tradições orais, de viver com elas ou de resistir às transformações também como vivência cotidiana em seu dia-a-dia, e esta é uma nova maneira de ver a luta de classes em seu processo histórico. (FENELON. *In: Proj. História*, n^o 12, 1995: 86)

Desta maneira, os entrevistados compuseram suas memórias a partir daquilo que havia sido sentido por eles, moradores e trabalhadores da Fazenda Engenho Sururu, através das suas vivências naquele espaço.

Outras leituras tiveram igualmente importância: as de Walter Fraga Filho (2006), Stuart Schwartz (2001), Ana Lugão Rios e Hebe Maria de Mattos (2005) contribuíram para ratificar tendências da historiografia contemporânea sobre as permanências no mundo do trabalho de práticas herdeiras da escravidão. Como reafirmam as conclusões de Silvia Hunold Lara a respeito da inviabilidade da historiografia da “transição” e da “teoria da substituição” do escravo pelo imigrante. Tal autora foca as discussões sobre o estudo da História Social do Trabalho, a partir do trabalho escravo no Brasil (LARA, 1998). Essas contribuições se justificam

porque em inventários¹⁰ encontrados no Arquivo Público da Bahia, bibliografia específica¹¹ e entrevistas com os rendeiros foi constatado que a Fazenda Engenho Sururu era uma grande propriedade monocultura e possuía quantidade de escravos expressiva para as características da região.

Portanto, o interesse pela temática nos coloca em diálogo com a historiografia produzida sobre o Recôncavo Baiano no que se refere ao trabalho no campo, tentando ampliar o debate sobre as relações de trabalho e poder reinventadas nessa espacialidade baiana. O estudo de Walter Fraga Filho nos possibilita a discussão com o tema estudado, pois identifica, nos últimos anos da escravidão, experiências diversas de trabalho no campo, como a prática recorrente do arrendamento, bem como reconstitui trajetórias individuais, familiares de ex-escravos e seus descendentes na formação das comunidades rurais (FILHO, 2006). O historiador Bert Jude Barickman auxilia na compreensão da pesquisa por tratar da história da agricultura e da escravidão no Recôncavo Baiano (BARICKMAN, 2003). Outra contribuição advém da historiadora Edinéia Maria O. Souza em sua abordagem sobre os modos de vida de trabalhadores rurais e, através das suas narrativas, tenta compreender o viver no campo e os seus significados (SOUZA, 1998). E o estudo de Charles d'Almeida Santana auxilia na pesquisa por também problematizar os trabalhadores rurais do Recôncavo Baiano, discutindo dimensões de uma cultura popular rural, bem como o trato com as fontes orais para entender as experiências desses sujeitos (SANTANA, 1998).

Para além desses, encontrei outros estudos relacionados aos trabalhadores no meio rural e às dinâmicas nas relações sociais internas e externas que possibilitaram um diálogo produtivo. Em sua maioria, ligados a Antropologia.

Por exemplo, a pesquisa de Emília Pietrafesa de Godoi, no sertão do Piauí, revela uma história de ocupação e reprodução camponesa através da memória coletiva. A perspectiva da autora é orientada a partir do ponto de vista do camponês, em relação como ele pensa e vive sua relação com a terra e qual o conjunto de direitos que o orienta entres outros aspectos abordados (GODOI, 1999).

¹⁰ Inventário 1 248 469 4 Lucas de Queiroz Pinto 1853/1860 e Inventário 1 2175 2644 12 de Francisco de Oliveira Guedes 1859. APEBA – Sessão de Arquivo Judiciário. Inventários/Testamentos Alcobaça – Amargosa.

¹¹ BARICKMAN, B.J.; BORGES, Luiza X. de A. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; ALVES, Isaias de Almeida. *Matas do Sertão de Baixo*. Roper Editora.1967.

Ellen F. Woortmann contribuiu com o estudo ao perceber o espaço rural socialmente construído pelos seus habitantes, em função das relações constituídas nos laços de parentesco, vizinhança e compadrio, bem como o sentimento de pertencimento a este espaço de vida (WOORTMANN, 1995).

Por sua vez, Afranio Raul Garcia Jr., ao analisar a vida e as condições de trabalho dos pequenos produtores que vivem às margens da *plantation* açucareira da Zona da Mata de Pernambuco, destaca a organização de trabalho com base na participação de todos os membros da família (GARCIA JR, 1983).

Por fim, Margarida Maria Moura desvela as ambiguidades culturais das lutas sociais, envolvendo ex-agregados das fazendas do Vale do Jequitinhonha. Tal perspectiva referencia a pesquisa ora estudada, por analisar o conflito entre o costume e a lei na luta pela terra (MOURA, 1998).

O recorte cronológico da pesquisa foi definido de 1970 a 2000. Essa baliza de tempo é referendada pelas frequentes afirmações de existirem dois momentos em relação aos trabalhadores rurais que não têm a posse da terra. Segundo os entrevistados, antes não era difícil ter acesso à terra para o arrendamento. Todavia, quando “a justiça tomou paternidade”¹² havia raras permissões do proprietário para os trabalhadores arrendarem as terras. A expressão de Seu Francisquinho remete à aprovação, em 1963, do Estatuto do Trabalhador Rural, regulamentando as relações de trabalho no campo, as quais até então estiveram à margem da legislação trabalhista (BARROS, 1998).

O ano de 2000 foi marcado para estas famílias rendeiras pela morte de Humberto Guedes de Araújo, e, posteriormente, pelas tentativas de extinção do arrendamento rural por parte dos herdeiros com o processo 114/01, de 20 de agosto de 2001. Esse versa sobre a Reintegração de Posse do Espólio de Humberto Guedes, que tramita ainda na justiça da Comarca de Santo Antonio de Jesus. A determinação de balizas temporais não impede que a pesquisa recorra a períodos anteriores e/ou posteriores para historicizar as relações de trabalho, as questões relacionadas à posse de terra e trajetórias de vida dos trabalhadores rendeiros.

¹²Entrevista realizada com Francisco Assis de Jesus, conhecido como Francisquinho, 75 anos, em 01 maio 2012, na Fazenda Engenho Sururu.

Para tratar das questões propostas nessa pesquisa, dividi a estruturação da narrativa em três capítulos: 1) *“Nasci e me criei trabaiaando até agora...”*; 2) *Morar e trabalhar no “recanto da gente”*; e 3) *“Eu sempre nasci aqui”*.

O primeiro trata sobre as memórias do trabalho vinculadas à terra da Fazenda Engenho Sururu. Está articulado em três subtítulos: *“Botar a enxada no ombro e ir trabaiaá pra o patrão”* que aborda a prática do arrendamento rural, numa perspectiva histórica, na fazenda pelos trabalhadores na condição de rendeiros. Além disso, analisa as especificidades do pagamento da renda. No segundo tópico *Patrão e trabalhadores* busco entender o acordo do arrendamento rural numa relação constituída por duas figuras com distinções específicas: aquele que concedeu o acesso a terra e o outro que garante pelo trabalho o uso da mesma. Assim, também é objetivo deste tópico compreender as resistências, conflitos, negociações e lutas estabelecidas cotidianamente entre os sujeitos. No último tópico, *Encerramento dos dias do patrão*, faço referência ao conflito entre herdeiros e rendeiros para o término do contrato estabelecido pelo acordo oral com Humberto Guedes. E, ainda a disputa pela terra com ação de reintegração de posse do espólio.

O segundo capítulo denominado *Morar e trabalhar no “recanto da gente”* discute a ideia da cultura atrelada aos modos de vida dos sujeitos sociais. Tal temática vai ser esmiuçada nos três subtítulos que os compõem, a saber: *“Só de barro, cipó e pindoba”* evidencia os modos de morar dos rendeiros e relação de pertencimento com o lugar vivido. No segundo, *“A gente vive de roça:”o trabalho nas terras arrendadas*, considero os modos de trabalhar dos rendeiros nas terras e a representação desse espaço nas suas vidas. E por último, *“Dia de macaco” e meação: trabalho em outras fazendas*, explicito as práticas e experiências de trabalho de homens e mulheres fora da Fazenda Engenho Sururu.

No terceiro capítulo, intitulado *“Eu sempre nasci aqui”*, pretendo analisar as vivências dos trabalhadores rurais. Para tanto dividi aquele em três tópicos: a primeira seção, *“Quasemente tudo pertence a uma família só”*, aborda os costumes em comum da comunidade de trabalhadores rendeiros, formada por homens, mulheres e crianças, população majoritariamente negra, que pertencem a uma mesma origem familiar e/ou criaram laços de compadrio e vizinhança, bem como compreende os laços de compadrio estendido à família proprietária da Fazenda Engenho Sururu e outros fazendeiros da região. A segunda seção *“Eu gosto mais de*

roça do que cidade” analisa campo-cidade a partir das leituras dos trabalhadores rurais sobre esses espaços de vivências humanas. E, por fim, *“Ficar no canto da gente sem ninguém bulir”* versa sobre as expectativas e estratégias dos trabalhadores para conquista da terra, denominada por eles como *“rendamento da gente”*.

CAPÍTULO 1:

“NASCI E ME CRIEI TRABALHANDO ATÉ AGORA...”

1.1 “BOTAR A ENXADA NO OMBRO E IR TRABALHÁ PRA O PATRÃO”

As narrativas registradas a partir das entrevistas orais com os trabalhadores da Fazenda Engenho Sururu anunciam experiências de vida no mundo do trabalho e vivências entre as famílias nas terras arrendadas no município de Varzedo, Recôncavo baiano.

Seu Martim e Dona Maria Alexandrina trabalhavam a meia e moravam na Fazenda de Clarino Rodrigues. No início da década de 1970, o casal, juntamente com sua filha Iraci, mudou para Fazenda Engenho Sururu, motivado pelo cunhado Clemente casado com Celestina, que já morava ali através do sistema de arrendamento. Segundo Dona Maria, seu cunhado lhe disse: “que cá era melhor pra nós de que lá, que a gente trabalhava a meia, que cá o que a gente plantava era da gente e trabalhava pagava dois dias de renda”.¹³

Dona Maria Alexandrina explica a decisão da família em migrar para outra fazenda na expectativa de melhores condições de vida. Muito embora o trabalho executado fosse similar, o acordo era diferente. Assim, tanto o meeiro quanto o rendeiro precisavam de que o proprietário cedesse suas terras para que esses morassem e trabalhassem. Porém, o meeiro tornava a terra produtiva e dividia os lucros ao meio quando chegava a época da colheita. Já o rendeiro, trabalhava dois dias por semana para o proprietário, mas o que era produzido nas terras arrendadas não precisava ser partilhado. Desse modo, o que difere meeiros e rendeiros é a relação destes com a terra e com o proprietário dela (SCHWARTZ, 2001: 133-134).

Diferente da história do casal Martim e Maria Alexandrina que fez opção de migrar para Fazenda Engenho Sururu após o casamento, Dona Hilda expressava que seu vínculo com a fazenda remontava ao tempo de sua mãe. “Nasci e me criei na Fazenda Sururu foi, e no mesmo lugar, na mesma casa que minha mãe nasceu, eu nasci na mesma casa, nascida e criada lá”.¹⁴ Ela narra sua história de vida atrelada ao espaço vivido por várias gerações da sua família. A família de seu pai chegou de uma fazenda de Santo Antonio de Jesus. De lá, “papai já veio criado”.

Interessante notar também o caráter itinerante na trajetória do pai do gerentede Fazenda Engenho Sururu, Seu Francisquinho. O Seu Epifânio nasceu em Conceição do Almeida, no lugar chamado Baixo da Palmeira. Após o falecimento de

¹³ Entrevista realizada com Maria Alexandrina de Jesus, 76 anos, em 19 jan. 2012, na cidade de Castro Alves.

¹⁴ Entrevista realizada com Hilda do Amor Divino de Almeida, 75 anos, em 19 jan. 2012, na cidade de Castro Alves. Saiu da Fazenda Engenho Sururu, há aproximadamente 10 anos, para morar em Castro Alves depois que seu marido faleceu, Rufino Bispo de Jesus.

seu pai, sua mãe mudou para Fazenda de Antônio Pedro, em Nazaré das Farinhas. Aos treze anos “pediu lugar” na Fazenda Santana do Rio da Dona, propriedade também da família Guedes, e mais tarde se casou com Maria Clotildes, conhecida como Leonarda. Morreu aos 90 anos na mesma fazenda, onde nasceu Seu Francisquinho.¹⁵

São trajetórias que exemplificam a migração de pessoas de fazenda em fazenda no Recôncavo baiano à procura de melhores condições de trabalho, uma vez que, essas não eram proprietárias de terra e precisavam do consentimento de quem a possuía para conceder um lugar.

Na Fazenda Engenho Sururu, puderam ser identificadas duas categorias de moradores rendeiros. Os que nasceram e cresceram ali, conforme evidencia o depoimento do Seu Jonas: “nascido e criado aqui, acostumei”.¹⁶ E os que migraram para fazenda, em busca de moradia e terras para cultivar, muitas dessas pessoas após a união do casamento, como o casal, Seu Apolinário e Dona Helena, que afirma: “nós já fez quarenta anos aqui”.¹⁷ Essas famílias têm em comum o fato de serem trabalhadores rurais detentores de uma relação histórica com a terra, apesar de não serem proprietários da mesma.¹⁸

Certa feita, conversava com Seu Severino sobre a quantidade de famílias que moravam na fazenda. Ele, com auxílio de Dona Cândida, sua esposa, e Seu Jailton, ex-vizinho, começaram a contar, um a um, os rendeiros, alertando que alguns eram seus parentes. De maneira coletiva, foram mapeando, através de nomes ou apelidos, aqueles que residiam na Serra, no Sururu e Pindobá, espaços destinados para o

¹⁵ Entrevista realizada com Francisco Assis de Jesus, conhecido como Francisquinho, 75 anos, em 30 dez. 2011, na Fazenda Engenho Sururu.

¹⁶ Entrevista realizada com Jonas Almeida de Jesus, 40 anos, em 03 de dez. 2006, na Fazenda Engenho Sururu.

¹⁷ Entrevista realizada com Helena Maria de Jesus, 66 anos, em 10 de out. 2007, na Fazenda Engenho Sururu.

¹⁸ Alguns autores discutem essa dimensão histórica da população rural brasileira em relação à terra. Ana Lugão Rios e Hebe Maria Mattos ao estudar o sudoeste cafeeiro no pós-abolição enfatizaram a existência de uma memória coletiva e identidade campesina associada não apenas ao passado do cativo, mas a experiência autônoma e familiar do trabalho. *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. RJ: Civilização Brasileira, 2005. Já Wellington Castellucci Junior estuda a região de Itaparica no Recôncavo baiano nas últimas décadas da escravidão e analisa os acordos feitos entre os senhores com os antigos escravos para permanecerem na terra como meeiros ou rendeiros. *Pescadores e roceiros: escravos e forros em Itaparica na segunda metade do século XIX (1860-1889)*. São Paulo: AnnaBlume : FAPESP, 2008. Também Valter Fraga Filho pesquisa as trajetórias de escravos e libertos dos engenhos do Recôncavo baiano, no fim do século XIX e no início do XX e identifica que “a permanência, para alguns libertos, significou a possibilidade de manter o acesso a parcelas de terra para o plantio de roças, garantir a sobrevivência da comunidade e preservar valores culturais próprios”. *Encruzilhadas da Liberdade. Histórias de Escravos e Libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, São Paulo. Ed. da UNICAMP, 2006, p. 277. Tais estudos apontam para uma parcela da população que, na maioria das vezes, não teve a posse da terra, mas sim o acesso mediante ao trabalho ao longo do tempo.

arrendamento da fazenda. Tamanha era precisão da narrativa que pareciam estar seguindo uma trilha:¹⁹

Severino– Lá debaixo da estrada pra cá, daí ó quase a frente aqui rodeou. Daí pra cá e pra lá muita terra, muito lugar. Bom, aí começamos de lá da Serra. Bom, Vivi um, essa Marinalva dois... Toin três, Gerson quatro, Josué cinco, vortou Jonas seis, Carlinhos sete, só ali na Serra, bom. E daqui Renato.

Cândida– Não, já começa de Margô e Liu.

Severino – De lá pra cá. Liu um, Margarida dois, né isso? Bom, Zé três, Necreta quatro, Moisés cinco, Joé seis, Renato sete, Ivan oito. Oito com sete quinze. Aqui dezesseis, dezessete, dezoito, dezenove, dezenove, vinte é.

Cândida– Vinte e dois.

Severino – Vinte e um não, eu botei, botei. É, eu já botei tudo já. Eu fui assim. Hum, Milene ali que é Ito filho também, é bom Milene ali.

Cândida – É vinte e um, não é vinte um?

Severino – É, vinte e um, é os outros foram embora. Dona Maria que a gente falou inda agora. É tem ela ainda, Maria vinte e dois. Bom, aí agora pronto né, e Francisquinho ali. Agora pulemos pra onde, lá o Pindobá. Deu vinte e dois não foi? Aí bote Lió um, Zequinha dois, Aurinho três, Diel quatro, Almiro cinco, Celestino seis, seis...

Jailton – Cesário.

Severino – Cesário oito, Delinonove, tem mais, Dailtondez.

Jailton – Almiro já botou?

Severino – Já, mais mais tá fatando um nesse meio lá.

Cândida – Lindomar.

Severino – Isto, Tico.

Cândida – E Manulo?

Jailton – Ah! Tem Manuel.

Severino – É trinta e ...É o gerente, eu já botei ali no meio, tá com a casa lá também. É muita gente é.

No decorrer da entrevista, Seu Severino fez uso da linguagem corporal,²⁰ movimentando-se na frente da casa e apontando para os locais que seus vizinhos moram, ao mesmo tempo, contava com os dedos para ter a certeza que não se esqueceu de ninguém. Dona Cândida, que no início da conversa, só escutava passou a participar, auxiliando o marido na contagem das famílias rendeiras. Também Jailton que se encontrava na frente da casa, montado no cavalo, aos poucos foi se interessando pelo que estava sendo dito, até porque dizia respeito a sua história, já que nasceu e se criou na fazenda. Os três contaram as famílias, tendo como

¹⁹ Entrevista realizada com Severino de Almeida Silva, 64 anos, em 07 jul. 2011, na Fazenda Engenho Sururu, com a participação de Cândida Santos Silva, conhecida como Dinha, 63 anos e Jailton Cardoso Costa. Atualmente, se mudou para a fazenda do seu sogro no Leal, município de Varzedo.

²⁰ Sobre a voz e o corpo a performance, ver Paul Zumthor. *A letra e a voz: a literatura medieval*; e do mesmo autor *Performance, Recepção, Leitura*.

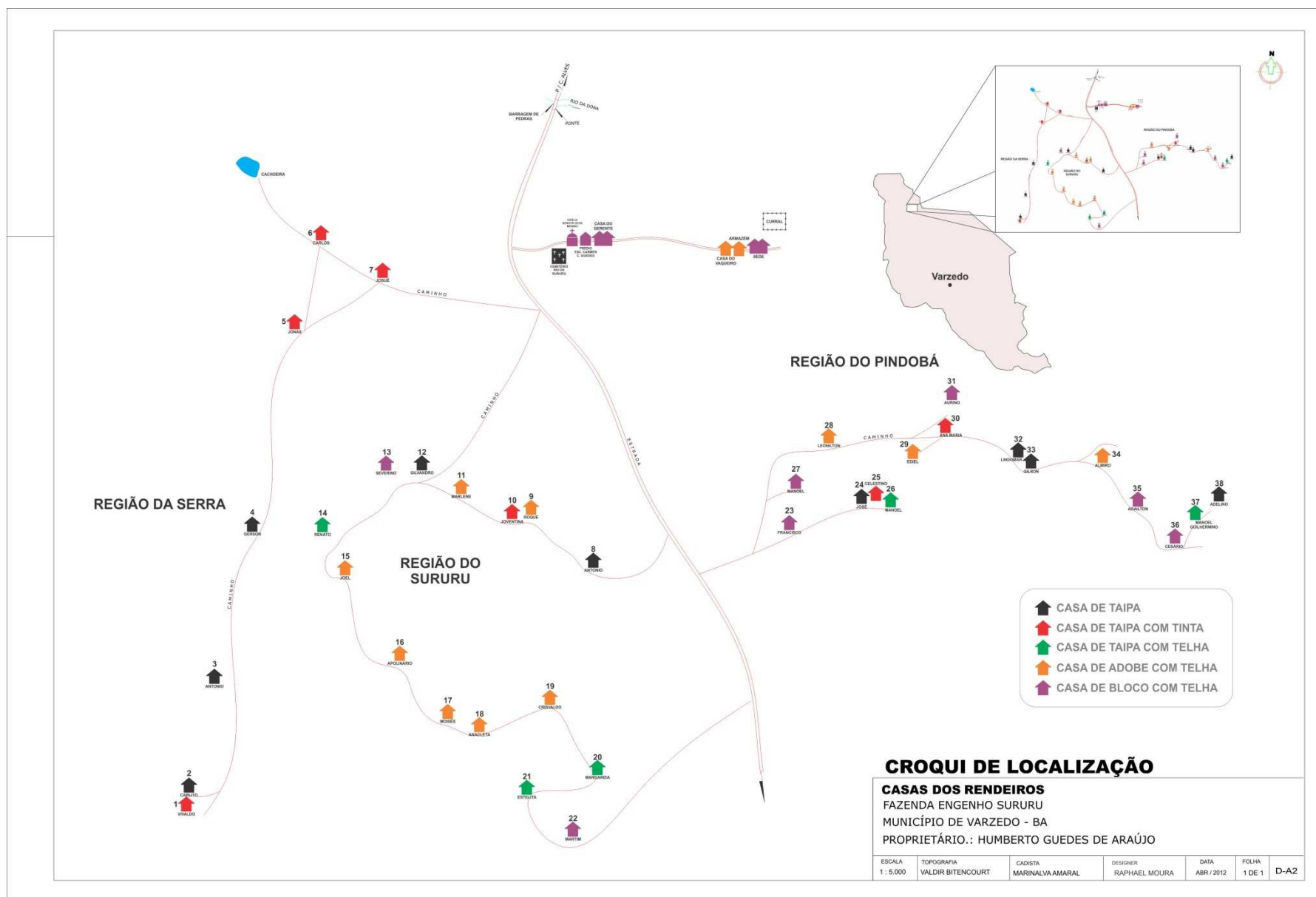
referência, predominantemente, o homem, só em alguns casos que as mulheres foram citadas, pois eram viúvas, divorciadas ou mães solteiras.

Essa narrativa coletiva foi o fio condutor para que depois de alguns meses voltasse à fazenda e, em conversa com Seu Severino, demonstrasse a vontade de visitar todos os moradores. Desse modo, assim como guiou a narrativa para apresentar os rendeiros, eletambém orientou os caminhos que levam à casa de cada família. Tal itinerário foi realizado a cavalo devido à distância percorrida. Começamos pela sede da fazenda, seguimos até a barragem de pedras (que direcionava a água para mover o engenho da fazenda), voltamos para a região da Serra. Seu Severino anunciava a nossa chegada, sempre demonstrando que tinha afinidade com todos: pedia um cafezinho, chamava as pessoas pelo apelido, perguntava por algum parente, ou até mesmo, participava das perguntas que eram feitas aos moradores. Continuamos pelo Sururu e, por fim, a região que ainda não conhecia, o Pindobá. Vale dizer que lá, a utilização das fotografias da região, as quais coleciono, desde 2006, foi um instrumento para conquistar a credibilidade perante os moradores.

Depois de um dia percorrendo os estreitos caminhos de roça, ladeados pela mata, escutando os diversos sons emitidos pela natureza, visualizando plantações nas terras arrendadas, pude compreender elementos imprescindíveis dos modos de vida, de trabalho e moradia daqueles rendeiros. Tais percepções foram expressas através das mulheres que vêm em direção às cachoeiras com bacias de roupas na cabeça, ou voltando com balaios da pescaria juntamente com os filhos no final da tarde; dos homens trabalhando nas roças próximas das casas, cuidando das pequenas criações de animais, ou quando ausentes devido ao trabalho a dia em outra fazenda; ea participação de toda a família na produção do azeite de dendê; os vizinhos reunidos na frente da casa conversando; entre outras cenas que foram aparecendo durante o dia.

A partir disso, foi possível construir o croqui de localização (fig. 01) das áreas da fazenda destinadas para o arrendamento, tendo em destaque as trilhas que ligam as casas dos rendeiros.

Figura 01 – Croqui de localização das casas dos rendeiros na Fazenda Engenho Sururu, 24/01/2012.



Com o croqui, torna mais fácil localizar a espacialidade das terras arrendadas representadas pelas contíguas casas das trinta e oito famílias que vivem atualmente na Fazenda Engenho Sururu.²¹ É perceptível também que existem algumas casas bem próximas, estas geralmente são dos filhos que constroem no arrendamento dos pais ao constituir sua própria família (aspectos discutidos no II capítulo).

Para responder à pergunta sobre a quantidade de famílias, Seu Severino recorre uma especial referência espacial: “daí pra cá e pra lá muita terra, muito lugar”. Desse modo, são as experiências dessa gente, nessa terra que é o objetivo dessa pesquisa, através das narrativas desses trabalhadores que rememoramos “tempo sentido e vivido do passado”²² numa perspectiva do tempo presente.

São relatos construídos pela memória, atrelada quase sempre ao mundo do trabalho, onde passado, presente e, às vezes, até o futuro coexistem. Diferentes tempos verbais são utilizados na maioria das narrativas que tentam dar conta das suas vivências. Assim, rememorar o que aconteceu, não é de fato narrar o que realmente aconteceu, mas fragmentos do acontecido alinhando passado e presente, ou ainda, a partir do olhar do presente imaginar o que teria acontecido.

Segundo os depoentes, na Fazenda Engenho Sururu havia um acordo oral²³ firmado entre o trabalhador rural e o proprietário das terras – Humberto Guedes de Araújo.²⁴ Advogado e deputado estadual em vários mandatos, falecido em 2000. Esse concedia aos trabalhadores acesso à terra para serem arrendadas, fixarem moradia desde que fosse em casa de taipa e plantar produtos agrícolas de subsistência. Em contrapartida, os rendeiros pagavam renda, isto é, trabalhavam dois dias por semana, segundas e terças feiras na sede da fazenda.

²¹ O croqui de localização foi produzido com o auxílio do GPS - Sistema Global de Posicionamento.

²² Noção utilizada por Marina Maluf em *Ruídos da Memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.

²³ Sobre contratos verbais no acordo de arrendamento de terras no Recôncavo Rural, ver: B. J. Barickman. *Um contraponto baiano, açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 182. SOUZA, Edinéia Maria Oliveira. *Memórias e Tradições: viveres de trabalhadores rurais do município de Dom Macedo Costa – Bahia, (1930 a 1960)*. Dissertação de mestrado. 1998, p. 44. SANTANA, Charles D’Almeida. *Fatura e Ventura Camponesas, trabalho, cotidiano e migrações – Bahia: 1950-1980*. São Paulo, Annablume, 1998, p.46.

²⁴ Humberto Guedes de Araújo nasceu em 02 de maio de 1907, filho de Astério Guedes de Araújo e Flora Conceição Guedes de Araújo. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Bahia, 1930, Salvador/BA. Casou-se com Carmem de Cerqueira Guedes e teve cinco filhos: Carlos Humberto, Ceres, Tânia, Aglaê e Léa. Advogado em Santo Antonio de Jesus, 1930-1954. Diretor e advogado da Empresa Baiana de Água e Saneamento - Embasa. Eleito deputado estadual pelo Partido Republicano-PR, 1955-1959. Suplente de deputado estadual, PR, 1959-1963, assumiu por diversos períodos, efetivou-se em fevereiro de 1963. Deputado estadual, PR, 1963-1967, reeleito pela Aliança Renovadora Nacional-ARENA, 1967-1971. Suplente de deputado estadual, ARENA, 1971-1975, efetivou-se em novembro de 1974. Faleceu em 22 de novembro de 2000. Ver em: Histórico da Assembleia Legislativa da Bahia.

Alguns entrevistados contam também que, às vezes, a combinação para arrendar as terras dava-se por intermédio do gerente da fazenda que acordava com o proprietário Humberto Guedes. Seu Francisquinho, gerente desde 1972,²⁵ explica tal acordo:

Pedia o consentimento ao doutor. E, as vezes, assim, a pessoa procurava um lugar tal e tal. Aí, eu conversava, ó tem uma pessoa querendo tal e tal e tem um lugar desocupado a renda.

□ E você conhece a pessoa?

Aí dizia assim: de vista eu conheço, parece ser, assim, uma pessoa direita. Porque ele não queria gente que desse trabalho, queria pessoa assim que cumprisse seu dever pronto. *Porque aqui era assim, dever cumprido ó, acabou o problema. Mas se não cumprisse o dever, aí tinha.*²⁶

Seu Francisquinho chama atenção que existia uma preocupação por parte de Humberto Guedes em manter a ordem na fazenda e que os rendeiros “cumprisse seu dever”. O “dever” mencionado era chegar à sede da fazenda, às sete da manhã, nos dois primeiros dias úteis da semana para pagar a renda com o trabalho em diversos afazeres voltados para atividade da bovinocultura de corte como: abrir valado nas vargens, plantar capim, destocar pastos, fazer ou consertar cercas, tirar estacas na serra, carregar água para a sede, entre outras. Ademais, não criar transtornos de convivência com os outros rendeiros. Tais requisitos eram necessários para continuar na fazenda.

Seu Isaias²⁷, rendeiro da fazenda até início dos anos 1980, relaciona sua vida com a obrigatoriedade do pagamento da renda. Na cozinha da sua casa em Castro Alves, contava com desenvoltura as histórias de sua família. Enquanto sua esposa Iraci e filhas preparavam o almoço, os netos brincavam no fundo da casa e sua sogra Maria Alexandrina escutava atentamente tudo que estava sendo dito. As lembranças do tempo vivido compunham a narrativa sobre a trajetória de vida da sua família, atrelada ao fato da obrigatoriedade do pagamento da renda, “nascido e criado, sempre pagando dois dias de renda”. Por isso, no determinado momento da entrevista ele conclui que a condição de ser rendeiro era uma “vida sofrida”, afirmando: “eu não gosto nem de lembrar, mas eu gosto de lembrar”.

²⁵ Marco lembrado, pois sua filha mais velha tinha dez meses quando passou a ser gerente da fazenda.

²⁶ Entrevista realizada com Francisco Assis de Jesus, conhecido como Francisquinho, 75 anos, em 30 dez. 2011, na Fazenda Engenho Sururu.

²⁷ Entrevista realizada com Isaias Almeida Aragão, 60 anos, em 19 jan. 2012, na cidade de Castro Alves. Saiu da Fazenda Engenho Sururu, na década de 1980, motivado por um sonho que teve com seu pai.

Conflitos no ato de relembrar que compõem narrativas singulares. Seu Isaias, ao mesmo tempo, em que não quer lembrar sobre o passado, ratifica imediatamente que gosta de lembrar. Dessa maneira, reconhece a importância de trazer à memória mesmo aqueles aspectos não tão agradáveis, talvez no intuito de não esquecer as suas vivências no mundo do trabalho no espaço rural. Nesse sentido, Alistair Thomson defende que algumas experiências e sentimentos são silenciados e reprimidos na memória de forma consciente, uma vez que são lembranças que de algum modo trazem sofrimentos.²⁸

O entrevistado faz, ainda, menção a um tempo em que “não tinha nem sequer panela de alumínio, era panela de barro, vasilha de fazer café de barro, tudo isso aí, a gente comia naquelas cuia... que cerrava e fazia cabaça de prato, prato de queijo”. Representado pelas condições precárias em relação à alimentação e vestimentas para enfatizar o tempo presente da narrativa distante do período em que trabalhava na fazenda. Interessante notar que as comparações referentes à alimentação foram proporcionadas pelo espaço da entrevista, os cheiros da comida e fartura que se encontravam na mesa posta para o almoço anunciava outro tempo na família de Seu Isaias.

Foi nessas circunstâncias em que ele voltou ao tempo quando era criança para lembrar os ensinamentos do pai, e, de alguma maneira, evidenciar que tinha orgulho de ter começado a trabalhar de enxada desde os oito anos.²⁹ Afinal, para ele “a vida é essa mesmo” e “graças a Deus agradeço por isso”, como que reconsiderando o que poderia ter sido pouco agradável durante o trabalho na Fazenda Engenho Sururu.

A construção da narrativa de Seu Isaias articula-se entre passado-presente, numa perspectiva continuada pelas experiências lembradas. Como diz Thomson “que memórias escolhemos para recordar e relatar (e, portanto, lembrar), e como damos sentido a elas são coisas que mudam com o passar do tempo” (THOMSON, 1997: 57).

²⁸ Alistair Thomson ao se reportar a memória da guerra pelos *Anzacs*. Conferir em: *Recompondo a Memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias*. In: *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 1997, pp. 60-70.

²⁹ Beatriz Heredia ressalta a importância dessa ferramenta para os trabalhadores do Nordeste do Brasil, uma vez que, essa expressão é utilizada para indicar que quem trabalha com a enxada desenvolve tarefas agrícolas. HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. *A Morada de Vida: trabalho familiar de pequenos produtores rurais do nordeste brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 60.

O pagamento da renda era referente ao trabalho nos dois primeiros dias úteis da semana. Segundo alguns rendeiros o trabalho de segunda-feira era por conta da renda e o dia de terça-feira eles recebiam uma “mixaria” pelas atividades desenvolvidas. Há divergências acerca desse pagamento feito pelo gerente no final da tarde, nos dias de terça-feira. Alguns rendeiros frisam a existência desse pagamento atribuindo um valor irrisório, outros negam sobre tal recebimento, ou silenciam nas narrativas determinados aspectos que compõem o arrendamento rural na fazenda. Convém aqui esclarecer que a perspectiva não é concluir se existia ou não remuneração pelo trabalho nos dias de terça-feira, mas compreender os significados disso para os trabalhadores.

O pagamento em forma de trabalho era a condição primeira do arrendamento. Seu Isaías, assim como outros depoentes, especifica que “sempre pagando dois dias de renda, dois dias de renda, segunda e terça”. Logo, não existia o pagamento pelo trabalho, pois a diária “era renda”. Essa perspectiva indicava que a renda representava uma lógica peculiar de trabalho, ou seja, os rendeiros trabalhavam para pagar pela terra arrendada e não para receber pelo trabalho desenvolvido na sede da fazenda.

Outras narrativas, nesse sentido, foram apresentadas pelos entrevistados. A conversa entre Dona Helena, Seu Apolinário e Dona Margarida, ajuda a entender outras nuances do arrendamento na fazenda:³⁰

Margarida - Acho que ganhava três, o que era? Uma mixaria que ganhava aqui.

Apolinário – Era segunda e terça.

Helena – Mais ganhava um salarinzinho?

Margarida – Dinheiro pouco, ganhava besteira (risos).

Helena - Um conto de ré, cinquenta centavo, sei lá, (risos) um negócio assim.

Apolinário – Depois que começou. Primeiro parece que era cinquenta centavo, era um negócio assim. Toda semana eu ia.

Helena– Que teje com fome ou barriga cheia.

A construção desse diálogo evidencia a tentativa de três pessoas lembrarem qual era o valor que os rendeiros recebiam pelo trabalho no dia de terça-feira. O pagamento atribuído era considerado “besteira”, “mixaria”, “salarinzinho”, uma vez que, não representava nem meia diária em relação ao valor de uma diária

³⁰ Entrevista realizada com Helena Maria de Jesus, Apolinário Santos Costa de Jesus e Margarida Maria de Jesus em 10 out. 2007, na Fazenda Engenho do Sururu.

em outra fazenda da região. Sugere então que,esses rendeiros não reconheciam tal recebimento como um pagamento pelo dia de trabalho duro. Tendo em vista que, para alguns, esse pagamento nem é lembrado, como também não estabeleciam muita distinção, em relação à segunda-feira e a terça-feira pelo pagamento, mas sim pela obrigatoriedade de ir trabalhar na fazenda.

Essas narrativas, que a princípio podem parecer dissonantes, são importantes,pois contribuem para a percepção de aspectos diversos, não hegemônicos das práticas de arrendamento. Nesse sentido, também Seu Isaias fala sobre esse “dinheirinho” no dia de terça-feira:

Naquele tempo era um dinheirinho de um real, era um cruzeiro de cinquenta centavos no dia de terça-feira. Era um cruzeiro não sei que dinheiro era. E sabe de uma, o valor que era... O homem [gerente] vendia bolacha. A gente mesmo comprava merenda e largava tudo por lá e tinha vez que ainda ficava devendo pra outra semana. Francisquinho tinha uma venda, tinha uma vendinha. Quem gostava de tomar uma pinga tomava, mas eu não gostava de tomar pinga.

Ele continua a compor suas memórias apresentando complicadas relações com o passado. Nessa passagem o entrevistado faz uma associação do valor recebido pelo trabalho desenvolvido no dia de terça-feira com o valor de uma pinga na venda do gerente da fazenda, para exemplificar que se tratava de um “dinheirinho” de pouco valor. Esse espaço social, comum na área rural³¹, representava um lugar que não só se comprava e vendia alguns produtos,como também outros papéis eram desempenhados entre rendeiros, que também eram fregueses, e o gerente, que era o vendeiro.A referência feita às moedas serviu para abalizar o tempo a que ele estava se referindo.

Havia situações nas quais a família pagava renda anualmente com uma quantia em dinheiro. Um dos casos era situações aquelas chefiadas por mulheres, mãe solteira e/ou viúva, que também poderiam ser requisitadas para algumas atividades eventuais na sede da fazenda. Além disso, os homens que pela idade avançada, já não conseguiam pagar renda com o trabalho, por isso pagavam a dinheiro. Nesses termos, era o acordo de Seu Esmeraldo com o gerente que também era seu compadre, Manoel de Guilherme. Segundo a esposa do

³¹ Sobre esse aspecto Josiane Thethê Andrade aborda na dissertação de mestrado *O Tabuleiro das vendas: cotidiano de um povo marcado pelas lojas nas roças*. (mestrado em História Regional e Local) UNEB. Santo Antonio de Jesus, 2010. Discute sobre as relações econômicas, sociais e culturais desenvolvidas pela população local e fregueses no espaço das vendas (estabelecimentos comerciais) do povoado do Tabuleiro, que está localizado no município de Mutuípe - BA.

rendeiro, Dona Joventina, “os outros tudo pagava dia de renda e Esmeraldo pagava a dinheiro porque ele tinha reumatismo no joelho”.³²

Os rendeiros “se não pagasse a nica, pagava a dia” como disse Dona Margarida. Assim, há distinção enquanto a forma de pagamento, mas ambas as famílias precisavam trabalhar, seja na sede da fazenda ou nas terras arrendadas, para cumprir o acordo do arrendamento rural.

Adiferenciação no pagamento da renda está intrinsecamente ligada à composição familiar. A situação dos componentes, as diferenças entre gêneros e a periodicidade no pagamento da renda são características úteis para pensar como as relações de trabalho são construídas na fazenda e a definição dos papéis atribuídos a cada um. Na narrativa de Dona Estelita, conhecida por todos como Liu, surgem detalhes sobre as distinções entre gêneros e outras especificidades do trabalho na fazenda.

Muita renda. Meu avô morreu ficou eu e minha mãe pagando renda a dinheiro né, nós pagava a dinheiro né. Começou a pagar mais barato de vinte conto, de vinte conto. Foi artiano, foi artiano, foi artiano, foi artiano, foi artiano... nós chegou pagar até...cinquenta, sessenta. Todo ano no mês de janeiro a gente dava o dinheiro da renda. Depois, depois esse homem aqui veio morar mais eu né, tá com dezoito anos, vai fazer dezoito anos que é a idade do meu menino. Bom, aí Francisquin mudou a renda pra dia, porque a gente mulher pagava a dinheiro né, e os maridos, os homens pagava a dia de renda, segunda e terça na renda. *Nós mulher pagava renda de dinheiro e os homens que pagava a dia.* Eu minha mãe, tem mais outras lá do outro lado ali, Ana sabe como é, tem outra viúva que tinha ali que morreu, finada Dalva.³³

Dona Liu, filha de Dona Margarida, chegou a Fazenda Engenho Sururu com “um ano e meio de nascida”. Ela conta que veio “da fazenda do véio Darino”, seu pai, onde sua família tinha terras arrendadas. Nas diversas vezes que tive contato com Dona Liu, ela fazia questão de enfatizar essa parte da sua história de vida, numa tentativa de deixar claro que era filha de um fazendeiro da região. Todavia, o fato de não ter sido reconhecida, por ser filha bastarda, era algo silenciado, mas expresso por manter-se na condição de rendeira.

³² Entrevista realizada com Joventina Maria da Silva, conhecida como Moça, 100 anos, em 31 jan. 2012, na Fazenda Engenho Sururu.

³³ Entrevista realizada com Estelita de Jesus, conhecida como Liu, 59 anos em 25 set. 2007, na Fazenda Engenho Sururu.

As experiências de vida narradas pela depoente estão sempre aliadas ao contato com o trabalho e as suas expectativas de mudanças a partir dele.³⁴ Dona Liu sinaliza para a intensidade das mudanças na alternância do pagamento da renda na sua família. Repetindo por várias vezes a palavra “artiano”, aumentando o tom da voz, numa perspectiva de marcar um tempo que na sua casa o pagamento pelas terras arrendadas era realizado pelas mulheres. “E nós pagava a dinheiro por tanto anos, porque nós era mulher, nós não ia trabalhar de junto dos homens lá na fazenda”. Assim sendo, são definidos as práticas e os espaços de trabalho a partir de questões culturais do grupo e de uma divisão por gênero.

A riqueza dessa fala consiste na descrição dos pormenores nas diferenças nos pagamentos da renda direcionados aos homens e as mulheres, assim como também Dona Liu revela suas múltiplas identidades construídas no decorrer da vida: ser mulher, ser mãe, ser rendeira, ser trabalhadora rural. Desse modo, ao constituir-se mulher e identificar-se enquanto tal, juntamente com a sua mãe, Dona Liu consegue estabelecer uma narrativa focada nas diferenciações entre os pagamentos da renda, confirmando as dimensões identitárias que perpassam a vida cotidiana e o mundo do trabalho feminino.

Além dessas peculiaridades sobre o trabalho no sistema de arrendamento rural, existiam outras formas de pagar a renda com serviços como: olhar a mata, zelar o cemitério e quintal da sede da fazenda. E havia também acordos que estavam atrelados não ao pagamento, mas ao recebimento pelas atividades que eram desempenhadas. Como é o caso do vaqueiro e o ajudante na lida com o gado. E também o gerente, cuja função era de administrar os serviços na fazenda.

Segundo Seu Francisquinho, o serviço de olhar a mata não era realizado diariamente, mas duas ou três vezes no mês. Tal serviço era necessário devido à extensão territorial da fazenda, bem como pelo tipo de vegetação que propiciava a invasão e a extração de madeira sem a percepção do gerente. Desse modo, “tinha aí Rufino, ficou decadente não foi mais, quem ficou olhando foi Gerson”. O rendeiro que ficava responsável por essa atividade não precisava pagar renda, pois seu ofício já representava o pagamento pelas terras arrendadas.

³⁴ As importantes interpelações entre trabalho e vida estão substantivamente exploradas em THOMPSON, Edward P., *Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. (trad.) S. Paulo, Companhia das Letras, 1998, pp. 271-272.

Ser zelador do quintal da sede e do cemitério por muito tempo foram tarefas que ficaram por conta de Seu João. Ao contar sua trajetória de vida, aos 75 anos, ele lembra que nasceu na Mata do Chaves, em referência a uma fazenda vizinha de propriedade de Lô Chaves e Herculana. Depois seu pai morreu, sua mãe “se amigou aí com o véio que chamava Tertulino”³⁵ e migrou para a Fazenda Engenho Sururu, onde “acabou de se criar”. Não sabia ao certo precisar o ano que chegou, mas recordou de um detalhe significativo “quando eu vim, eu já tava fazendo a barbinha (risos)”. Interessante considerar os marcos adotados pelos trabalhadores para estabelecer os tempos da memória.³⁶

Quando pedi a Seu Severino para me contar um pouco mais sobre o que era pagar renda, ouvi a seguinte resposta: “é a gente dia de segunda-feira botar a enxada no ombro e ir trabaia pra o patrão (risos). Segunda e terça é trabaia pra o patrão, segunda e terça”. Expressão empregada por Seu Severino para designar a prática de trabalho na fazenda em dois aspectos fundamentais. O primeiro refere-se à condição de trabalhadores rurais que têm acesso à terra através do seu trabalho com a permissão do proprietário das terras. O segundo aspecto remete a obrigatoriedade do pagamento da renda semanalmente nos dias de segundas e terças-feiras, ou outras atividades desenvolvidas: “a gente só trabaia com gado só. Trabaiaava, trabaiaava, pagava renda. Depois da renda mesmo passou a trabaia com gado. É, somos vaqueiro”.³⁷

A construção da narrativa por Seu Severino decorreu da pergunta feita ao seu filho Gilvando sobre o pagamento da renda na fazenda. Ele aproximou-se desconfiado, mas com interesse de esclarecer o tipo do seu trabalho e do filho, afirmando por várias vezes que era só gado. Indica, portanto, um esforço em estabelecer possíveis distinções entre ser rendeiro e ser vaqueiro. Todavia, o pagamento da renda acontecia antes configurado com o “trabalho da enxada” e depois com o “trabalho com o gado”. Notei uma identificação com o último na medida em que ele se reconhece enquanto vaqueiro provavelmente compreendido como mais agradável do que com outro tipo de compromisso.

³⁵ Entrevista realizada com João dos Santos, 75 anos, em 18 jan. 2012, na Fazenda Engenho Sururu.

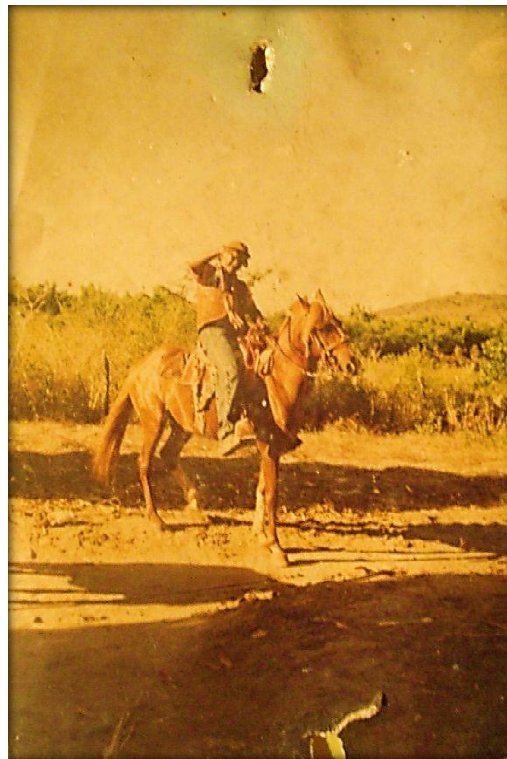
³⁶ Aqui cabe lembrar as palavras de Michael Pollak “na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes e imutáveis”. POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

³⁷ Entrevista realizada com Severino de Almeida Silva, 60 anos, em 10 out. 2007, na Fazenda Engenho Sururu.

O receio de Seu Severino no primeiro encontro foi substituído pela satisfação de contar suas vivências todas as vezes que retornava à fazenda, confiança construída e conquistada na medida em que o tempo foi passando. Conseqüentemente, passei a ser convidada para entrar em sua casa. Numa dessas oportunidades avistei na parede da sala de chegada várias fotografias, constituindo um álbum exposto da família. Curiosamente, em sua maioria, retratavam seus filhos e netos montados em bois e cavalos. Uma referência a seu ofício por mais de quarenta anos.

Uma das fotografias em questão representa Seu Severino nas terras arrendadas, na frente da sua casa, em cima do seu cavalo “Boa Sorte”. É possível perceber a intencionalidade na postura de controle do animal para posar para a foto com sua indumentária, chapéu e jaleco de couro segurando o rebenque. Observa-se, ainda, uma rasura no centro da parte superior da foto, marca causada pelo prego para prender na parede de barro.

Figura 02 – Severino, vaqueiro da Fazenda Engenho Sururu.



Fotografia: Álbum de família, data aproximada 1996 (época de Carnaval).

A esse respeito, existe a possibilidade de Seu Severino estar indo ou voltando do trabalho, ou ainda ter construído a cena no intuito de registrar algo do seu

cotidiano, numa clara tentativa de deixar registrada na imagem sua condição de vaqueiro.

Dona Cândida³⁸, esposa de Seu Severino, lembrou o período que essa foto foi tirada, numa época de carnaval, quando os parentes que moravam em Salvador vieram passar três dias em companhia da família e registraram várias fotos. Afinal, “a fotografia por si não fala” (LEITE, 2009: 339), portanto, é necessário que os fotografados revelem o tempo, o espaço e às vezes, até os motivos que levaram a tirar aquela fotografia. Com isso, a construção da memória da fotografia é feita a partir de elementos apresentados ou não na imagem e ainda aqueles aspectos selecionados pelo depoente.

Depois de várias entrevistas e conversas informais com Seu Severino, notei que constantemente ele reafirmava a sua ligação com a Fazenda Engenho Sururu. “Nasci aqui e me criei aqui, vaqueiro, vaqueiro muitos anos bom e, trabaei graças a Deus e tudo direitinho bom e, hoje a gente tá aqui”. Assim, ele enfatiza o seu pertencimento com o lugar vivido e ressalta também que essa permanência na fazenda, ao longo de sua vida, ocorreu por causa do seu trabalho.

Em relação à lida com gado, Seu Severino explica que não tinha interferência do gerente, pois:

Meu serviço bem sabia o queé que eu ia fazer. Então, era trabaiá. Então eu sabia me orientar: pegar gado botar no canto, pegar botar no outro canto, agora só não fazia pegar vender aiera com eles lá, prendia ...aí agora umbora pro currá, aí o negócio lá era com eles.

O posicionamento de Seu Severino sugere autonomia sobre a atividade que desempenhava, inclusive delimitando o que lhe competia e aos outros. O trabalho com gado era diário, pois além das obrigações citadas acima, Seu Severino afirmou que muitas vezes de sua casa avistava urubu voando em direção as “mangas”, pastagem apropriada para criação de gado, e no mesmo instante partia para a sede da fazenda para averiguar se estava acontecendo alguma coisa. Porém, as lembranças de tal dedicação surgem acompanhadas pelo sustento de negatividade quanto ao valor recebido pelo trabalho intenso realizado. Em tom de denúncia, Seu Severino comentou que:

³⁸ Entrevista realizada com Cândida Santos Silva, conhecida como Dinha, 63 anos, em 24 jan. 2012, na Fazenda Engenho Sururu.

O dinheiro que toda vida achou aqui foi um *dinheiro mixe*. Então a gente plantava uma rocinha e tal, e fazendo roça, porque quem ganha, quem ganha, paga o que, paga aqui quarenta reais por mês, por mês, ainda hoje quarenta reais por mês. E ainda esse mês ela nem pagou, que o gado saiu aí, no sei, nem mandou ainda, não sei porque, não sei se vai pagar ainda, não sei se não vai pagar mais, só sei que não chegou mais. Era cinco, era cinco naquele dinheiro véi, depois passou pra cruzeiro e pra reais, ai évem, évem ...aí agora passou pra quarenta reais por mês. São oitenta por mês, quarenta dele e quarenta meu.

As insatisfações e incertezas presentes na fala de Seu Severino são referentes tanto ao “dinheiro mixe” recebido, quanto pela instabilidade do exercício da sua função na fazenda. Assim sendo, suponho que ele, em alguns momentos, tinha dimensão de ser reideiro na condição de vaqueiro da fazenda, com o trabalho atrelado à labuta com o gado. Porém, a narrativa acentua agora uma mistura de sentimentos, ora de insatisfação e ora de orgulho de exercer tal atividade, já que esta lhes conferia distinção e proximidade do patrão.

1.2 PATRÃO E TRABALHADORES.

Os reideiros, ao referirem-se a Humberto Guedes de Araújo utilizavam vários termos, como patrão, proprietário, doutor, dono das terras e fazendeiro. Os mais pronunciados pelos entrevistados foram patrão e doutor. Diante disso, cabe perguntar: Quem era esse patrão? E como era constituída essa relação?

“Uma pessoa toda boa”, afirmou o reideiro Seu Martim. E acrescentou dizendo que:

Ele vivia em Salvador, morava lá direto né, as vezes vinha aí na fazenda, em tempo e tempo né, tempo e tempo. Dia que ele chegava e tava no dia de segunda ou terça, ele chegava e que a gente trabalhava aí né nós via, mas então não via não. Vez que ele vinha a passei a gente não via tombem. A gente fica no *recanto da gente*, fazer como é o caso, proprietário quando chega na fazenda dele nunca vem ver quem mora nesse *recanto longe*, a gente nem sabe que chegou né? (risos).

Nessa narrativa, o proprietário aparece como alguém distante, ou seja, aquele que não tem uma relação próxima com os trabalhadores que moram e trabalham na

sua propriedade. Nesse sentido, não interferia diretamente no dia a dia da fazenda, pois só vinha de “tempo e tempo”.

Em contrapartida, para Dona Anacleta, o patrão fazia questão em manter a ordem e, porque não dizer também, o controle da fazenda, mesmo que, para isso precisasse intrometer-se na vida de homens e mulheres que conviviam nas suas terras, conforme relatou:

Num vejo melhorar nada aqui... pra mim ainda mais. Há uns tempos atrás, tava melhor do que agora, *porque eu tinha meu marido, ele fazia feira direto*. Depois que ele bagunçou que tem dezesseis anos, fez dezesseis anos que ele bagunçou e saiu. A fazenda não aceitou, ele foi embora. Pegou uma briga com o colega dele aqui e... correu. Aí, o doutor mandou me chamar, doutor Humberto.

Se eu preferia ficar na rodagem com os trem na cabeça, ficar debaixo do pé de pau com os filhos ou ficar em casa?

Porque ele se acovardou e correu.

Ele disse: Oie eu garantia que ele vortasse atrás, o cara que cortou ele, não era homem de fazer nada com ele, mas se acovardou, *saiu do batente pra fora e agora num entra mais*. A senhora prefere ficar com a cabeça no mundo ou a senhora quer ficar em sua casa?

Quero ir pra minha casa.

Então não aceite ele.

Eu num aceitei e tô até hoje. Foi cachaça.³⁹

Dona Anacleta, faz neste relato uma curiosa construção com sua memória, alternando dois tempos. O tempo de antes é lembrado pela participação do marido como provedor da família⁴⁰ e o tempo de agora marcado pelas dificuldades enfrentadas para criar seus filhos depois que ele foi embora. Tal situação deve-se ao fato que seu marido “bagunçou” na fazenda, por isso Humberto Guedes estabeleceu duas possibilidades para a rendeira: continuar na fazenda que representava a segurança de criar os filhos, ou a incerteza de acompanhar o esposo.

Entretanto, a condição para a rendeira permanecer na fazenda era não aceitar mais o marido, já que ele fugiu. Como fica evidente na expressão “saiu do batente pra fora e agora num entra mais”. Ao que tudo indica as ordens do patrão não se destinavam tão somente as questões referentes ao trabalho, mas também se estendiam a vida privada dos rendeiros, ao ponto, de interferir nos rumos de uma família.

³⁹ Entrevista realizada com Anacleta Sande Ribeiro, conhecida como Necreta, (idade não informada), em 10 out. 2007, na Fazenda Engenho Sururu.

⁴⁰ A ausência do homem como provedor da família, ver também na abordagem de Joseane Bispo de Oliveira na dissertação de mestrado: *Trabalho e sociabilidade no sertão da Bahia: as “quebras” e “tiras” de licuri*, p. 41.

Para o administrador da fazenda, o patrão era um homem que tinha muitas ocupações, por isso às vezes não vinha na fazenda todo mês. Outro empecilho eram as péssimas condições das estradas, tendo que ir montado a cavalo da Fazenda Santana do Rio da Dona à Fazenda Engenho Sururu. Apesar disso, eles mantinham contato, primeiro através de carta depois através do telefone. Seu Francisquinho lembra que ia até Castro Alves todos os sábados para conversar com o patrão pelo telefone. “Aí ele dizia o que queria e, eu dizia o que é que tinha feito, como é que estava ocorrendo às coisas aqui”.

Essa comunicação era importante porque direcionava as atividades do gerente. Por exemplo, quantos gados seriam abatidos na sexta-feira, quais atividades deveriam ser desenvolvidas pelos reideiros naquela semana na sede da fazenda, entre outras questões que por certo existiam.

No decorrer da entrevista Seu Francisquinho expressava um tom de satisfação sobre a confiança que o patrão depositava nele, ao se referir que ficava uma quantia em dinheiro na sua mão para resolver questões da fazenda: “o dinheiro estava aí a disposição e quando o dinheiro faltava ele deixava a autorização pra pegar na mão de Eurides e depois com Toi de Eurides.⁴¹ Matava boi lá e aí sempre ele fornecia dinheiro”.

Ao indagar também o vaqueiro da fazenda sobre Humberto Guedes, ele responde:

Ah! Eu conversava muito ...doutor Humberto, eu conversei até depois de morto (risos). Aí nunca impatou minha coisas, nunca impatou eu trabaiá, nunca me reclamou de nada, eu não dava lugar. Vinha sempre em dois em dois mês, em mês e mês então ele vinha, ele ia mais em Santana. Aí eu perguntava: ô doutor porque o senhor não vem aqui direto?

Não, Severino eu aqui não preciso vim direto aqui não, eu tenho você aí, então eu não preciso vim aqui. Agora em Santana, eu vou porque eu não posso deixar meu bichinho sozinho, lá eu não tenho quem olhe. Então aqui você tá aqui eu não preciso vim cá.

Bom, mas sempre o senhor vem, bom, aí vinha aqui prosava, as vez quando eu não tava na sede eu ia pra lá, aí a gente ficava o dia todo lá...era assim é. Pra mim foi um patrão bom, um patrão bom, nunca me impediu de fazer nada, nunca proibiu de fazer nada. Falava, dizia...ah doutor me paga...me aumenta doutor. Trabaio com tanto gado e o senhor não aumenta nada.

Não Severino tira da fazenda.

⁴¹ Meu avô e tio, respectivamente que, coincidentemente, foram citados no depoimento.

Assim. É aí eu não dizia nada não. *Tira da fazenda mermo Severino. Aí se eu fosse até um ladrão, eu vendia o gado tudo (risos). Não é? (risos) é. Tirar da fazenda, tirar o que?*

“Patrão bom” foi assim que o vaqueiro da fazenda definiu Humberto Guedes devido à confiança depositada no trabalho que ele (vaqueiro) desempenhava na fazenda. Por conta disso, existe um empenho de Seu Severino em narrar momentos que sugerem uma relação próxima com o patrão, inclusive em conversas em que tanto ele cobra a presença mais constante do doutor, quanto o doutor enaltece a importância de tê-lo como vaqueiro na fazenda. Da mesma maneira que enfatiza, logo no início da sua fala, que conversava com o doutor “até depois de morto”, as vivências afloram de modo a tornar perceptível sua aproximação com Humberto Guedes.

No decorrer da entrevista, Seu Severino rememora um significativo diálogo, no que tange a sua iniciativa, um pouco que escabreado, de pedir aumento para o patrão pela labuta constante com o gado. E tem uma curiosa e surpreendente resposta: “tira da fazenda”. Essa resposta sugere que para o patrão, ele já fazia uso das terras arrendadas e poderia continuar plantando e colhendo, bem como o seu trabalho enquanto vaqueiro estava atrelado ao pagamento da renda, portanto o recebimento pelo serviço era suficiente.

Não obstante, Seu Severino no ato de contar questiona a fala do patrão, pois a partir da sua autorização, ressalva que se não fosse uma pessoa correta vendia todo o gado. Do seu ponto de vista, o que tirava das terras arrendadas lhe pertencia, já o gado fazia parte da fazenda. Percepções diferentes que informam um pouco como se davam as relações de trabalho.

Humberto Guedes também utilizou da mesma estratégia tanto com o vaqueiro quanto com o gerente em relação ao pagamento pelas atividades desenvolvidas. Segundo Seu Francisquinho:

Esse pessoa paga pouco. Doutor Humberto mesmo cansava de me dizer:

□ Olha Francisco o dinheiro é pouco, mas aí tem terra vocês tiram a renda de vocês na terra.

Cansou de me dizer isso. E ele não gostava de preguiçoso que ficasse pra depender dele não, ele gostava da pessoa que se virava. E era o meu caso. Eu plantava muita mandioca, no tempo que lavrava fumo, plantava fumo, feijão, milho, abóbora. Eu criei meus filhos e botei pra estudar com o trabalho da minha roça. Que ele me

pagava, mas era... [fez o gesto sinalando com os dedos para demonstrar que era pouco] é. Naquele tempo o salário era muito pequeno e eu ganhava no total de meio salário.

“Tiram a renda de vocês na terra”. Novamente, Humberto Guedes menciona o usufruto da terra, de propriedade dele como suficiente para o trabalhador se manter.⁴² Assim, o pagamento pelo trabalho desempenhado era visto pelo fazendeiro como uma espécie de agrado, já que havia a cessão da terra para o desenvolvimento de atividades agrícolas que garantissem a sobrevivência da família.

Uma coincidência nas narrativas do vaqueiro e do gerente no que concerne à frase recorrente do patrão em tirar a renda nas terras. Por outro lado, os depoimentos se afastam no momento em que Seu Severino interpreta essa fala do patrão questionando: “tirar da fazenda, tirar o que?”. E seu Francisquinho analisa a mesma fala, na perspectiva que o patrão “não gostava de preguiçoso que ficasse pra depender dele”. Contraposições que indicam modos de pensar a partir da relação estabelecida entre eles e o fazendeiro.

Seu Francisco, conhecido por todos como Francisquinho, aparece na fotografia (fig. 03) na frente da sede da fazenda com olhar direcionado para as *terras de trabalho* dos reдеiros, gerenciados por ele desde início da década de 1970. A posição do seu corpo reto, próximo à casa sede, expressa a leitura que ele mesmo faz, quando diz que era “obediente”, característica fundamental, além de ser “habilidoso e direito”, para ter sido indicado pelo gerente Antônio de Barba e escolhido por seu patrão. É necessário lembrar que Seu Francisquinho nasceu, em 1936, na Fazenda Santana do Rio da Dona, pois seu pai Epifânio Bispo da Cruz, aos treze anos, “pediu lugar na fazenda, ainda a doutor Astério, pai de Humberto Guedes”.⁴³ Sem dúvida, era uma relação marcada pelo acordo de arrendamento entre pais e, posteriormente entre filhos.

⁴² Margarida Maria Moura afirma que “um presente que deve impulsionar o lavrador a trabalhar de modo fiel e leal para a fazenda. O salário não está em jogo aqui. Tudo se dá no âmbito de regras costumeiras, pelas quais, ao se receber permissão, deve-se retribuição”. Ver da autora *Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos da expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Hucitec, 1988, p.174.

⁴³ Francisco Assis de Jesus, em 30 dez. 2011. Entrevista citada.

Figura 03 – Francisquinho, gerente da Fazenda Engenho Sururu.



Fotografia: Trabalho de campo, 03 dezembro 2006.

No caso específico, indica também um costume da família Guedes em manter o sistema de arrendamento por várias gerações. Vejamos o que Seu Francisco comenta sobre tal costume:

Assunta! Lá na Fazenda Santana do Rio da Dona, o trato era para pagar dois dias por semana, segunda e terça. Podia ser um outro dia, mas o costume era logo segunda e terça, porque o resto da semana a gente ficava livre. Aí pra trabalhar segunda e terça, o dia de segunda ficava por renda e o dia de terça eles pagavam a gente. Pra ter aquele dois dias por semana, porque na certa achava que um dia só não era tanta coisa para fazer o que eles queriam. Os pessoal naquela época de muita terra como doutor Humberto, Reinaldo Sampaio⁴⁴ e outros fazia tudo com os arrendeiros, assim a *poder da renda*, não dependia que nem hoje que quem quer fazer gasta dinheiro, paga. E o pagamento naquela época era uma besteirinha. O dia de terça recebia, eu nem me lembro daquele dinheiro antigo mais, eu sei que eu recebia uma taxa.⁴⁵

Essa narrativa assinala para uma prática comum no Recôncavo rural, o arrendamento de terras, assim como B. J. Barickman encontra em seu estudo, desde século XVII, acordos de arrendamento entre senhores de engenho e

⁴⁴ Reinaldo Sampaio tinha uma fazenda denominada de Sampaio, localizada também no município de Varzedo, objeto de pesquisa do escritor Isaias Alves em *Matas do Sertão de Baixo*.

⁴⁵ Francisco Assis de Jesus, em 30 dez. 2011. Entrevista citada.

lavradores de cana.⁴⁶ Seguindo a pista do entrevistado, os trabalhos eram realizados pelos rendeiros pelo “poder da renda”. Talvez, essa seja uma das explicações por manter o costume de arrendar terras na Fazenda Engenho Sururu, uma vez que não havia gastos com as atividades desenvolvidas.

No estudo sobre o pós-abolição na Bahia, Edinéia Souza afirma que:

As práticas de arrendamento e meação de terras disseminadas pelo Recôncavo baiano após a abolição assinalam um redimensionamento daquelas experiências vividas durante a escravidão, ainda que apresentem contornos novos nas relações de poder estabelecidas entre os trabalhadores rurais de então e os proprietários de terras. (SOUZA, 2012: 119)

Trata-se de uma permanência que não foi transformada pelas novas relações de trabalho, ou seja, continuidade de práticas antigas. Ocorrendo mudanças no que diz respeito aos acordos que foram sendo constituídos por novos sujeitos no decorrer do tempo.

Na construção da narrativa de Seu Francisquinho existe uma tentativa de estabelecer dois tempos distintos. O primeiro era como rendeiro que pagava renda com o seu trabalho nas terras da Fazenda Santana do Rio da Dona. E o outro tempo era na condição de ser gerente que trabalhava em fiscalizar o trabalho dos rendeiros na Fazenda Engenho Sururu. Por isso, ele rememora afirmando que:

Aqui as minhas atividades no caso era ... Assunta! Era pegar o pessoal e fazer os trabalhos que tinha autorização. Olha você vai fazer isso, depois faz isso, faz aquilo, faz cerca, planta capim, destoca pasto, é ..., tira estaca na serra, porque tirava pra qui, tirava pra fazenda de lá, um irmão dele chegou levar um três ou quatro caminhão de estaca pra outra fazenda de lá. E é esse o trabalho.⁴⁷

Cabe aqui a proposição feita por Alessandro Portelli quando diz que “a construção da narrativa revela um grande empenho na relação do relator com a sua história” (PORTELLI, 1997: 31), que se evidencia quando Seu Francisquinho chama atenção ao falar “assunta!”. Recurso da fala com o intuito de explicar com clareza as distinções nas condições entre gerente e rendeiros e estimular a atenção da entrevistadora para a importância que deve ser atribuída ao tema a ser apresentado.

⁴⁶ B. J. Barickman. *Um contraponto baiano, açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 200 -207.

⁴⁷ Francisco Assis de Jesus, em 30 dez. 2011. Entrevista citada.

As diferenças entre as funções não estão vinculadas tão somente às práticas de trabalho, mas também atreladas à moradia de alvenaria e possíveis privilégios com o proprietário das terras. Entretanto, assim como o rezeiro, o gerente podia fazer uso da terra, porém, não próximo à sua casa. As roças eram feitas nas terras destinadas para o arrendamento, no entanto, Seu Francisquinho não pagava renda.

Quando Seu Francisquinho chegou à Fazenda Engenho Sururu com sua esposa e ex-vizinha Dona Gildete, passou a morar numa casa de alvenaria, próxima à sede da fazenda possuindo telhado de cerâmica, extensão na fachada, e várias portas e janelas. Era um dos maiores símbolos de *status* dele diante dos rezeiros que moravam em casas de taipa.⁴⁸

Durante a entrevista, quando foi questionado sobre sua relação com os rezeiros ao longo dos quarenta anos de trabalho, ele, com a voz calma e ao mesmo tempo segura, afirmou não haver muitos conflitos:

Era coisa leve, não era coisa assim de muita agitação não, mas dizer que *ninguém gosta de quem manda né?* Tem pessoas que sabem que tem o trabalho dele pra fazer não precisa nem... Tinha pessoas que não precisava nem esquentar, agora tinha outras de cabeça dura. Podia chegar dia de segunda feira, mas era fora de horário e dava uma confusão danada.⁴⁹

No entanto, demonstrou ter consciência que essa relação possuía hierarquias de poder, pois ele, a partir da ordem do patrão, delegava responsabilidades. Alguns rezeiros as cumpriam e outros provocavam desafetos ao desobedecê-las. Assim, os conflitos constituíam-se no cotidiano dessas relações.

Sobre como era lidar tanto com o patrão, quanto com o rezeiro, e quais as maneiras que ele enquanto gerente criava para ter uma boa relação com os dois, respondeu dizendo:

A gente pra ter essa atividade de gerenciar tem que gerenciar pra os dois. Como motorista, ele tem que dirigir pra ele e pra o maluco que vem de lá (risos). Não é? Depois é que nem o gerente, ele tem que ser bom pra o patrão e também ser bom pra o trabalhador. Porque se não, ele não ser bom pra o trabalhador ele vai entrar numa contradição de ter todo mundo contra ele. Aí ele tem que agradar nem que saiba com uma conversa bonita. Não precisa panhar nada pra dar, mas tem que ter... como é que diz aquele jeito de não

⁴⁸ Aspecto analisado também por Charles d'Almeida Santana. *Fatura e Ventura Camponesas, trabalho, cotidiano e migrações – Bahia: 1950-1980*. São Paulo, Annablume, 1998, pp. 45-47.

⁴⁹ Francisco Assis de Jesus, em 30 dez. 2011. Entrevista citada.

contrariar as pessoas. As pessoas tá com a corda no pescoço e achando que tá bom. A gente tem que ter jogo, como se chama *jogo de cintura* agradar os dois. Não é fácil não, é muito ruim. Olha eu sempre dizia. Ó, se isso fosse bom, às vezes alguém dizia você tá numa boa, só faz mandar não pega peso e coisa e tal. Se fosse bom não chegava pra mim, chegava que tinha anel no dedo, pra quem tinha formação. Não é não? Gerenciar trabalho dos outros é bom quando a pessoa é sem vergonha que luta pra se sair bem, pra roubar, pra enricar ou quando ele é bom para o patrão e ruim para os trabalhador, ou ruim para os trabalhador e bom para o patrão, mas o cara tem que ter o *jogo para agradar os dois*, o trabalhador e o patrão. É muito difícil porque lutar com gente não é coisa muito boa não. Por um modo é bom porque a gente somos gente e temos que lutar com gente. Agora pra *manobrar* um pouquinho de peso, um pouquinho não, é muito peso. Tem que *ter jogo* [aumentou o tom da voz]. Porque, ó com esse tempo todo eu não... é nunca deixa de conquistar assim muita rejeição aquela coisa sim, mas assim contrariedade mesmo de ter uma briga com um trabalhador e da gente ficar sem se falar aquela coisa assim nunca aconteceu. Sempre eu tinha um *jogo de conversa* pra convencer.⁵⁰

Ao recompor essa memória, Seu Francisquinho demonstrou perspicácia em ter “jogo de cintura” para “agradar os dois”: patrão e rendeiro. A palavra “jogo” foi utilizada várias vezes no sentido de saber conduzir uma relação de interesses tão distinta. Desta maneira, a tranquilidade expressada na forma pausada de narrar evidenciou um homem que gerenciava, principalmente, a partir do “jogo de conversa pra convencer”. Pude entender que se trata de um “jogo” de sobrevivência, no qual o gerente participava como mediador dessa relação, em alguma medida, indica que era a partir da lógica do patrão. Como também sugere ter criado sua própria lógica para administrar e permanecer no ofício por quatro décadas.

Ao persistir nesse mesmo tema sobre a figura do patrão e da constituição dele com os trabalhadores, monsenhor Gilberto⁵¹, pároco da região desde a década

⁵⁰ Entrevista realizada com Francisco Assis de Jesus (conhecido como Francisquinho), 75 anos, em 01 maio 2012, na Fazenda Engenho Sururu.

⁵¹ Nascido em 06 de janeiro de 1927, monsenhor Gilberto Vaz Sampaio participou de movimentos sociais na década de 60 desenvolvendo várias ações como, por exemplo, na coordenação do JAC – Juventude Agrária Cristã no município de São Miguel das Matas, por isso passou a ser visto como comunista. Apaixonado pela educação de qualidade e acesso para todos divulgava sempre nas missas a importância da educação para o homem. Foi responsável pela fundação de algumas escolas nas cidades onde atuava como pároco, também lecionou nessas escolas por um determinado tempo. Hábil na oratória argumentou as vantagens da Vila de Varzedo se emancipar de Santo Antonio de Jesus, sendo idealizador e participante ativo no processo de votação. Contribuiu para o desenvolvimento da cidade que adotou como sua terra natal, e para, além disso, foi um memorialista dedicado a história, em especial do Recôncavo. Para saber mais sobre o pároco, ver: Monsenhor Gilberto Vaz Sampaio. *Emancipação de Varzedo – Quatro Anos de Luta*. Gráfica Exemplar. Santo Antonio de Jesus. 2007. Mayra Sara Teixeira Caldas. *Monsenhor Gilberto Vaz Sampaio: uma importante liderança na construção político-social no Recôncavo sul baiano 1952 a 2008*. (dissertação de mestrado em História Regional e Local) UNEB. Santo Antonio de Jesus. 2011. Elmo Manuel de Jesus. *Emancipação Municipal: uma estratégia para o desenvolvimento local? O caso de Varzedo/BA*. (dissertação de mestrado em Cultura, Memória e

de 1980, responde: “um homem reto, capaz, inteligente, todos eles eram, os Guedes, mas muito autoritário e ambicioso, mas não tirava nada dos outros, a não ser dos empregados que exploravam, exploravam”. Ao mesmo tempo em que, ressalta a inteligência e retidão, contrapõe com os adjetivos de ambicioso e autoritário.

A fala do monsenhor Gilberto é construída a partir das vivências como pároco nas igrejas da região. Ele rememora conflitos para compor a imagem de Humberto Guedes, contando:

Eu encontrei uma falha nele uma vez, não sei se dele ou do empregado dele Astério, gerente da Fazenda Santana do Rio da Dona, que queria fazer vantagem. Lá em Santana do Rio da Dona está aqui o povoado de Santana, aqui estão às casas e aqui está o quintal das casas, daqui do quintal pra lá é a fazenda dele e, do quintal das casas pra cá era as terras da igreja de Santana tudo era da igreja. O povo invadindo fazendo casas, ninguém vai cobrar mais nada. Então ele dá ordem para meter uma cerca para cortar a metade dos quintais e abrir para a fazenda dele. Isso foi há uns vinte anos atrás.⁵²

Segundo o Monsenhor, ele, enquanto pároco, se manifestou mediante o acontecido “veementemente em público, em uma missa realizada na Igreja de Santana, e, posteriormente, através da escritura de uma carta”, destinada a Humberto Guedes, questionando a sua suposta atitude. O “doutor das leis” utiliza-se da sua argúcia em resposta à carta: “Tenho terra para dar e não viso tomar terra de ninguém”. A resposta à carta seria uma demonstração de benevolência, poderio econômico, ou ainda a descaracterização daquele homem autoritário, que tudo indica, deu a ordem para o gerente executar o pedido.

Em outro momento da entrevista, monsenhor Gilberto compara Humberto Guedes a um “coronel antigo”, afirmando que:

Os moradores fizeram uma capela de palha, de palha grande boazinha na Fazenda Santana. Tempo depois eles resolvem botar eternit e fez de eternit, Humberto soube e mandou Astério derrubar toda, tirar toda, derrubou deixou o chão limpo. E ninguém podia dizer nada, aí de quem dissesse, botava pra fora.

Desenvolvimento Regional) UNEB. Santo Antonio de Jesus. 2008. Jorge Amorim. “*Imaginação que deu certo*”. *Processo de emancipação de Varzedo: local, região, política e criação de um município da Bahia, Brasil (1985 – 1989)*. (dissertação de mestrado em História Contemporânea) Universidade de Lisboa, 2009.

⁵² Entrevista realizada com monsenhor Gilberto Vaz Sampaio, 80 anos, no dia 27 nov. 2007 na cidade de Varzedo, [falecido em maio de 2008]. Ao falar das divisas de terras, ele construiu uma espécie de mapa para dar a ideia real do lugar.

Certamente, existia uma preocupação por parte do proprietário de terras que algo caracterizasse posse na fazenda, isto é, que de alguma forma a permissão do uso da terra configurasse direito a posse pelo tempo de ocupação. Portanto, a narrativa do pároco é enfática, no intuito de evidenciar o poder de Humberto Guedes perante aqueles que dependiam do seu consentimento para continuar em suas terras.

De acordo com as narrativas, percebo que a imagem do patrão era representada por cada um a partir da relação construída ao longo do tempo. Todavia os rendeiros comumente compartilham da mesma opinião quando se referem ao arrendamento de terras concedido por Humberto Guedes. A propósito Dona Helena diz: “doutor Humberto deu rendimento, pra gente morar e pagar renda”.⁵³ Por conta disso, o ato de concessão das terras possibilitava um sentimento coletivo de reconhecimento e gratidão do patrão pelos rendeiros, como será possível ver longo desse trabalho.

Tendo em vista essas considerações sobre o patrão, faz-se necessária a compreensão sobre como se constituía essa relação de trabalho configurada através de um contrato firmado oralmente entre quem possuía a terra e quem iria trabalhar nela. Assim, o rendeiro tinha a obrigação de pagar a renda, conseqüentemente garantia o direito de sua família morar e fazer uso da terra arrendada, bem como Humberto Guedes estabelecia as condições para permanecer no sistema de arrendamento. Desse modo, os trabalhadores entendiam esse contrato como uma “*lei local*” que, apesar da explícita desigualdade entre as partes, não deixava de ser marcado, no decorrer do tempo, por brechas conquistadas/barganhadas pelos rendeiros no campo das negociações, como também por estratégias criadas para burlar o que era estabelecido a partir de iniciativas empreendidas no cotidiano.

Nessa relação contratual assimetricamente constituída entre o proprietário da terra e os rendeiros, a permissão para arrendar as terras estava atrelada a determinadas proibições: construção de casas de alvenaria, plantar só determinados tipos de plantações, cultivar essas plantações de subsistência sem utilização do trator na aragem das terras, não trabalhar em outras fazendas, não criar bois, não abrir estradas, não ser assistido por serviços como luz elétrica e água encanada. Seu Francisquinho enumera o que era ou não permitido:

⁵³ Helena Maria de Jesus, em 10 out. 2007. Entrevista citada.

Morava e tinha as terras pra fazer os plantios dele: fumo, mandioca, aipim, batata, milho, feijão o que quisesse assim, negócio de uma motinha de banana. Só não podia plantar laranja, assim no caso se plantasse uns dez pés pra trás. Não podia fazer roça de certas coisas, nem fazer pastagens essas coisas. As vez, algum criava assim algumas coisinhas assim muito oculto, mas criava mais por fora mesmo, as vez o cara fazia uma safra comprava uma novilha dava de sociedade, outros que trazia por aqui dia de sábado. E era assim que eles não concordava o criatório de gado pelos arrendeiros da fazenda.

Todavia os trabalhadores, cada um a sua maneira e em situações diferentes, conseguiam através da negociação com o patrão executar algumas atividades, antesproibidas: trabalhar em outras fazendas, exceto nos dias do pagamento da renda, criar boi na corda, e em alguns casos até com liberação para fazer um pequeno cercamento no arrendamento. Como sugere uma longa narrativa de Seu Isaiás, que sublinha, com riqueza de detalhes, a sua artimanha na conversa que teve com Carlos Humberto, que assumiu a administração da fazenda por algum tempo em alternância com seu pai, Humberto Guedes:

Tudo bem Doutor! O senhor aceitaria dar uma palavrinha.

Ele disse:

Aceito. Venha cá pra sede da fazenda.

Chegou na sede da fazenda, sentou na mesa, eu sentei, Francisquinho também.

Doutor o seguinte é esse: Minha mãe cria lá umas cabecinhas de gado que meu pai deixou na corda, mas os animal carrega ela. Ela tá velhinha, eu queria que o senhor me desse uma permissão para eu fazer uma cerca de arame pra botar esses animal lá no arrendamento. O senhor me dá esse consentimento? Ele disse:

Seu Isaias, arame é propriedade. O senhor sabe que é propriedade?

Eu disse:

Sei doutor.

Ele disse:

[Olhou assim] Ô Isaias, o senhor já deu trabalho alguém na vida?

O senhor não me dar trabalho não?

Não.

É seu Isaias faça sua cerquinha.

Rapaz me arrepiou todo. Francisquinho aí olhou pra mim assim. Tá bom doutor.

Tá vendo Francisco, seu Isaias vai fazer a cerquinha, a cerca lá pra criar os animalzinho.

Doutor todo tempo que tiver de sair, eu não lhe dou trabalho não. Até o dia que eu sair daí, tirei os arames. Seu Francisco eu lhe dei algum trabalho?

Seu Isaias se todo arrendeiro fosse igual o senhor, eu vivia feliz na vida.

Não dei trabalho em nada, sou amigo ...eu não dou trabalho.⁵⁴

A desenvoltura no ato de narrar de Seu Isaías, já mencionada, chama atenção, pois indica que ele também utilizava determinada astúcia para resolver questões do seu dia a dia, assim como foi na negociação com o patrão Carlos Humberto, conhecido como doutor Betinho. Notei que o desencadear do depoimento baseia-se na permissão ou não de fazer uma cerca para criar “três cabecinhas de gado” e os argumentos utilizados pelo trabalhador para convencer o patrão.

Contudo, existia uma preocupação, primeiro por parte do gerente seu compadre, que não concordou com a conversa quando anteriormente consultado; e depois pelo dono da fazenda no que se refere à colocação do arame nas terras arrendadas, já que, segundo eles, significavam propriedade e isso poderia trazer problemas vindouros. Questão pertinente, pois os reдеiros tinham acesso à terra, mas não a posse dela. Por isso, justifica a pergunta do patrão: “O senhor não me dá trabalho não?”. Portanto, o arrendamento era interessante para o proprietário se os reдеiros não causassem transtornos e cumprissem os dois dias de trabalho na fazenda. Através do acordo oral algumas coisas ficavam preestabelecidas através da confiança na palavra respeitada por ambas às partes.

Observo ainda, que as proibições tinham possibilidades de serem negociadas. No caso de Seu Isaías, tudo indica que as considerações que ele fez a respeito da sua conduta, enquanto trabalhador da fazenda e homem que honra a palavra foi imprescindível para a decisão positiva do patrão.⁵⁵ Tais costumes e valores, verbalizados pelo entrevistado, indicam uma ética rural⁵⁶, configurada nas atitudes dos sujeitos, através do aperto de mão, olhar recíproco, confiança na palavra, compromisso assumido e negociação realizada mediante a conversa. Aspectos que demonstram a importância da negociação e da lealdade na relação reдеiro e patrão.

⁵⁴ Isaías Almeida Aragão, em 19 jan. 2012. Entrevista citada.

⁵⁵ O fazendeiro permitir os reдеiros criar duas ou três cabeças de gado também é um aspecto observado por Edinélia Maria Oliveira Souza na dissertação de mestrado *Memórias e tradições: viveres de trabalhadores rurais do município de Dom Macedo Costa – Bahia (1930 a 1960)*, p. 41. Porém, nesse caso analisado era no pasto da fazenda e não nas terras arrendadas como o estudo ora aborda. De acordo com essa pesquisa o consentimento evitava alguns possíveis desentendimentos na saída do trabalhador da fazenda, pois estimulava a gratidão para com os fazendeiros.

⁵⁶ Aspecto registrado por Charles Santana em *Fatura e Ventura Camponesas, trabalho, cotidiano e migrações – Bahia: 1950-1980*. São Paulo, Annablume, 1998, p.102.

A prática de arrendamento rural formada entre patrão e rendeiro configurava uma relação de trabalho, embora não fosse restrita a essa única dimensão. Essa afirmação condiz com os depoimentos dos entrevistados que narram vivências, em sua maioria de trabalho, mas também evidenciam experiências constituídas no dia a dia as quais foram sendo ressignificadas como: aproximação entre esses sujeitos, laços de apadrinhamento, troca de favores, interferência na vida pessoal. Desse modo, é importante compreender que essa relação acontecia de maneira bilateral. É claro que era uma relação desigual de trabalho⁵⁷, porém, isso não impede perceber que existia uma dinâmica no “fazer-se”⁵⁸ desses trabalhadores e do próprio proprietário de terras.

Na narrativa de Seu Martim, é afirmado que Humberto Guedes era “uma pessoa toda boa”, adiante há a remissão a essa característica ao fato da liberação de criar boi na corda. “Ah! conheci muito, mais era gente boa, ah era. Nós criava gado ele não se importava, todo mundo criava gado ele não se importava”. Só a título de curiosidade, Seu Martim era sogro de Seu Isaias, o rendeiro que conseguiu autorização de fazer o cercamento. Assim a sua fala ganha ainda mais ênfase no que se refere à avaliação do patrão, pois tinha havido concessões.

Da mesma maneira, quando Seu João, rendeiro cujas atividades eram direcionadas aos cuidados com o quintal da sede e do cemitério, afirma: “Ah! Doutor Humberto eu me lembro, doutor Betinho tava meninote me lembro. Nós conversava, nós tomava café junto, é sim senhora. Já paguei muita renda”.⁵⁹ O tom da voz de Seu João é de saudosismo sobre a relação que estabeleceu com o patrão depois de anos de trabalho, exemplificado no ato de tomar café juntos. Assim, a partir da relação de trabalho outros laços foram sendo construídos.

Outras narrativas, neste sentido, foram apresentadas pelos entrevistados. Um depoimento de Dona Hilda pode ajudar a conhecer um pouco mais desses laços entre patrão e trabalhador. Ela contou que o patrão brincava muito com seu marido, chamando de doutor Rufino, a partir do pedido feito por Humberto Guedes ao rendeiro: “pra achar um remédio pra ele, pra fia dele”. Esse pedido deve-se ao fato que Seu Rufino, responsável por olhar a mata, era conhecedor de plantas e sabia

⁵⁷A respeito disso, ver: Wellington Pacheco Barros em *Contratos de Arrendamento Rural, doutrina, jurisprudência, prática*. Porto Alegre. Livraria do Advogado, 1998, pp. 13-15.

⁵⁸ THOMPSON, E. P., *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. p. 9, v. 1.

⁵⁹ João dos Santos, em 18 jan. 2012. Entrevista citada.

rezar. Segundo sua esposa, “rezava para problema de sangue, engasgo, sabia o chá, sabia tudo”, assim, providenciou com êxito o remédio. As práticas da medicina popular são comumente utilizadas nas áreas rurais. Porém, acreditar na cura pelo poder medicinal das plantas é um fator cultural que independe do espaço, como foi o caso de Humberto Guedes.

As relações de compadrio eram outra forma de aproximação que de certo modo, auxiliava nas possíveis negociações. Por exemplo, Dona Faustina era comadre do gerente e do filho do dono da fazenda, pois batizaram seus filhos. Ela falou o seguinte:

Doutor Humberto quando tava aqui na fazenda ele vinha no dia e voltava no outro, vinha olhar as cabecinhas de gado dele. Ele mandava buscar eu em casa, só queria que cozinhasse pra ele. Aí um dia a mulher de doutor Betinho chegou na cozinha e eu tinha pegado barriga. Ela disse assim:

- Ô Tina, porque ela me tratava assim, ô Tina, eu posso te pedi uma coisa?
- Pode Dona.
- Você me dar teu filho para eu batizar.
- Com todo prazer.

Aí um dia eles veio decretado para batizar. Já fui no apartamento, lá nas Graças em Salvador.⁶⁰

O favoritismo pelos temperos da cozinheira, os termos de tratamento, as conversas no pé do fogão, resultam no pedido para batizar o filho da rendeira.⁶¹ Dona Faustina estreitou os laços com a família Guedes, através da comida preparada nos dias em que Humberto Guedes e sua família estavam na fazenda. Os doutores se fartavam com o tempero especial de Dona Faustina, esta também aproveitava para aproximar-se, configurando uma espécie de barganha.

O pedido feito pela nora de Humberto à Dona Faustina para batizar seu filho e, por conseguinte, serem comadres representa os laços criados firmado no sacramento do batismo que aconteceu na Igreja Senhor Deus Menino, na fazenda. A entrevistada faz questão de dizer que já visitou os compadres em Salvador, fortificando assim, as relações “afetivas”, demonstrando certa familiaridade.

⁶⁰ Entrevista realizada com Faustina Rita de Jesus, 51 anos, em 03 dez. 2006 na Fazenda Engenho Sururu.

⁶¹ Discute o compadrio como forma de proteção e gratidão que os rendeiros utilizavam para negociar questões do cotidiano, ressalva que era uma alternativa, mas que nem sempre dava certo. Saber mais a respeito, ver: SOUZA, Edinéia Maria Oliveira, *op. cit.*, p. 49 e 50.

Os elementos construídos a partir das vivências na fazenda entre patrão e trabalhador são perceptíveis também nas lembranças de Seu Francisquinho. Quando perguntei sobre aproximação entre sua família e a família Guedes, ouvi a seguinte resposta: “é uma aproximação muito grande que acho que ninguém por aqui teve esse privilégio. Ninguém dos trabalhador desse pessoá teve o privilégio que eu tive com esse pessoá”.

Seu Francisquinho também realçou fato de duas filhas suas terem ido morar em Salvador com as filhas do patrão. Aquela lembrança pareceu preciosa para o entrevistado e, ele fez questão de enfatizar que sua filha Maria, apontando para um retrato na parede, foi com cinco anos morar com Tânia e “estudava junto coma neta de doutor Humberto”e, hoje possui várias formaturas. E Conceição foi quando estava na quarta série morar com Aglaê, trabalhava durante o dia na casa da família e estudava a noite, “até que completou e se formou em magistério”.

Estas informações apresentam como essas relações eram perpetuadas de pai para filho, bem como sinaliza o valor do estudo para aquele homem que aprendeu a ler e a escrever nos dias de domingo, observando dois vizinhos que moravam na Fazenda Santana do Rio da Donae que detinham tal conhecimento. Assim, o “privilégio” enfatizado por Seu Francisquinho tem haver com a decisão do patrão em levar suas filhas para Salvador e o fato de terem concluído os estudos.

À lembrança acerca da constituição das relações de trabalho, é preciso dar conta de que, no decorrer do tempo, os trabalhadores criavam estratégias a partir de pequenas, mas significativas iniciativas empreendidas no cotidiano. Tais como: plantar produtos agrícolas não somente para a subsistência, mas em pequenas escalas no intuito de comercializá-los; aproveitar os frutos que a mata oferecia para vender na feira livre; criar não só o animal de carga na corda como era permitido, mas manter pequenas criações de suínos e caprinos.

Isso fica evidenciado na narrativa de Seu Francisquinho quando diz que não era permitido o criatório de gado, porém, ele reconhece que alguns reideiros criavam “muito oculto”, bem como “trazia por aqui dia de sábado”, o mesmo que dizer, sem “minha supervisão”. No entanto, é preciso deixar claro que os reideiros não falavam nas entrevistas sobre tais estratégias, isso não quer dizer que eles não utilizassem, talvez, preferissem não expô-las. Até porque fazia parte do acordo oral, e o descumprimento contrariava a lógica do próprio acordo: a garantia da palavra.

Ao comparar algumas das falas analisadas anteriormente, como a de Seu Martim, a de Seu João, a de Dona Hilda, a de Dona Faustina e a de Seu Francisquinho, pude observar que as lembranças foram construídas na relação de trabalho e a partir desta foram sendo estabelecidas outras dimensões de troca e compromisso entre patrão e trabalhador. Para entender essas relações é preciso considerar inúmeros aspectos que compõem a mesma. Dimensões essas que podem ser caracterizadas também como práticas paternalistas.⁶² Entendidas aqui através de uma relação desigual, todavia, com interferência de ambas as partes. Os interesses eram diferentes, mas havia uma relação que envolvia conflitos, negociações, aproximações entre os sujeitos, trocas de favores e apadrinhamentos entre aquele que concedeu o acesso à terra e o outro que garantia pelo trabalho o uso da mesma.

1.3 ENCERRAMENTO DOS “DIAS DO PATRÃO”

As memórias dos trabalhadores vinculadas às vivências na Fazenda Engenho Sururu são referenciadas em três dimensões temporais amplas. A saber, “o tempo dos avós ou pais de doutor Humberto” associado ao “tempo dos escravos”⁶³, o “tempo de doutor Humberto”⁶⁴, alusivo à permissão de arrendar terras, e o “tempo dos filhos de doutor Humberto”⁶⁵, atrelado à incerteza de permanecer nas terras arrendadas.

As memórias que se reportam ao segundo “tempo” se atêm as questões centrais do interesse desse trabalho. No entanto, ao considerar a fluidez da memória, essas temporalidades aparecem ligadas, portanto, presentes nas experiências dos rendeiros. Assim, para além de entender a prática de arrendamento existente na fazenda, é preciso pensar, também, como se formou tal processo e a relação desses sujeitos inculcada no mundo do trabalho vinculado a terra.

⁶² THOMPSON, E. P. Patrícios e plebeus. In: *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 25 – 31. Discute o conceito de paternalismo, fazendo várias ressalvas no que diz respeito a ser um termo frouxo e que tem uma especificidade histórica. Ver também Eugene D. Genovese quando analisa o paternalismo a partir da habilidade dos escravos em usar essa ideologia a seu favor no livro *A terra prometida. O mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1988.

⁶³ Cândida Santos Silva, em 07 jul. 2011. Entrevista citada.

⁶⁴ Martim Silva Jesus, em 25 set. 2007. Entrevista citada.

⁶⁵ Entrevista realizada com Gerson Almeida Gonçalves, 70 anos, em 24 jan. 2012 na Fazenda Engenho Sururu.

Esses tempos anunciam várias gerações na família Guedes, como também elucidam a presença das famílias trabalhadoras, majoritariamente negras, nesse mesmo espaço, há muito tempo. Homens e mulheres que, por meio da oralidade, externalizam experiências que, de alguma medida, remetem à memória sobre a escravidão na fazenda. Assim, o “tempo dos avós ou pais de doutor Humberto” é lembrado a partir de vestígios da memória sobre os fatos que os mais velhos contavam.

Deste tempo há rememorações e fragmentos. Por exemplo, as peças do engenho, algumas foram retiradas do córrego e estão expostas na frente da fazenda. Assim como nas narrativas, o engenho foi sempre uma referência a esse tempo, inclusive com outras peças que continuam no córrego: os tachos, ferros e trilhos. Contudo, quando perguntei sobre os trabalhadores em condição escrava do engenho, as respostas oscilam entre desconhecer sobre aquele fato, negação ou uma confirmação “tímida” do assunto.

Esses silêncios⁶⁶ são perceptíveis na fala de Dona Anacleta sobre esse passado marcado por conflitos: “escravidão, isso aí num tenho o que falar não”. Todavia, no decorrer do depoimento, as lembranças de Dona Anacleta insistem em florescer, articulando presente e passado. “Agora tem ali uma cachoeira, tem uma ponte toda feita de pedra assim, de um jeito de um muro assim, que é todo caçadin de pedra, foi feito pelos escravos, os mais velho que fala”. Essa afirmação, ao mesmo tempo em que distancia a escravidão daquela realidade, por afirmar que não é do seu tempo. Aproxima, pois o fato dos mais velhos contarem sinaliza a existência de laços criados ou estabelecidos pelas gerações anteriores que viveram na fazenda.

Não é por acaso que Dona Anacleta continuou rememorando sobre esse passado:

Na fazenda nunca teve crime, mais de primeiro era uma bagunça danada, o povo era que cobria [escamoteava]. Oche! Nego matava outro, enterrava pera aí era tudo. O povo mais véi conta coisa daqui, han. Era antes, eu nem conhecia essa baderna. Agora tá bom!

⁶⁶ Os silêncios, os significados de não querer falar, ou falar desse tempo como algo distante, de existência conhecida “de ouvir dizer” são analisados também por Liliane Maria Fernandes Cordeiro Gomes na dissertação de mestrado: *Helvécia – homens, mulheres e eucaliptos (1980 – 2005)*. Helvécia, distrito de Nova Viçosa, o qual está localizado no extremo sul da Bahia e desde 2005 foi reconhecido pela Fundação Cultural Palmares, como área remanescente de quilombo.

Ninguém mata ninguém, ninguém enterra a toa. Mais *no tempo da escravidão dos mais véi* era, era pau de fogo aqui. Agora tá bom. Nego não matava não é? Hum, hai, hai. Tinha um valentão brabo, mais já acabou tudo, morreu tudo.

Tais indícios denotam a importância da oralidade, capaz de indicar traços relevantes de um passado, “gravadas nas memórias das pessoas mais velhas e em mais nenhum lugar” (SAMUEL, 1990: 230). “No tempo da escravidão dos mais véi”, é um tempo rememorado a partir da violência e do conflito. A palavra “Sururu” terminologicamente significa confusão e brigas, desse modo, faz relação com os termos utilizados por Dona Anacleta: “bagunça”, “pau de fogo”, “valentão brabo”. Expressões utilizadas por ela para representar a violência que existia na fazenda.

O depoimento possibilita imaginar como era esse tempo na fazenda. Esses sujeitos apresentados enquanto violentos eram motivados para o conflito devido a sua rotina de trabalho? Ou indica também uma forma de resistência? Interessante que a entrevistada concluiu dizendo que “já acabou tudo, morreu tudo”, numa tentativa talvez de expressar que não existe mais nada associado a esse passado, mesmo que vivo na tradição oral.

Nesse sentido, esse passado e esse presente também coexistem na fala de Seu Severino ao se referir à construção da barragem de pedras. “Foi aquele tempo, aquele muro, aquela barragem danada que tem lá. Foi no tempo dos escravos, fizeram aquele... e muita gente, sabe! Foi no tempo dos escravos”. Como também ao falar do engenho movido a água: “tem, tem ali na beira da fazenda, ali mermo, ali tem o engenho grande, tinha, tinha engenho, ainda tem lá os tachos, esse negócio, coisa, tá tudo lá ainda, ali na fazenda tem lá a mostra lá, o moer a cana tem lá”.⁶⁷ A ênfase dada pelo entrevistado é como se fosse um convite para ir conhecer resquícios de um passado, presente ainda na fazenda.

A primeira sequência das imagens (fig. 04) remete à fala de Dona Anacleta sobre a perfeição da colocação das pedras, bem como indica que a força de trabalho não se dava só na lavoura, mas também em construções e melhoramentos na fazenda. Notei, ainda, que o tempo se encarregou de apagar parte da escrita cravada no moinho de cana-de-açúcar (fig. 05), porém, isso não aconteceu com as

⁶⁷ Severino de Almeida Silva, em 07 jul. 2011. Entrevista citada.

lembranças que foram sendo contadas e ressignificadas pelos sujeitos que convivem na fazenda.

Figura 04 – Barragem de pedras.



Figura 05 – Peças do Engenho.



Fotografias: Trabalho de campo, 03 dez 2006.

O “engenho grande”, anunciado por Seu Severino, também é mencionado por Barickman no seu estudo sobre a agricultura escravista no Recôncavo rural, como exemplo de *plantation* de cana de açúcar em um processo de expansão da agricultura de exportação no sul do Recôncavo, entre 1780 e 1860 (BARICKMAN, 2003: 301). Trata-se da Fazenda Engenho Sururu constituída por terras doadas pela concessão de sesmarias, em 1762, a Manoel de Queiroz Pinto.⁶⁸

De todo modo, a Fazenda Engenho Sururu é propriedade da família Guedes há quase dois séculos⁶⁹, sendo que o “tempo de doutor Humberto” é associado ao

⁶⁸ Registro de Sesmarias, páginas 238/240 – APEBA. Encontrado nas p. 117-118 no livro “A Capela do Padre Matheus” do memorialista Fernando Pinto de Queiroz, 1995.

⁶⁹ A propriedade da Fazenda Engenho Sururu pode ser capturada, ao longo dos anos, através dos inventários. Inventário 1.248/469/4 Lucas de Queiroz Pinto 1853/1860. Inventário 1.248/469/4 Lucas de Queiroz Pinto 1853/1860. O inventário 1/2175/2644/12 de Francisco Oliveira Guedes 1859/1859. APEBA – Sessão de Arquivo Judiciário. Inventários/Testamentos Alcobaça – Amargosa. E também, no Registro de Terra da Fazenda pode ser encontrado transcrito pelo memorialista Monsenhor Gilberto Vaz Sampaio em: Comunidade de Vargem Grande da Paróquia de Santo Antonio de Jesus – BA. Antes da criação da diocese, p. 105.

consentimento de arrendar terras. Seu Vivaldo, conhecido como Vivi, aos 74 anos faz questão de ressaltar que começou a trabalhar no “alugado da fazenda” desde quando tinha quatorze anos e aos vinte pediu permissão a “doutor Humberto” para também morar na fazenda, já que tinha constituído família. Ele rememora dizendo:

Conversei pra me arrendar a morada. Porque doutor Humberto era bela pessoa, bom. Pra mim era bela pessoa porque era homem, era homem de carrancismo agora em cima da verdade, da verdade. Bom, então naquele tempo, teve um tempo que ninguém arrendava terra, mas doutor Humberto não tinha isso com ele não. Então, então se falasse para arrendar terra com ele, ele arrendava tranquilamente. Agora era um homem de opinião de...como é que diz de carrancismo. O negócio dele era tudo certinho, falhou ele rua. Agora cumpriu dereitinho morava na fazenda, morria de velho na fazenda, morria de velho. Então pra mim era uma grande pessoa. É tanto que quando ele faleceu, aliás, que o povo tem dizer que rico não gosta de pobre (risos) não é? Mas era um rico que quando morreu fiquei sentido, porque pra mim era boa pessoa. Uma pessoa legal mesmo de carrancismo, não queria nada errado, tudo era em cima da verdade. E eu credito assim nas pessoas assim, eu credito assim... eu sou fraco, eu sou fraco, sou um pobrezinho fraco não tenho leitura nenhuma, mas eu tombem mesmo sendo fraco, eu tombem só gosto de tudo certinho e tudo em cima da verdade, negócio de mentira comigo não rola, negócio de umas certa conversas, negócio de escutar o que é do outros, conversa mal conversada, o que ver aqui conta ali, conta lá adiante, não. O que eu vi lá, lá fica, se eu ver certo, certo eu deixo, se eu ver torto, torto eu deixo. Eu também sou uma pessoa que só quero, só gosto de ver tudo certinho, não gosto de nada errado.⁷⁰

Ao recompor essa memória, Seu Vivifirma que: “eu quase posso dizer que me criei na fazenda”. Tal percepção advém do acesso à terra consentido por Humberto Guedes para cultivar e tirar o sustento da família, estabelecendo vínculos com a terra e com quem a cedeu. Em contraposição, faz menção a um tempo que não se encontrava facilmente arrendamento em outras propriedades da região.

O patrão foi lembrado mediante a concessão das terras e também por ser um “homem de carrancismo”. Cabe enfatizar que a palavra “carrancismo” foi proferida três vezes no mesmo sentido: “não queria nada errado”, “agora em cima da verdade” e “de opinião”. Características observadas pelo rendeiro no que tange à postura do patrão frente aos trabalhadores da fazenda, uma vez que dependia da boa conduta para não ser posto para fora. Aspectos relevantes também abordados por Souza quando menciona que o arrendador “detinha o poder para decidir se o rendeiro

⁷⁰ Entrevista realizada com Vivaldo de Jesus, conhecido como Vivi, 74 anos em 24 de jan. 2012, na Fazenda Engenho Sururu.

poderia ou não continuar nas suas terras” (SOUZA, 1999: 44). Portanto, não havia uma estabilidade na condição de renteiro, pois o que prevalecia era a vontade do dono da terra.

Durante toda a entrevista, Seu Vivi considerou a existência de duas categorias sociais nessa relação. O “fraco” – trabalhador renteiro – quem não tem a posse da terra e o “rico” – pressupõe “forte” – proprietário que cede ou não a terra. Ellen Woortmann analisa essa oposição fracos/fortes⁷¹ ao estudar o universo social dos camponeses do sítio de Lagoa da Mata no estado de Sergipe. A autora assinala que a categoria sítio indica a condição de fraco, enquanto a propriedade de terras corresponde à condição do forte. No caso da fazenda em questão, na elaboração da narrativa de Seu Vivi, há esse distanciamento no que se refere à categoria econômica, mais uma aproximação no que pertence a idoneidade, independente de ser “fraco” ou “forte”.

Outro aspecto importante é notar que quando Seu Vivi fala de um “tempo que ninguém arrendava terra”, sinaliza que teve um tempo que não era assim, mas não especifica que momento era esse. Nesse sentido, as recordações de Seu Francisquinho anunciam uma baliza temporal e alguns motivos para a mudança de decisão dos proprietários de terras, explicando que:

Ó o sistema de arrendamento antigamente era muito mais do que hoje. Porque qualquer pessoa arrendava as terras, porque quem arrendava o terreno não tinha direito a nada, quando quisesse sair saía, quando não procedia bem, o dono botava pra fora e não dava em nada. Hoje é que tem esse caso que a *justiça tomou paternidade*, se o cara arrendar o lugar, o patrão já não pode colocar de qualquer maneira...tem que ter muito jeito ou indenizar.

O entendimento de Seu Francisquinho sobre as transformações ocorridas foi anunciada nessa frase: “a justiça tomou paternidade”. Expressão que anuncia novos tempos no mundo rural dos trabalhadores e proprietários que estavam acostumados em lidar com as situações de conflitos e interesses sem interferência externa. No entanto, a partir da legislação trabalhista da década de 1960, maneiras e costumes foram repensados na relação de trabalho no campo.

⁷¹ Ver em: WOORTMANN Ellen F. *Herdeiros, Parentes e Compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste*. São Paulo: HUCIT, 1995. Também Ely Souza Estrela. *Três felicidades e um desengano: a experiência dos beradeiros de Sobradinho em Serra do Ramalho –Ba*. Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-graduados em História. PUC, São Paulo, 2004, pp. 66, 209, 212. E, Joseane Bispo de Oliveira na dissertação de mestrado *Trabalho e sociabilidade no sertão da Bahia: as “quebras” e “tiras” de licuri*, pp. 44-45.

Wellington Pacheco Barros explica sobre o arrendamento rural como instituto de direito agrário a partir da Lei nº 4.054, denominada Estatuto da Terra. Segundo ele, a proposta da lei:

Lastreou-se no reconhecimento de que havia uma desigualdade enorme entre o homem que trabalhava a terra e aquele que detinha na condição de proprietário ou de possuidor permanente. Antes de seu surgimento, as relações e conflitos agrários eram estudadas e dirimidas pela ótica do direito civil, que é todo embasado no sistema de igualdade de vontades. O trabalhador rural, por essa ótica tinha tanto direito quanto o homem proprietário das terras onde trabalhava. (BARROS, 1998: 13)

A regulamentação do sindicalismo rural pelo Estado brasileiro a partir do Estatuto do Trabalhador Rural, decretado em 1963, o Estatuto de Terra em 1964 e as leis que os sucedem, amedrontaram os proprietários de terras, que não imaginavam “perder” uma parte de seus bens para o trabalhador rural.⁷²Esse “temor” por parte dos fazendeiros também foi observado por Santana nos depoimentos de trabalhadores rurais de Conceição do Almeida e Santo Antonio de Jesus (SANTANA, 1998: 114-117).E por Souza, que analisa que os rendeiros foram os maiores prejudicados com esta “ampliação dos direitos trabalhistas”, pois os proprietários preferiram os diaristas que não efetivava o vínculo (SOUZA, 1999: 123).Todavia, o proprietário em questão, Humberto Guedes,continuou mantendo muitos arrendatários nas Fazendas Santana do Rio da Dona e no Engenho Sururu.

Tal postura será analisada aqui, não como um ato de enfrentamento às novas leis impostas ou uma atitude de benevolência com as famílias dos trabalhadores rendeiros, mas a partir da ótica do costume, em manter o sistema de arrendamento nas terras da família Guedes.Assim, como assinalou Thompson, o costume como usos habituais que, em certas circunstâncias, são codificadas e pode ter força de lei (THOMPSON, 1998).Ao que tudo indica, Humberto Guedes manteve a mesma prática de trabalho em suas propriedades, pois não havia custos com as atividades desenvolvidas, bem como os rendeiros continuavam ter acesso às terras, mas não aos direitos garantidos pela nova regulamentação trabalhista.

Assim como Seu Vivi e Seu Francisquinho, Dona Helena relata sobre essas mudanças enfrentadas pelo trabalhador rural,que não tem a posse da terra e

⁷² Ver também: Glória, Priscila Santos da.*Entre a roça e a cidade: trabalho, trajetórias e memórias de migrantes em Itabuna, BA (1960-1990)*. Dissertação (Mestrado) UNEB/Campus-V. Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local em Santo Antonio de Jesus, BA. 2011.

depende da autorização de um proprietário de terras para ter acesso a mesma. Lembrou, ao lado do seu marido, que há quarenta anos: “falou com o patrão doutor Humberto e ele disse que sim. Foi naquele tempo, não dava trabai não”. Porém, um exercício de memória em que o depoente compara o passado com o presente, ela ressalva que: “hoje em dia é que ninguém acha nada, hoje ninguém vai não, procurar morada em qualquer canto que não acha não”.

Com base na pesquisa de campo, a maioria das famílias que migrou para a Fazenda Engenho Sururu, já vivia em outras fazendas pelo sistema de arrendamento. A saída foi motivada pela diminuição ou extinção do arrendamento rural. É preciso deixar claro que no município de Varzedo, a maioria das propriedades é pequena ou média, como afirmou Ana Rita Miranda, presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Varzedo. “Poucas pessoas aqui tem terreno grande, a maioria tem terreno pequeno, e grande parte dessas pessoas utilizam a força de trabalho da própria família, filhos, sobrinhos, afilhados. Então a característica básica mesmo é agricultura familiar”.⁷³

Essa informação ajuda compreender que a oferta de terra para a moradia e trabalho eram poucas, restando algumas propriedades que mantinham arrendatários no município. E outro fator para a diminuição de terras arrendadas, conforme Seu Francisquinho, foi o fato de que “patrão já não pode colocar de qualquer maneira [para fora]”. Percebe-se então, que a legislação trabalhista ficou registrada nas memórias dos trabalhadores, mais no que diz respeito à cautela que os fazendeiros passaram a ter depois da sua implementação, do que em relação aos direitos que deveriam ser garantidos ao trabalhador.

Margarida Moura apontou que as relações contratuais entre lavradores e fazendeiros, mesmo a partir do Estatuto do Trabalhador Rural, continuaram através de um “feixe de obrigações”. Ambiguidades que representam a disparidade entre a lei instituída e a lei praticada, bem como a persistência em resolver as questões de maneiras costumeiras (MOURA, 1988: 165).

O tempo passou e o acordo oral de trabalho que assegurava o uso da terra condicionado ao pagamento da renda continuou na fazenda, como narra com expressividade Seu Vivi:

⁷³ Entrevista realizada com Ana Rita Miranda, 31 anos, em 03 de fev. 2012, na cidade de Varzedo.

Vivi –Bom, a renda a gente morava, pagava um dia de renda por semana, um dia de renda por semana. Aí lá vai, lá vai, lá vai, lá vai passando tempo, passando tempo, passando tempo, passando tempo, depois passemos a pagar dois dias. Ô cunhado [tratamento com seu Severino] tu lembra tinha um trocadin que ele...

Severino - Aquilo ali nem nada.

Vivi - É nada, dava dois dia, dois dia. Aí ele dava um trocadinho que nem lembro mais quanto era, era negócio de mixaria, pode se dizer que era quase dois dia.

Severino– bagatela.

Vivi - É bagatela, aí lá vai, lá vai, lá vai, passou tempo, passou tempo, passou tempo, bom, depois muitos anos, aí o doutor Humberto faleceu. Aí Dona Léia passou, aí nós pagando renda, aí Dona Léia chegou aqui pra a gente assinar um papel. Aí nós firmemos, nós firmemos e ninguém assinou, ninguém assinou. Aí parece que ela teve aqui uma duas vez ou foi três vez. Não foi cunhado?

Ao narrar, Seu Vivi faz uso de expressões como “lá vai, lá vai, lá vai” e “passou tempo, passou tempo”, para dar ritmo a fala e dimensionar o tempo em relação à continuidade do pagamento da renda, mesmo após a morte de Humberto Guedes em 2000. Como fica explícito no pensamento de Dona Liu, o nome prevalece: “é toda vida foi, morreu o homem, mais ficou o nome né, a família, é”. Todavia, os herdeiros tentaram estabelecer outra lógica de contrato, o escrito.

Nessa perspectiva, Moura evidencia que “a existência de tratos que atravessaram gerações, através da palavra assumida, faz com que os documentos escritos, denominados ‘contratos’ sejam vistos com séria desconfiança” (MOURA, 1988: 38). Essa mesma percepção foi tida pelos rendeiros, já que existia uma combinação anterior, para eles ainda maior afiançado na palavra.

A firmeza explicitada por Seu Vivi e demais rendeiros sugere inúmeras nuances acerca desse conflito, a partir das lembranças de um tempo mais próximo, o “tempo dos filhos de doutor Humberto”. O primeiro aspecto é perceber a resistência em não assinar o papel, pois o acordo não seria mais afiançado pela palavra. O segundo é entender que esta resistência perpassa pela ideia da posse da terra mediante o tempo que arrendou, ocupou e cultivou a mesma. E ainda, que a recusa em assinar está atrelado, ao fato de não ser um acordo, mas sim uma coação.

Seu Vivi prosseguiu a narrativa lembrando-se da reunião realizada pela herdeira Léa Maria Guedes na fazenda, logo depois da morte do seu pai, dizendo assim:

Aí quando foi um belo dia, ela fez uma reunião, a gente foi. Eu sei que nesse dia tava os arrendeiros tudo. Aí eu sei que o derradeiro foi eu, aí ela disse:

O seu Vivaldo assine aqui.

Eu disse:

Dona Léia, a senhora me desculpe, mas não assino não, eu não assino não. Ela té que se aborreceu.

Não assina, o porque você não assina? [aumentou o tom de voz].

Não assino não. Aí ela olhou assim pra mim.

Olha é o seguinte [já zangada]. Então você não quer assinar né?

Não senhora, nós não assina não.

Pois eu vou dar prazo de quinze dias, pra vocês procurarem o direito de vocês. A partir de quinze dias, se vocês não procurarem o direito eu vou dar o despejo.

Eu disse:

Tá certo.

O que é que nós ia fazer né? Tá certo. *Cabou procuremos o nosso direito, aí achemos.* E com isso tá rolando até hoje, tamo aqui no lugar. Agora ela inventou... Aí tombém ninguém pagou mais renda, desse dia em diante ninguém pagou mais renda.

A resistência do rendeiro em não assinar o documento traduz bem o sentimento de ser justolutar para permanecer na terra, manifestado pela reação de procurar os direitos que lhe assegurassem algo, já que a herdeira prometeu que caso não assinassem seriam despejados. A partir desse enfrentamento de interesses, os trabalhadores rendeiros pararam de pagar renda. A decisão da quebra do contrato oral, segundo relatos, foi tomada coletivamente.

As negociações para o encerramento dos dias do patrão consolidam uma estratégia de sobrevivência dos trabalhadores rendeiros, depois da ameaça de serem colocados para fora da fazenda “sem ter direito a nada, do modo que eles queriam né”, tal como afirma Dona Liu.

Muitos entrevistados expressaram sentimentos semelhantes aos externados por Seu Vivi e Dona Liu. Aqui é oportuno lembrar a necessidade que os rendeiros sentiam em falar sobre esses conflitos enfatizando as suas astúcias e resistências para garantir os seus direitos. Seu Martim, por exemplo, contou empolgado o seu feito:

A gente disse que não ia assinar, não assinou. Puxaram para o Fórum, nós foi, tá por lá rolando, por orde dela. Aí nós foi prosemos. A proposta dela é que ela queria que assinasse. Ela dizendo lá:

☐ O papé tá aí.

☐ Eu vi nesse papé dizendo...que papé esse aí? Aí ela disse:

☐ É pra pegar os papé e assinar que o senhor vai tá bem fiançado na fazenda.

Eu disse:

☐ Sim senhora, mais venha cá bem fiançado! Tá certo (risos), eu pegando esse papé hoje que modo é. Ela disse:

☐ Olha, o senhor pegando hoje fiançar tudo direitinho, agora daqui há três anos o senhor tem que renovar outro. Se o senhor não renovar outro não tá valendo.

Aí eu disse pronto, quem assinar o papé que ela tava dando, valia três anos, acaba os três anos era pra ser novo, renovar de novo, se renovasse de novo (risos) tava valendo, se não renovasse não tava valendo. Aí (risos) nós notou logo. Bom, se nós combinasse aquele acerto que nem ela queria naquele dia, nós era chegante naquele dia, porque o que tava constando era no dia que tava pegando naquele papé, né não? *Era, nós era chegante, esse temporal da gente aqui tava tudo perdido né? Aí nós não combinou assinar por isso.* Se ela parte pra um acerto, fazer uma combinação com a gente, mais não fez, fez foi esse projeto, com isso nós tá sem saber ainda a decisão, sem acordo né. Tá na justiça.

A “prosa”, o “combinado”, o “acordo” esperado por Seu Martim não aconteceu, visto que os herdeiros buscavam estabelecer o contrato por escrito com renovação a cada triênio. Uma referência ao contrato de arrendamento rural de três anos para a cultura permanente, ou seja, cultura de safra.⁷⁴ Tal intento não teve êxito devido à recusa dos herdeiros de assinarem o contrato, só dois aceitaram.

Seu Martim evidencia a sua astúcia de ter percebido as prováveis intenções da herdeira. Ao revelar que notou logo que se assinasse o contrato, o que iria valer era o que estava escrito. Não havia mais a confiança na palavra, mesmo a herdeira confirmando que renovaria o contrato a cada três anos. Até porque o que estava em jogo era o “temporal” na fazenda.

Essa percepção do herdeiro articula-se a um saber atrelado ao tempo de vivência na fazenda, a ligação com a terra e ao significado da mesma na vida dos trabalhadores. A noção de pertença mais uma vez foi manifestada pelo entrevistado ao responder quanto tempo tinha na fazenda: “esse temporal da gente aqui tava tudo perdido”. Com um tom de alguma forma sarcástica, querendo anunciar esperteza, ele lembra uma outra passagem do depoimento: “eu sou novo aqui (risos). Fazer que

⁷⁴ Saber mais: BARROS, Wellington Pacheco. *Contratos de Arrendamento Rural, doutrina, jurisprudência, prática*. Porto Alegre. Livraria do Advogado, 1998, p. 45.

nem o caso do que mora aqui, o mais novo chegante⁷⁵ sou eu né que tem trinta e cinco anos que mora aqui. E muitos que foram nascido e tá aqui”.⁷⁶ Assim, assinar seria negar essas trajetórias familiares ao longo de tanto tempo na fazenda. Resistir reafirmava o direito de permanência e usufruto da terra, bem como sublinhava o fato, conforme registrado nas entrevistas, os trabalhadores de serem sujeitos de sua própria história.

Observo que, tanto Seu Vivi quanto Seu Martim, narram sobre o enfrentamento com a herdeira inventariante, da primeira pessoa do singular para a primeira pessoa do plural. Aspecto que indica que para além da causa individual, existia a coletiva, pela qual todos resistiram.

O Mandado de Notificação de 2002,⁷⁷ foi cedido pelo casal Seu Martim e Dona Maria Alexandrina, que no momento da entrevista lembravam a todo instante: “tem um papé aí que acho que diz que é pra sair com vinte quatro horas da fazenda, tá aí junto”. Eles estavam fazendo menção também ao mandado de citação⁷⁸ do processo 114/01 em 20 de agosto de 2001 - de Reintegração de Posse do Espólio de Humberto Guedes, requerida pela herdeira e inventariante Léa Maria de Cerqueira Guedes Chaves, que tramita na justiça da Comarca de Santo Antonio de Jesus contra os rendeiros.

Prosseguiram resistindo em não assinar a ficha cadastral que ficou em mãos do gerente da fazenda no prazo de cinco dias. Apenas dois dentre eles teriam assinado o contrato proposto pelos herdeiros. Aqueles que eram filhos ou que constituíram famílias com pessoas que já moravam na fazenda, ou seja, moram e trabalham na terra arrendada dos pais e sogros. Ao que tudo indica, não foram considerados pelos herdeiros como rendeiros. Embora, os trabalhadores relatem que também pagavam renda com o trabalho na sede da fazenda, assim como outros que não aparecerem na Ação Judicial.

⁷⁵ Referente às famílias que migraram para a Fazenda Engenho Sururu.

⁷⁶ Martim Silva Jesus, em 25 set. 2007. Entrevista citada.

⁷⁷ Mandado de Notificação e Interpelação Judicial nº 114/2001, movida pelo Espólio do Dr. Humberto Guedes contra rendeiros da Fazenda Sururu de ordem do Exmo. Sr. Dr. Josiel de Oliveira dos Santos – Juiz de Direito da 3ª Vara Cível e Comercial desta Comarca do Estado Federado da Bahia, etc. Cedido pelo casal, Maria Alexandrina de Jesus e Martim Silva Jesus no dia 25 de set. 2007.

⁷⁸ Mandado de Citação nº 16/2002 Ação de Reintegração de Posse de ordem do Exmo. Sr. Dr. Josiel de Oliveira dos Santos – Juiz de Direito da 3ª Vara Cível e Comercial desta Comarca do Estado Federado da Bahia, etc. Cedido pelo casal, Maria Alexandrina de Jesus e Martim Silva Jesus no dia 25 de set. 2007.

Após esse conflito estabelecido na fazenda, o vaqueiro, o ajudante do vaqueiro, o zelador do quintal e do cemitério e o gerente continuaram desempenhando os seus ofícios. “A merma coisa, vaqueiro, a merma coisa, vaqueiro. Morreu doutor Humberto eu fiquei a merma coisa. Com a gente ela não falou pra assinar não”, lembra Seu Severino. É bem provável, que, naquele momento, os herdeiros precisavam manter aqueles trabalhadores desempenhando as suas atividades na fazenda.

O conflito modificou o dia a dia dos trabalhadores rendeiros que passaram a ter medo de perder as terras, também porque aquele espaço representava vínculos constituídos com vizinhos, parentes, compadres e com o próprio modo de vida, bem como não imaginavam resolver aquela situação na justiça. Os documentos representavam para eles um descompasso com as relações de trabalho antes estabelecidas, além de ser escrito, algo que eles não dominavam. Desse modo, os acordos que antes aconteciam na fazenda passaram a serem realizados no Fórum com a intervenção de outras pessoas. Assim, “socializa no público um ritual social, antes selado no espaço da ordem privada” (SANTOS *apud* Margarida Moura, 1988: 166), agora escrito a que anteriormente realizava-se no universo oral.

Os trabalhadores rendeiros procuraram auxílio jurídico. Importante salientar que o Sindicato de Trabalhadores Rurais não foi citado nas narrativas referentes a esse conflito. Conforme a representante do órgão, Ana Rita Miranda, o acompanhamento foi de fato superficial devido à interferência política, o medo dos trabalhadores em procurar auxílio no sindicato, bem como a falta de divulgação da função do sindicato na defesa do trabalhador rural.⁷⁹ Segundo rendeiros, os direitos deles foram advogados pela Bel^a. Edna de Andrade Nery, por intermédio do seu irmão Erivaldo Nery, vereador municipal de Varzedo, e Deusdete Araújo⁸⁰ liderança local. Não é de interesse aqui julgar os motivos da interferência desses políticos.

Nas audiências realizadas no Fórum de Santo Antonio de Jesus, denominada pelos rendeiros de reuniões, as negociações eram feitas entre os advogados das partes, como frisa Seu Gerson: “a advogada da gente pediu dez tarefas de terra, aí a filha disse que a gente ia tomar as terras todas. Ficou pra ver cinco tarefa de terra, mais se a gente ficar só com cinco tarefas, só vai ficar com pedra, né patroa?” A

⁷⁹ Entrevista realizada com Ana Rita Miranda, 31 anos, em 03 de fev. 2012, na cidade de Varzedo.

⁸⁰ Proprietário de fazendas na região próximo ao Sururu e prefeito municipal na gestão 2005 a 2008.

preocupação diz respeito a região montanhosa, denominada Serra, onde fica seu arrendamento.

De acordo com os entrevistados, nessas reuniões do fórum, o embate entre rendeiros e herdeiros era manifestado pelas divergências nas afirmações. Cada um, movido por interesses diferentes, reivindicava a sua própria versão dos fatos ocorridos no acordo de arrendamento rural na fazenda, estabelecido no decorrer do tempo. Seguramente, o tema mais lembrado nas entrevistas trata da criação de gado. De um lado, os herdeiros da fazenda proibiam a criação de gado e afirmavam que antes os rendeiros não criavam. Do outro, os trabalhadores asseguravam que criavam na corda o gado e iriam continuar criando, já que “no tempo de doutor Humberto a gente tudo criava umas cabecinha de gado e agora que é pra não criar? (risos).”⁸¹

A veemência das afirmações demonstra uma tensão em torno das práticas costumeiras constituídas com as novas situações impostas. Por conseguinte, interessa entender como esses pontos de vista divergentes funcionam e de que maneira são articulados. Nessa perspectiva, a argumentação de Seu Martim prossegue: “Ah! tempo que toda vida criou gado aqui, toda vida desde o tempo de doutor Humberto todo mundo criava. Criava e cria”.

Ao rememorar “o tempo de doutor Humberto” para sublinhar algo do conflito estabelecido depois da sua morte, os rendeiros lembram-noa partir de uma mitificação do passado. A figura de Humberto Guedes aparece nessas narrativas sempre como aquele que concedeu o acesso à terra, como diz Seu Jonas: “doutor Humberto nunca perturbou a gente. Nós pagava renda dois dias”. Versus herdeiros, que tentam expulsá-los da terra: “a filha queria fazer acordo para tirar da fazenda, dar um papel para assinar, dizer que é novo”.⁸² Notei, portanto, que tanto no processo como inventariante, quanto nas narrativas dos rendeiros, os herdeiros são representados por Léa Maria Guedes como a “filha” que “botou nós no fórum, nós na justiça”.⁸³

Diante disso, os acordos firmados com o patrão eram frequentemente rememorados para confirmar práticas costumeiras que insistiam em permanecer

⁸¹ Martim Silva Jesus, em 25 set. 2007. Entrevista citada.

⁸² Entrevista realizada com Jonas Almeida de Jesus, 39 anos, em 03 de dez. 2006 na Fazenda Engenho Sururu.

⁸³ Margarida Maria de Jesus, em 25 set. 2007. Entrevista citada.

mesmo com a desaprovação dos herdeiros. Reportando a Raphael Samuel pode entender que a memória é “historicamente condicionada, mudando de cor e de forma de acordo com o que emerge no momento; de modo que longe de ser transmitida pelo modo intemporal da “tradição”, ela é progressivamente alterada de geração em geração” (SAMUEL, 1990: 44). Nesse sentido, essas lembranças do passado legitimam a permissão dada para ter acesso à terra e esse acesso, mediante o usufruto da terra, lhes conferem direitos no presente.

O encerramento dos dias do patrão foi motivado pela quebra do contrato oral estabelecido pelos herdeiros depois da morte do pai em 2000. Por isso, quando mencionei em entrevista com Seu Severino que tentei, mas, não consegui ir até o córrego para ver onde ficava instalado o engenho da fazenda, ele alegou que “antes era tudo zelado, mas agora ninguém passa, o mato tomou conta”. Evidências da interrupção do pagamento da renda nas terras do patrão. Vale lembrar aqui da afirmação de Seu Francisquinho ao se reportar aos trabalhos realizados na fazenda que era “tudo com os arrendeiros, assim a poder de renda”.

Os herdeiros não aceitaram o contrato existente, estabeleceram um novo contrato agrário de cultura de safra e abriu o processo 114/01 de Reintegração de Posse. Em contrapartida, os arrendeiros resistiram não pagando mais renda, recusando em assinar o novo contrato e desatendendo a notificação. Assim, os herdeiros persistem com o processo que tramita na Comarca de Santo Antonio de Jesus para a extinção do arrendamento rural na Fazenda Engenho Sururu. Enquanto isso, aumenta a incerteza dos arrendeiros em relação à permanência nas terras que arrendaram, ocuparam e cultivaram. A incerteza, entretanto, representa aqui a ação de homens e mulheres que através de experiências próprias interferiram em uma situação que já estava dada pelos herdeiros.

CAPÍTULO 2:

MORAR E TRABALHAR NO “RECANTO DA GENTE”

2.1 “SÓ DE BARRO, CIPÓ E PINDOBA”: MORADIAS.

A Fazenda Engenho Sururu possui duas categorias de moradores rendeiros: os que nasceram na fazenda e os migrantes, conhecidos como “chegantes”. Ambos, frequentemente, retomam na narrativa o tempo que já viveram e trabalharam naquele espaço, no intuito de reafirmarem os direitos e os vínculos constituídos ao longo do tempo.

De acordo com os depoentes, eles pediram a Humberto Guedes para “arrendar a morada”. Dado significativo para compreender que o pedido desses homens e/ou mulheres indicava a condição de não terem acesso à terra. A permissão do morar ali estava atrelada às obrigações com o trabalho nas terras do proprietário. Vale lembrar que essa morada não se restringia apenas à casa, compreendia uma área maior para o desenvolvimento de cultivos ditos de “subsistência”. Como disse Seu Severino: “era a gente arrendar o lugar, morar e trabaiá, pagava a rendinha pronto. Aí, não tinha confusão.”

O estudo de Afrânio Garcia Jr. sobre a relação de senhores de engenho e moradores do Nordeste, depois da abolição da escravatura, ajuda a entender “a ênfase na residência, que o termo *morar* revela, tem um forte significado simbólico”(GARCIA JR. 1990: 38-42).E que era uma prática comum no Nordeste grandes proprietários destinarem parte das terras para moradores, pois era uma garantia de ter “braços” à disposição para a demanda dos engenhos, antes realizados pelos trabalhadores em condição escrava e os quais tinham à dependência pessoal do senhor de engenho.

Tal significado, no caso aqui estudado, refere-se à possibilidade da construção das identidades sociais dos sujeitos vinculadas a um lugar. Para os rendeiros, esse lugar é a terra arrendada da Fazenda Engenho Sururu, recorrente nas memórias como: “moradio”, “pertence da gente”, “rendamento da gente” e “recanto da gente”. A ênfase dada ao termo “da gente” revela a noção de propriedade, a partir do sentimento de pertencimento à terra que eles moram e trabalham.

As terras arrendadas eram demarcadas pelo gerente da fazenda sob consentimento do patrão. Talvez, por isso, alguns rendeiros rememorem esse tempo a partir da figura de quem estava gerenciando a fazenda naquele período. Desse modo, é comum nas narrativas referências como: “foi no tempo de Henrique

Cainana”⁸⁴ ou “naquele tempo era Mané de Guilherme”⁸⁵ e “nesse tempo já era Francisquinho”.⁸⁶

E, é Seu Francisquinho que conta como acontecia a demarcação do lugar:

As vez, tinha saído um e tinha o lugar desocupado. Assim, pra abrir uma moradia nova a gente não fazia isso, aí era no lugar que saía um aparecia outro e a gente botava. Era bem umas trinta moradia que tinha espalhada por aí. Quando cheguei, já encontrei no tempo do outro gerente, Mané de Guilherme, tinha muito arrendeiro. Na época que eu cheguei que doutor Betinho apertou mais os cravos com o pessoá aqueles que achou que era ruim saíram, depois alguns que saiu achou que aqui era melhor voltaram, e ficou assim naquele jogo. E de certos tempo pra cá, não botou mais ninguém, continuou assim com aquele pessoá da família, porque os outros tudo já faleceu, mas o pessoá da família continuou, as vez, até com mais, porque o dono do pertence morreu deixou dois, três filhos e esse permaneceu.

É possível notar que havia terras destinadas para o arrendamento, e que até certo momento, existia a possibilidade em aceitar novos rendeiros na fazenda. Como também o gerente faz menção a um tempo mais recente que não “botou mais ninguém”, apenas manteve os descendentes das famílias que por muito tempo já moravam e pagavam renda. No caso, são as trinta e oito famílias que estão relacionadas no croqui de localização.

Para compreender que tempo é esse que Seu Francisquinho faz alusão, é preciso lembrar uma expressão utilizada por ele mesmo, em outro depoimento, “a justiça tomou paternidade”. Referência às mudanças que ocorreram no mundo rural a partir da legislação trabalhista, como já foi visto no primeiro capítulo. E o outro indício importante é considerar que Seu Francisquinho chegou à Fazenda Engenho Sururu no início da década de 1970 e presenciou concessões de moradias nas áreas de desistências de rendeiros, ou seja, no “lugar desocupado” por algumas famílias. Característica distinta do período anterior, lembrado por ter muitos rendeiros. Nesse sentido, indica que esse processo de extinção do arrendamento rural não aconteceu de forma simultânea às leis da regularização do trabalhador rural instituídas no início da década de 1960, muito embora a vigência de tal legislação tenha aumentado as restrições referentes às concessões de morada.

⁸⁴ Vivaldo de Jesus, em 24 de jan. 2012. Entrevista citada.

⁸⁵ Severino de Almeida Silva, em 09 jul. 2011. Entrevista citada.

⁸⁶ Martim Silva Jesus, em 25 set. 2007. Entrevista citada.

As informações dadas por Seu Francisquinho ajudam também a entender como se formou a “rama de maxixe”, a partir da permanência das famílias no “pertence” arrendado ao longo do tempo. Nessa perspectiva, Dona Margarida, conhecida por todos como Margô, aos 85 anos, conta que nasceu na Fazenda de Darino no Rio do Peixe e que mudou para Fazenda Engenho Sururu aos vinte e dois anos com sua filha Estelita. Quando perguntei quem tinha arrendado a morada, ela respondeu: “foi meu pai que arrendou, meu pai morreu, minha mãe morreu e eu fiquei no lugar. Eu moro aqui com meu neto”. Relatos como esse que indicam uma memória de várias gerações sobre o mesmo lugar são recorrentes às famílias que continuaram na fazenda.

Segundo, Dona Margô, quando ela chegou a Fazenda Engenho Sururu,

Não tinha caminhão, não tinha carro, não tinha nada. Era um trivê (caminho estreito) assim, era mata, mata do lado de cá, mata do lado de lá, mata por aqui tudo, tudo era mata. A gente passava no triozinho assim. Quando meu pai tava com uma feira, um chuchu, uma batata, com um balai na cabeça e uma carguinha no animá, quando tava chovendo passava no morro, uma lama braba medonha, não tinha caminho. Depois foram aparecendo um diabo de um carrinho doido aí, e hoje tem esta estrada. Isso tudo era mata, aqui tinha um sapé brabo (risos), a gente passava no mei do sapé, passava com um medo da peste. Pegou fazer uma rocinha, roçando, fazendo uma rocinha, hoje que ele não quer que faça mais nada. O IBAMA não quer que corte não.

Recordação de um tempo em que a paisagem era totalmente ocupada pela mata. Na verdade, a mata ainda é predominante espacialmente, todavia a presença das famílias rendeiras morando e plantando as “rocinhas” nas terras arrendadas transformaram a fazenda.

Dona Margô faz menção às mudanças que foram acontecendo, aos poucos, naquele espaço. Segundo ela, nos lugares que antes só tinha sapéhoje tem estrada. Essa mesma estrada aparece nos registros do memorialista Monsenhor Gilberto Vaz Sampaio quando fazem referência à “abertura de uma estrada de rodagem carroçável, partindo de Castro Alves, indo até o Tabuleiro do Castro”, na década de 1930. E na década de 1970 houve melhoramentos “através de um Convênio: o ‘Polo

Nordeste' fez com que a estrada viesse a se tornar semelhante a rodovia estadual".⁸⁷

As lembranças de Dona Margô alternam entre o passado e o presente compondo a memória sobre o espaço vivido. Ela fala da interferência do IBAMA na relação homem e natureza. É como se a rendeira não entendesse a necessidade de um órgão externo para fiscalizar e proibir a ação dos moradores, até porque esse espaço aparentemente natural é de uso corriqueiro dos rendeiros, seja na retirada da mata dos elementos necessários a construção das suas casas, ou ainda por esses espaços de roças e quintais serem de convívios sociais nas comemorações familiares, nas relações de trabalho empreendidas. Logo, é um espaço eminentemente social para esses rendeiros.

Nesses lugares conhecidos como Pindobá, Sururu e Serra não são as cercas e/ou arames farpados que delimitam as terras arrendadas entre os moradores. Dona Liu aponta para as divisas das terras dela e da mãe entre os vizinhos dizendo: "o pertence dali donde tem uma mandioca debaixo daquele cajueiro lá, oh!, aquele dali pra baixo é de Seu Martim, pra cima é da gente, aí dobra ali até a mata. Só sabe o pertence mais não tem cerca não". Para os rendeiros, a ausência de cercamento não implicava a delimitação do "pertence" de cada um, uma vez que eles utilizavam marcos referendados por elementos da natureza. No entanto, o proprietário das terras não aceitava a existência de cercas, pois de alguma medida essas poderiam representar a posse das áreas habitadas e cultivadas pelos rendeiros.

As moradias dos rendeiros constituem parte integrante da paisagem nas terras arrendadas e é um elemento cultural de demarcação nesse espaço. A única construção permitida pelo proprietário das terras era a casa de taipa. Por conta disso, no decorrer das entrevistas, os depoentes sempre comentavam sobre a condição da sua casa e evidenciava, a partir do processo da construção, o trabalho que dava para erguer uma casa de taipa, como relatou-nos Seu Martim:

Pra fazer uma casa de taipa? É tirar madeira, 'furquia'⁸⁸, 'treveça'⁸⁹, 'cumieira'⁹⁰, tudo da mata, 'caibe'⁹¹, vara, enchimento tudo pra fazer.

⁸⁷ Monsenhor Gilberto Vaz Sampaio em: Comunidade de Vargem Grande da Paróquia de Santo Antonio de Jesus – BA. Antes da criação da diocese, p. 106.

⁸⁸ O mesmo que madeira resistente para fazer gancho na ponta capaz de sustentar a cobertura da casa.

⁸⁹ "Travessa" - madeiras que ficam nas laterais no sentido horizontal ao lado da cumeeira

⁹⁰ O nome dado à madeira que fica no centro na parte mais alta, no cume, sentido horizontal formando a cobertura da casa.

Enchimento é pra botar do jeito que tá ali aquela trevesa. Ali bota os enchimento tudo em pé, depois amarra tudo de vara, varinha, varinha, marrando tudo, depois da varinha tudo marrado, aí agora pra bater o barro.

A expressão “tudo da mata” dá a dimensão e importância da natureza na vida desses moradores que utilizam as varas, os caules, folhas de pindoba, cipós e barro para construir suas casas. A propriedade com que o rendeiro fala sobre cada etapa da construção, deve-se ao fato de desempenhar a função de oleiro na edificação das suas casas e dominar plenamente a técnica aprendida com os mais velhos.

Também Dona Liu explicava e apontava para os detalhes da estrutura da casa dizendo: “tá veno cuma é?”. E para ter a certeza de que eu estava entendendo todo o processo, ela passou a encenar passo a passo. Uma espécie de reforço do que está sendo dito e demonstração do grau de dificuldade que o serviço requer. Prosseguiu explicando que era necessário:

Paia de pindoba, cipó e barro. Paia de pindoba, aí a gente tira as ortiga no mato, ai ó. Cipó pra amarrá as vara, pra envará, encimentá, pra depois tapá, é um trabaio minha fia de Deus. É vai fazendo o barro, um barreiro, a gente faz um barreiro aqui cava assim oh, pisando de pé e moiando. A gente aterra, joga dento de casa a terra pra aterrâ, botá pé de banana, pilar, pilar, bater, bater até acertá, pra poder ficar plana a casa.

Tamanha é a precisão da narrativa de Dona Liu que nos possibilita visualizar como era realizada todo esse processo e o aperfeiçoamento exigido em cada etapa. Desde a escolha das melhores palhas de pindoba, a seleção dos cipós adequados para fazer a amarração, as varas mais resistentes para a cobertura, a terra mais indicada para transformar em barro, com a liga necessária para o preenchimento das paredes, até o momento de pilar o chão com a utilização do caule do pé de banana.

A casa de taipa de Dona Liu (fig. 06) é uma fonte visual que possibilita inúmeras leituras. O terreno limpo do mato abre uma clareira no meio da mata, tornando pano de fundo a diversidade de árvores ao redor da moradia as quais dão sombra e refresca o interior da casa. As únicas aberturas que têm na casa são as portas da frente e do fundo, provocando um ambiente escuro. As toras de madeira em formato retangular, formando quatro quinas e oito colunas, para firmar a

⁹¹ “Caibro” - madeiras de espessura fina que ficam no sentido vertical na cobertura da casa sustentada pela cumeeira.

estrutura da casa e outras madeiras que, com o tempo, são encostadas nas paredes para sustentar a moradia, pois “essa casa já tem uns trinta anos ou mais, é tem mais de trinta anos”.⁹²

Figura 06: Casa de taipa de Dona Liu.



Fotografia: Trabalho de campo, 25 setembro 2007.

Ainda é possível visualizar no lado direito da imagem uma antena de televisão que aponta a existência de outro meio de comunicação, além do rádio presente em todas as moradias. A título de curiosidade, a tv funciona à bateria, por isso poucos a possuíam. Do mesmo lado, embaixo encontra-se gravetos da mata para o fogão à lenha. Por tudo isso, a expressão de Seu Martim, “tudo da mata” ganha cada vez mais sentido e a noção que é difícil dissociá-la da vida dessas famílias, em uma importante sintonia com o meio-ambiente. Na imagem fotográfica, salta aos olhos a relação trabalho/moradia/mata.

A posição de cada membro revela muito sobre a representação que exerce no núcleo familiar. A postura firme de Dona Liu em pé, diante da porta de entrada, ratifica a função de liderança que a mesma exerce na família. Seu José, que aparece sentado, passou a morar na fazenda depois da união com ela, e assumiu o pagamento da renda semanalmente. Independente desse compromisso, quem tomava as decisões era Dona Liu. O menino é seu neto, segundo ela é filho, “crio desde pequeno”. É possível observar também na frente da casa, para além dos

⁹² Estelita de Jesus, em 25 set. 2007. Entrevista já citada.

membros, os instrumentos de trabalho, enxada e cavador, que anunciam a lida da família com a agricultura.

As fotografias abaixo mostram detalhes da casa de taipa de Dona Liu.

Fig. 07: Armação da casa. Fig. 08: Paredes de barro. Fig. 09: Cobertura de pindoba.



Fotos registradas por Robson Neres, setembro de 2007.

Na figura (07) é notório que, para dar um caimento de “chapéu no teto”, as madeiras do meio, denominadas “esteio da casa”, são maiores. Uma extremidade é fincada ao chão e a outra é talhada ao meio, servem para encaixar-se entre as outras, formando o esqueleto da obra. A parede é levantada pelas varas de madeira menores, de larguras variadas, trançadas com enchimento de barro (fig. 08), colocado com as próprias mãos. Depois de pisado, amassado, moldado e com a consistência certa, “fazia os bolos de barro para tapar as paredes e botava a mão do outro lado para o barro não passar e aí vinha alisando de mão”.⁹³ Posteriormente, a cobertura é feita com as folhas de pindoba (fig. 09) que, nesse caso, já estão gastas pela ação do sol e da chuva e precisam “mudar assim na base de uns três anos que senão móia”, lembra Dona Liu.

Os aspectos da casa de Dona Liu são uma amostragem de como é a maioria das moradias. É claro que cada uma com suas especificidades. Por exemplo, algumas são rebocadas, tudo em barro, ou uma tinta artificial, que dá uma noção de casa de alvenaria. Outras têm uma área coberta na frente. Também há aquelas que apresentam mais de uma janela. Notei que praticamente todas as moradias tinham bancos de madeira que, geralmente, ficavam na frente da casa, espaço onde aconteceram várias entrevistas, pois tal espaço funcionava como um limiar entre a casa e a roça. Nesse sentido, favorecia para recompor as memórias do dia a dia compostas pelas experiências do trabalho e da vida.

⁹³ Isaias Almeida Aragão, em 19 jan. 2012. Entrevista citada.

Internamente, os calendários e os retratos da família preenchem as paredes da maioria das salas de chegada. Em outras, existem o canto sagrado, conhecido como oratório⁹⁴, decorado com terços, fitas de Bom Jesus da Lapa, imagens dos santos e flores. As cortinas de pano substituem as portas dos quartos. E, na cozinha, as presenças do “porrão d’água” e do fogão à lenha completam esse ambiente, conforme a declaração de Dona Liu: “morando dentro da lenha não vou gastar gás”.

Segundo Dona Cândida, o registro fotográfico apresentado a seguir foi feito quando sua filha Girlene, que já morava em Salvador, veio no feriado de Carnaval, por volta de 1996. A visita da filha que veio da capital era sinônimo de muita comemoração, por conta disso matou-se um bode, lembra Seu Severino. O espaço registrado é a cozinha e suas filhas, Girlene e Eliene estão posicionadas próximas do fogão à lenha encenando o preparo de alimentos. Mesmo que nitidamente envergonhadas, elas tiveram a intenção de registrar aquele momento de alegria. A imagem apresenta uma cena comum, todavia rica em simbologia no que tange o espaço comumente gerenciado pelas mulheres.

Figura 10: O espaço da cozinha.



Fotografia: Álbum de família, data aproximada 1996 (época de Carnaval).

⁹⁴ Representa o canto sagrado da casa. Sérgio Buarque de Hollanda faz reflexões pertinentes acerca da simbologia dos oratórios quando escreve que “cada casa quer ter sua capela própria, onde os moradores se ajoelham ante o padroeiro e protetor. Cristo, Nossa Senhora e os santos já não aparecem como entes privilegiados e eximidos de qualquer sentimento humano”. *Raízes do Brasil*. 7ª reimpressão, Ed. Companhia das Letras – São Paulo 1999. p. 149 e ss.

Heredia, ao analisar os aspectos da moradia, relata que “as casas compreendem o espaço físico ocupado pela construção e pelo espaço livre em sua volta, denominado terreiro” (HEREDIA,1979: 38). O terreiro é uma extensão da casa. Nos fundos das casas, em geral atrás da cozinha, há um pequeno cercado feito de cipó e pindoba, reservado para o banho. Em outro cercado, são criados animais de pequeno porte, como os chiqueiros dos porcos. Há também, o rancho, construído com cipó e pindoba, que serve para guardar a colheita e os instrumentos de trabalho. O terreiro da frente, geralmente à sombra das árvores, serve para desenvolver alguma tarefa com a participação da família e, às vezes, dos vizinhos.

Segundo os depoentes, essas moradias eram construídas, em sua maioria, a partir dos “*dijutórios*”⁹⁵ realizados por cooperação de vizinhos e parentes os quais se reuniam, principalmente nos dias de domingo, para erguer as casas. Momentos rememorados pelos rendeiros como sinônimos da união e alegria proporcionadas por aquele trabalho coletivo. Garcia Jr., no seu estudo sobre os pequenos produtores do Nordeste, observou que “as atividades realizadas no adjunto não são consideradas trabalho” (GARCIA JR.,1983: 162), já que são associadas, não tanto pelo esforço físico exigido, mas sim pelo caráter festivo, representando um rompimento do cotidiano.⁹⁶

O “*dijutório*” para Seu Severino é “uma brincadeira até bonita que junta mei mundo de gente” para construir a casa “só de barro, cipó e pindoba, uma varinhas na parede, cheia de cipó pra marrar as varinhas e agora tome-lhe barro”. Ao rememorar esses momentos, ele lembra que todo mundo participava. Os “meninos já gostam disso”, pegava o barro com a mão para jogar entre as varas, combinando brincadeira e ajuda. Os homens pisavam o barro até ficar bem ligado, “usava a enxada para juntar e revirar o barro”. E as mulheres se dividiam entre aprontar a comida e ajudar a carregar a água necessária para a construção. Segundo Santana, “o clima formado constituía um privilegiado espaço de socialização em que dimensões lúdicas sobressaíam” (SANTANA, 1998: 54). Seu Severino narra com entusiasmo como acontecia o “*dijutório*”:

⁹⁵ Na região em estudo, a palavra *dijutório*, equivale a adjutório; significa mutirão.

⁹⁶ A ajuda mútua, denominada de mutirão e/ou adjutório, aparece também na pesquisa de Joseane Bispo de Oliveira na dissertação de mestrado *Trabalho e sociabilidade no sertão da Bahia: as “quebras” e “tiras” de licuri*, p.69.

O povo cantando, aí o povo cantando e aí lá vai, aí com pouca hora um tirava uma chula, outro tirava outra, lá vai tudo cantando e lá vai. Era uma chula danada, era um samba danado. Para o barro ficar com a liga boa é o pé, isto aí, é o pé de um negro sambador (risos). Ia na mata, tirava uma quantidade de vara e daí pronto, aí fazia o cipó e invarava a parede. Aí agora, tirava paia, batia a paia, retava as paia, bom. É bater ela pra poder acarmar. Isso aí, bater ela bem batida. Daí pronto, pegava assim botava uma fileira daqui até lá em cima pero chão, quando secava, murchava. Aí agora a gente botava em cima da casa, porque se botava verde então dava pingueira quando secava, então tinha que deixar secar. E se não tiver gente pra gente arrumar pra poder cobrir, aí tinha que esperar mudar para o outro dia de domingo. Tinha o povo que gostava de uma cachacinha, pisando o barro e lá vai. Se não tivesse uma cachacinha pronto (risos). Ah! Se não tivesse uma cachacinha (risos) ninguém fazia não, é. União danada, ninguém via briga e nem nada. É uma beleza. É dijutório é demão, é assim.

O trabalho e a festa constituem o adjutório, pois ao mesmo tempo em que o entrevistado confirma o “trabai brabo” necessário para construção, também evidencia o samba e a chula que ditavam o ritmo da atividade regada por uma “cachacinha”. Seu Severino utiliza-se a expressão “lá vai” numa nítida intenção de apresentar à dinâmica do trabalho festejado e a interação entre as famílias. O ato de construir juntos a casa também é uma forma de identificação com a outra família que compartilha experiências parecidas numa manifestação de solidariedade e de valores culturais.

Seu Isaias também rememora os adjutórios no período que ele morava na Fazenda Engenho Sururu e utiliza-se de uma metáfora para exemplificar a participação de mulheres, homens e crianças comparando com “formiga no carreiro, pra lá e pra cá e tudo alegre”. Essa “ademão de todos” também é lembrada pela abundância de comida, “era feijão a vontade, a gente comia a vontade, galinha comia tudo, tinha café e bolacha o dia todo”.⁹⁷ Garcia Jr. ressalta que o “*adjunto* articula a solidariedade de grupo de vizinhos e parentes na construção de uma casa, cuja manifestação e retribuição é a festa” (GARCIA JR., 1983: 163).

A construção de uma nova casa, na maioria das vezes, anunciava também a constituição de uma nova família.⁹⁸ Esta poderia ser “chegante” ou ser dos filhos dos moradores mais antigos que se casavam e arrendavam a morada. Em um único

⁹⁷ Aqui é oportuno lembrar que Charles Santana aponta que “no interior da Bahia, os beneficiados pelo adjutório tinham a responsabilidade de providenciar alimento, água, café e cachaça em abundância”, op. cit., p. 54.

⁹⁸ Aspecto também abordado por Afrânio Raul Garcia Jr. quando analisa que “a nova casa materializa a formação de uma nova unidade doméstica”, op. cit., p. 160.

arrendamento pode existir mais de uma casa, aspecto que representa a continuidade da família que permaneceu nas terras arrendadas. Exemplificando tal característica, Seu Isaias comentou: “nesse mesmo arrendamento que era muito grande, os arrendamentos foram fazendo assim ovos de galinha, cada um ia fazendo uma casinha de junto”. Aspecto possível de ser observado no croqui de localização das casas.

Havia a permissão do proprietário da fazenda em construir novas casas de taipa, mas havia, de forma veemente, a proibição da casa de alvenaria. Segundo Seu Severino, “tinha uma lei aqui que não fazia não”, por conta disso ele interroga: “Oh! Sem durda, ninguém sabe né, não posso nem saber porque razão eles queria dormir no tapete e os outro dormir em riba duma cama de vara? Não sei, porque mistério isso?”. As indagações expressam uma noção de fazer parte de uma comunidade de trabalhadores rurais que vive numa condição desigual perante o arrendatário. Por conta disso, ele tenta entender quais motivos para a permanência dessa “lei”, utilizando-se do ato de dormir para justificar tamanho abandono e desprezo do patrão para com seus rendeiros, já que o “tapete” representa o luxo ostentado pela família Guedes e a “cama de vara” simboliza o desconforto de sentir as ondulações da “cama de vara” no corpo à noite.

Segundo Monsenhor Gilberto, em entrevista, a proibição da casa de alvenaria devia-se a “tese de Humberto Guedes”, que era “não serviu, derruba e acabou, manda embora”. Mais uma vez, o pároco compara o patrão com um “coronel antigo” através dos seus atos autoritários em relação aos rendeiros de suas terras.

Também em conversa com o gerente da fazenda, perguntei se ele sabia o motivo da proibição. Ele respondeu: “não, eu não sei qual era o problema”, mas logo em seguida, emite sua opinião sugerindo que, “na certa, era na saída, as vez, o cara fazia... tinha despesa e queria cobrar essa despesa, ia ter abuso né? Pra se livrar disso não permitia. Quem vinha era sabendo, já fazia sua casinha de taipa coberta de palha”. É bem provável que o “abuso” que Seu Francisquinho refere-se seria os direitos garantidos ao trabalhador, sobretudo, em relação à fixação na fazenda. A proibição sugere a não garantia do direito em relação à terra ao longo do tempo. Todavia, para os rendeiros existia, a fixação, o direito e a identidade pelo lugar vivido, independente da moradia ser ou não de taipa.

Seu Francisquinho continua esboçando algumas explicações para a permissão da construção ser apenas de taipa, lembrando que:

Nessa época, também até gente que tinha seu pedacinho de terra, a casa era de palha, quem nem ali na Fortaleza depois do Sururu. Quando cheguei pra aí, todas as casas era de palha e eles são donos da terra né. Não tinha assim... hoje isso já pertence a saúde pública aquela coisa assim. Foi muita gente é com doença de chagas disse que foi através de percevejo por causa da casa de taipa, aí foi desaparecendo as casas de taipa e as casas de bloco foi aparecendo.

Afirmção aponta a casa de taipa como alternativa para as populações que não tinham recursos necessários para construção de outros tipos de moradias. É sabido que esse tipo de construção ainda é muito comum em muitas regiões do Nordeste.

O relato de Seu Francisquinho também indica a realidade da doença de chagas que assola a maioria dos moradores, pois a casa de taipa propicia a proliferação do barbeiro (*Trypanosoma cruzi*) que aproveita as frestas das paredes de barro para fazer seus ninhos. Dona Cândida afirma que “já morreu um bando de gente de chaga”.

A presença frequente do barbeiro, conhecido na região como “bicho ruim”, atemoriza Dona Faustina desde a sua infância, pois sua “vó pegava as mãos de barbeiro, tudo chupando o sangue da gente”. É uma experiência marcada pelo medo, principalmente, depois que seu irmão morreu aos vinte e cinco anos, e a confirmação que ela e seu marido são chagados. Atualmente, ambos estão aposentados, ou com as palavras dela, “encostados” pela doença.

Também a proximidade da mata possibilitava a obtenção da doença, já que o inseto pode ficar escondido em ninhos de pássaros, toca de animais, casca de tronco de árvore, montes de lenha e embaixo de pedras. Dona Liu relata a presença dos “homens da Sucam⁹⁹ que vinha botar remédio e matou muito bicho ruim”. Segundo ela, o perigo não era só o barbeiro, mas também “lacraia braba que vem

⁹⁹Da Sucam, órgão que resultou da fusão do Departamento Nacional de Endemias Rurais (DENERu), da Campanha de Erradicação da Malária (CEM) e da Campanha de Erradicação da Varíola (CEV), a Fundação herdou experiência e conhecimento acumulados, ao longo de várias décadas, de atividades de combate às endemias de transmissão vetorial, que transformaram a Sucam no órgão de maior penetração rural no país. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/site/museu-da-funasa/sucam/>. Acesso em novembro de 2012.

do mato, um cumprida doida que é pior do que cobra, cobra, essa aranha caranguejeira, escorpião, tudo isso tem aqui”.

Na verdade, em alguns espaços, é difícil estabelecer onde começa a mata e a moradia, ou vice-versa. Assim, os moradores são conhecedores da natureza e seus elementos. Por exemplo, Dona Liu conta com espanto que “na força da lua, quando a lua tá perto de ser nova, a cobra dá cada um piado”. Para além do conhecimento, existe o respeito pela natureza, às vezes, manifestado através do medo de “ir na mata de pinote buscar lenha e voltar”.

As experiências nesse espaço marcado pela mata, sem luz elétrica, caminhos estreitos entre uma casa e outra, certamente favoreceram a “‘contaçoão’ de histórias” sobre aparição e corrida atrás do Lobisomem, o medo de entrar na mata por causa do Caipora e outras assombrações. Histórias que mesclam imaginação, espaço de vida e cotidiano e “que passam existir após o ato da narrativa” (VASCONCELLOS, 2001: 304).

Algumas histórias, aos poucos, foram surgindo na conversa com Seu Severino, Dona Cândida e Seu Jailton. A participação coletiva no ato de narrar possibilitou uma diversidade de descrições feitas acerca das figuras misteriosas. As afirmações oscilaram entre terem visto ou apenas escutado os mais velhos contarem sobre as aparições. A primeira história narrada foi a respeito do Lobisomem, “como a própria designação sugere, trata-se de um ser híbrido de lobo e homem” (CODES, 2011: 68).

Severino – Lobisomem de vez em quando passa por aqui ó, uns aí depois nunca mais passou não.

Jailton – Cada rabo né?

Severino – Oi não! Foi passou um aqui, os cachorros caiu em cima aí lá vai e depois ia embora. Aí um dia os menino encontrou um lá embaixo na estrada, subiu correram atrás de noite, quando chegou naquele bambu ali entrou prá cá nesse mato e saiu por essa terra e se mandou. Foi até Jai que encontrou, Jai e outro.

Jailton – Foi eu e parece que foi Cau. Correu atrás com uma moto mais não conseguiu pegar não (risos).

Severino – Eu só tinha coragem amontado, agora a pé hum não, porque aquilo é valente.

Jailton – Na hora que pegava um cachorro, só faltava matar de fásca.

Severino – É, há, aquilo é valente. Engraçado é que a frente é baixa e atrás é alta.

Jailton – É a anca é lá em cima.

Severino – É a anca é lá nas alturas.

Jailton – Selado no meio assim, no jeito de uma sela assim então a anca... A frente é baixa assim ó e anca é assim alta.

Severino – É isso é. Já, já, já vi, já, já vi, já vi é o fucim cumprido assim que nem o cachorro.

Cândida – É assim quando ele faz vira um animal pra correr assim pera as estradas, vira um animal.

Severino – Não tem cauda não, é sem cauda.

Jailton – É suruco parecendo coe [coelho], suruco assim.

Severino – Porque aquilo, é diz que é gente que vira o bicho é.

Jailton – Dizendo o povo mais velho.

Um aspecto curioso dessa narrativa, sem dúvida, foi à caracterização construída coletivamente sobre o Lobisomem: possui “cada rabo”, também é “valente”, “engraçado é que a frente é baixa e atrás é alta”, “o fucim é cumprido assim que nem o cachorro” e “é suruco parecendo [coelho]”. Interessante notar que existe uma tentativa de descrever como é essa figura misteriosa e assustadora de “gente que vira bicho”. Tal metamorfose é comprovada, segundo Seu Severino, quando o “povo pega o Lobisomem e dá uma surra, aí o cara arreia, quebra a pata e arreia”. No outro dia, as pessoas têm a constatação de quem tinha se transformado, pois “adoece e fica em riba da cama”, lembra Dona Cândida. Para dar credibilidade à fala, Seu Severino afirma: “muito, há muito tempo que vejo falar nisso” e inclusive alegou, juntamente com Seu Jailton, que conhecia gente que virava Lobisomem, mas que já morreu.

No decorrer da entrevista, perguntei sobre o Caipora e Seu Jailton respondeu: “tem um bando”. E Seu Severino continuou lembrando que “Caipora tem, agora de primeiro tinha mais, tinha mais, agora, agora não tem muito não. Caipora de primeiro a gente chegava assim na mata, assim oche, oche, oche era ligeiro pra poder a pessoa se perder ligeiro”. A figura do Caipora está intimamente associada à vida da floresta e as ciladas que esse ser apronta para desorientar a pessoa que não consegue achar o caminho de volta para casa. Nesse sentido, Dona Cândida comentou que seu cunhado se perdeu dentro da mata e só foi achar no outro dia.

Segundo Seu Severino, o Caipora aprecia o fumo. Reza o costume que antes de entrar na mata para caçar ou apanhar lenha “botava um pedacinho de fumo em cima de uma cabeça de toco, aí botava lá, deixava lá pronto. Ele chegava pegava e saía cheirando acthin, acthin (risos) e lá vai pra dentro da mata, era assim.” Portanto, era como se os homens encontrassem um meio de enganar ou seduzir esse ente fantástico.

Em meio a tantas outras histórias que foram sendo lembradas e narradas naquela tarde, na frente da casa de Seu Severino e Dona Cândida, uma vivenciada pelo próprio Severino me chamou atenção. Trata-se de um boi da fazenda, boi Molu, o qual ficava na cocheira e dava uma “base de umas trinta arroba. Aí quando foi um dia”:

Eu peguei esse boi e botei na cocheira, só quem pegava era eu. Tava um feixe de homem trabaiano ali, aí pouca hora o boi saiu da cocheira. Aí como esse boi saiu da cocheira? Aí pouca hora me chamaram, mas nesse dia eu fui, eu fui, hã... eu fui cabreiro. O boi brigando e tava uma valentia medonha. Eu pensei que ia virar... Meu Jesus. Aí pegar aquele boi ali no meio daquele trabaio tudo, aquele feixe de homem daqui lá diante, pararam tudo e ficaram oiando. Aí eu gritei:

□ Ô Molu!

Aí ele se entortou todo.

□ Que é isso boi? Tava brigando foi? Rapaz, rapaz ser tá brigando?

Aí cheguei, fui assim debaixo do percoço, peguei a corda umbora, aí puxei o boi. Ficou todo mundo de boca aberta oiando aquilo ali. Peguei esse boi botei na cocheira, aí quando foi de tardezinha botei ração e fui lá na venda. Quando eu tô lá na venda tomando uma, bom, quando eu olho, oie o boi na beira da porta, bom. Eu disse:

□ Seu Francisco! O boi, eu botei na cocheira nesse instante e agora esse boi já tá aí. Ele disse:

□ Rapaz, Severino pode crer, aí oiou assim, é.

Quando eu chamei o boi Molu, aí os cachorros papocou em cima, aí esse boi desceu essa estrada abaixo aí, bom, e eu tô atrás. Esse boi desceu ladeira abaixo e botei o pé em cima, e lá vai, lá vai, lá vai boi, lá vai eu chamando, e os cachorro dando em cima, lá vai, lá vai e foi até embaixo naquela encruzilhada que vai pra casa de Martim, aí chegou ali, um rapaz subindo porque tava no rio pescando. Aí eu disse:

□ Ô Chico cerca esse boi lá. Aí ele pulou por caminho que sobe pra o Pindobá, pinotou pra lá e de lá encapotou, encapotou e deu gemido. Aí agora saiu terra dos pés. Deu aquele gemido, hum, hum, hum, hum e lá vai, eu disse o que é que faço, quase eu caio. Daí eu voltei e chamei:

□ Ô mulher, abre a porta aí, mas não trás o candeeiro não que eu tô quase morto.

Aí ela veio abrir a porta, aí entrei, sentei lá, descansei, descansei, aí comecei contar o caso a ela. Quando eu vou lá no outro dia. Francisquinho disse:

□ Tu trouxe o boi que nem vi a hora?

Trouxe o que Francisquinho não sei que diabo foi aquilo não rapaz. Aí o boi na cocheira não saiu, bom. Tá lá o boi na cocheira alta. Como é que esse boi saiu? Cheguei lá o boi bem preso lá. Foi assombração.

A curiosa história narrada por Seu Severino diz respeito a sua vivência enquanto vaqueiro da fazenda. A *performancedo* narrador através dos gestos,

olhares, alternância no tom da voz, possibilitava ainda mais, o encantamento pelo o que estava sendo contado. Os usos das onomatopeias contribuíram para notar os efeitos que essa experiência causou no depoente, especialmente no momento de evidenciar o medo e a desconfiança de enfrentar o boi na frente dos trabalhadores que esperavam o desfecho daquela situação. Notei, ainda, uma mistura de sensações experimentadas por Seu Severino, pois na segunda vez que o boi Molu saiu da cocheira, depois de todo seu esforço para conseguir domá-lo, ele concluiu, no outro dia, que tudo não passou de uma assombração. Aqui é oportuno lembrar a afirmação de Vasconcellos:

Mais do que julgar e classificar estas histórias, o objetivo é perceber como esses homens e seus ouvintes se relacionam com as verdades que expressam ou que acreditam expressar ali; compreender como o aparente “causo” pode ganhar estatuto de experiência. (VASCONCELLOS, 2001: 308)

Portanto, é importante compreender os sentidos atribuídos a essas histórias pelos depoentes, bem como notar o tempo e o espaço que estão fazendo referência. Foi visível a empolgação dos narradores, principalmente, Seu Severino o qual concluiu alegando que “as coisas mudou, abriu estrada, caminho, hoje tá bom, agora os outros tempos hã... não era brincadeira não. Só que hoje acabou tudo”. É perceptível um saudosismo na fala de Seu Severino relacionado aos “outros tempos”, mesmo evidenciando o medo acerca dessas figuras as quais assustavam os moradores que viviam dentro da mata.

2.2 “A GENTE VIVE DE ROÇA”: O TRABALHO NAS TERRAS ARRENDADAS.

Além das moradias, as terras arrendadas constituem um espaço de trabalho das famílias rendeiras. Os rendeiros possuem um sentimento de posse pelas mesmas, traduzido na fala de Seu Vivi: “domínio meu”. Eles também têm certa autonomia no que julgam ser o “pertence que nós governa”, como afirma sua filha, Dona Vera Lúcia, ao se referir ao fato de tirar da terra o sustento e o lucro.¹⁰⁰ Garcia Jr. designa a “terra usada para o cultivo das ‘lavouras de subsistência’ pelo trabalhador e sua família por *terra de trabalho*” (GARCIA JR., 1983: 35). Desse

¹⁰⁰ Entrevista realizada com Vera Lúcia Costa Nascimento de Jesus, 36 anos, em 10 de out. 2007, na Fazenda Engenho Sururu.

modo, essa seção objetiva-se analisar a função e a importância dessa *terra de trabalho* na vida das famílias dos rendeiros, bem como suas limitações em virtude das imposições do proprietário.

A trajetória de Dona Joventina, aos 100 anos, exemplifica bem esse vínculo com a terra. Ela rememorou que nasceu no Taboado perto de Serra Grande, migrou para a Fazenda de Darino na condição de rendeira e, posteriormente, foi para aquele local no tempo de Manoel de Guilherme, seu compadre, “quem botou nós aqui”. Por conta da sua própria idade, apresentava um pouco de dificuldade em escutar o que lhe perguntava e quando esquecia recorria ao seu filho Olímpio. Porém, em relação às suas memórias do trabalho não hesitava em responder:

Minha vivência é na roça, fui nascida e criada na roça, nunca fui em escola, meu trabalho é a roça. Era milho, feijão, amendoim, arroz, mandioca, fumo era esse traviá. Não trabalho hoje porque não tô guentando, mas meu traviá era a roça, meu povo tudo trabalhava na roça.

Para além de representar o espaço de trabalho, a “roça” também dá sentido à sua vida. A partir das entrevistas, percebi que esse sentimento era compartilhado por outras famílias. “O trabalho familiar caracteriza o vínculo social do camponês com a terra” (MOURA, 1973: 54). Até porque, é através do trabalho ligado à terra, seja para o consumo familiar ou para a venda, que advém a sobrevivência.

Seu Moisés sintetiza tal vínculo ao afirmar que “a gente vive de roça”. Seu Vivi acrescenta que “plantava pra comer e pra vender, mandioca, bananeira, é de tudo”. Mas logo explica que, a quantidade vendida era pouca, pois “pobrezinho somente ranhando com a enxadinha só, sem guentar batalhar, como é que vai fazer roça muito grande?”. Em contrapartida, assegura que o “rico mete trabalhador, planta dez, quinze, vinte tarefa de terra onde quer que seja”. Sobre essa oposição, Garcia Jr. postula que “a categoria *pobre* aparece toda vez que quer dar conta da precariedade de sua própria situação” (GARCIA JR., 1983: 89).

Listando as lavouras que foram citadas pelos moradores como constando no “recanto da gente”, onde se “planta de tudo” como disse Dona Liu, temos aquelas consideradas temporárias: mandioca, feijão, milho, amendoim, batata, aipim, abóbora, maracujá e fumo. E, em pequena quantidade, as permanentes são os pés de pau: jaqueira, mangueira, cajueiro, abacateiro, mamoeiro, bananeira e jenipapeiro. Todas eram importantes, todavia, o cultivo da mandioca é que

desempenhava o papel fundamental na vida dessas famílias. Exatamente, por ser a farinha o alimento básico para o consumo.¹⁰¹ Essa relevância é notada muito bem, na fala de Dona Anacleta:

Vende uma quartinha de farinha, vende duas. Hoje mesmo aqui não achei nada pra me apegar aqui. Cuma é que os menino estuda morto de fome? Eu fiz:

□ Ó, Toin! Não tem nada pra manhã e aí?

Pegar uma carguinha de mandioca. Tamos ali rapando pra ver se vende a carga de farinha.

A venda da “quartinha de farinha”, que é o mesmo que vinte litros, representa a solução do problema enfrentado naquele momento. Depois que entrevistei Dona Anacleta, ela voltou a raspar mandioca junto a sua família. Resolvi fotografar aquele momento no intuito de registrar uma cena comum para aqueles moradores.

Figura 11: Família raspando mandioca.



Fotografia: Trabalho de campo, 10 de outubro 2007.

A tarefa de raspar mandioca acontece ali mesmo na frente de sua casa. Santana descreve que “a moradia amplia-se na casa de farinha, compondo uma

¹⁰¹ Beatriz Maria Alásia de Heredia, em seu livro *A Morada da Vida*, analisa a importância do cultivo da mandioca no *roçado*. Além do consumo familiar, “leva-se em conta o seu aproveitamento integral. Não é necessário comprar semente, pois o que serve como tal é o próprio tronco da planta (maniva). Com a goma extraída no momento da elaboração da farinha, preparam-se comidas. A casca é considerada um alimento altamente nutritivo para o gado bovino, em especial o gado leiteiro. Finalmente, os galhos e a própria maniva, quando secos, são utilizados como lenha nas cozinhas familiares”. p. 127.

dada unidade” (SANTANA, 1998: 74). É como se não houvesse muita separação entre moradia e trabalho.

No processo de fabricação do produto final, era preciso levar a mandioca para as casas de farinha mais próxima, porque a que existia na sede da fazenda ficou desmantelada por falta de manutenção. Assim, Onésio Araújo, Julival e Antônio de Darino, proprietários de fazendas próximas, cobravam pela cessão três litros por cada quarta de farinha, ou seja, quinze por cento do que fosse produzido.

Nas casas de farinha, são as mulheres que geralmente cuidam do descascamento da mandioca e da extração do polvilho. A ralação, prensagem e torração, por serem atividades que requerem maior força física, ficam a encargo dos homens. Contudo, o que é mais característico nesse espaço é a colaboração de todos, como observou Heredia ao relatar que “não apenas reúnem os membros da família proprietária do produto como também outros parentes e vizinhos, que conversam enquanto se realiza o processo de fabricação da farinha” (HEREDIA, 1979: 47).

Essa colaboração não acontecia apenas no processo de fabricação da farinha, mas desde a colheita. Com satisfação, Seu Jailton comenta sobre os “*dijutórios*” que juntava “muita gente”, principalmente, nos dias de domingo para “rancar mandioca”. Também Santana analisa a importância do adjutório no espaço rural do Recôncavo baiano, como um esforço conjunto para acelerar as tarefas diversas, mais especificamente o tipo “roubar malhada”, “cuja particularidade firmava-se no segredo do trabalho coletivo” (SANTANA, 1998: 53).

A roça de fumo era mais uma opção de renda para as famílias que comercializavam o produto na tabacaria de Castro Alves ou de Conceição do Almeida. O espaço da casa era utilizado, frequentemente à noite, para manocar o fumo. Família e, às vezes, vizinhos participavam daquele serviço “brabo” no intuito de adiantar a tarefa.¹⁰² Engana-se quem pensa que esse trabalho era considerado fardo, uma vez que, fuxicos, pilhérias e piadas eram “postos em dia” naqueles momentos.

¹⁰² Maria Isaura Pereira de Queiroz analisa que “quando se quer desempenhar rapidamente e a contento uma tarefa determinada, pede-se o auxílio dos vizinhos. Desbravamento, sementeira, colheita, podem assim constituir o pretexto para uma convocação que reúna a vizinhança” em *O campesinato Brasileiro*, 1973, p 55.

Dona Liu mantinha acordo com uma “firma de Conceição do Almeida” para o plantio do fumo. A empresa dava o adubo, e a rendeiras plantava e, no final da safra, era acertada uma determinada quantia pela venda. O combinado era uma “ajuda boa” pois, “a terrinha fica misturada e adubada, aí planta o que quiser”, considera a depoente. Essas informações foram passadas em 2007, enquanto observava como “estava bonita e bem cuidada sua roça de fora a fora”.

Num segundo momento, em 2012, ela explicou que já tinha um ano sem plantar fumo. Ao indagar o porquê, respondeu: “é uma luta muito coisa, eu trabaivava muito, não tinha descanso, sozinha pra plantação de fumo. Tirava pouco, as vez, tirava um tantinho de dinheiro, tinha vez que o fumo morria todo”. É bem provável, que além da percepção de não ter o mesmo lucro que antes, outro fator que contou para sua decisão foi o acúmulo de trabalho provocado por sua separação com Seu José. “Era tudo comigo, era plantá, limpá, catá, desoiá, manocá, pra já dar pronto. Infardá, barrufá e levar pro ponto”. Portanto, ela concluiu que “trabaiva só faltava morrer, doida de trabaia. Oxe, oxe! Tô cansada e não tirava quase resultado nenhum e mandioca eu tiro mais, vendendo barato, eu tiro mais resultado”.

A conversa com Dona Liu sinalizou algumas questões em relação às referencias do trabalhador ao escolher qual produto plantar, como preço de mercado e grau de dificuldade que o cultivo requer. Acrescento a essas, outras duas: se a época do ano era propícia para o plantio daquela lavoura e se era permitido fazer determinado tipo de plantação nas terras arrendadas.

Os afazeres começavam cedo, “para pegar a fresca”, explica Dona Liu que deixava os alimentos do almoço cozinhando no fogão a lenha e ia para roça. Circulando pelos os espaços entre a cozinha e a roça, as percepções temporais construídas também merecem análise. Os referenciais de tempo estão associados diretamente às experiências e lugares cotidianos. A depoente conta que reconhece quando “é meio dia, porque trabaivando quando vê já tá pisando na sombra, por causa do sol quente”. A notação do tempo pode ser feita independente do relógio, nas comunidades orientadas pelas tarefas, assim como observou Thompson (1998: 272).

Outra atividade econômica praticada era a criação de animais de pequeno porte para complementação da renda familiar. Porco, carneiro, e bode eram criados para o consumo e também com a finalidade de realizar algo que dependia de certa

poupança, por exemplo, a viagem de romaria para Milagres ou Bom Jesus da Lapa. Já a criação de galinhas era exclusivamente para o consumo familiar. E o boi criado na corda, representava uma conquista dos rendeiros, primeiro em relação à dificuldade de ter a permissão para criá-lo, e depois porque indicava uma economia feita após uma boa colheita.

Na fotografia abaixo, Dona Liu aparece no terreiro da frente da sua casa, com a mão sobre Mansinha que se encontra amarrada à corda e por quem “já tinha uma amizade”. Tal cenário denota como “o gado é o animal mais valorizado pelo pequeno produtor” (HEREDIA, 1979: 139), especialmente quando se trata da aquisição feita por uma mulher que, na maioria do tempo, criou seus filhos sozinha. “Reflexos de vida congelados no ato fotográfico” (KOSSOY, 1989: 16) que permitem perceber vestígios sobre as vivências dessas famílias, carinhosamente preservadas no álbum de família.

Figura 12: A criação do boi na corda.



Fotografia: Álbum de família, sem data.

Além das plantações e da criação de animais, as famílias rendeiras realizavam outros serviços para auxiliar nas despesas da casa. A confecção de vassoura, abano, panacum, balaios e a produção do azeite são amostras disso.

A arte de fazer vassoura e abano de licuri era dominada por Dona Cândida. Ela contou, com muita satisfação, que aceitava encomendas e regularmente comercializava sua produção na feira de Santo Antonio de Jesus. Com a intenção

de demonstrar sua habilidade, resolveu explicar, passo a passo, a confecção de um abano e, por fim, me presenteou.

A extração do azeite de dendê é outra tarefa comum no cotidiano das famílias. O processo é composto por várias etapas: corta-se o cacho do dendê, destala, coloca para o cozimento, deixa esfriar para bater com a *mão do pilão* no pilão. Depois disso, inúmeras lavagens são realizadas para que o bagaço seja retirado, e por fim o que restou é levado ao fogo para a evaporação da água. Quando a água é evaporada, o líquido, depois de frio, pode ser armazenado em garrafas.

Fazer panacum e balaio e vendê-los na feira de Castro Alves era o ofício complementar de Seu Carlinhos. Ele revela que o “ganho é pouco, cinco real, dez, quinze, vai depender do dia na feira. Ajuda né?”.¹⁰³ Durante a entrevista ele não parou de trabalhar, talvez no intuito de enfatizar que tinha total domínio sobre a técnica. Continuava trançando o cipó em sentido horizontal e as varas no vertical. Amarrava os cipós com destreza, usava uma espécie de martelo para socar as varas e o facão para dar o acabamento. Notei ainda o olhar atento do menino, filho dos seus vizinhos Gerson e Faustina, observando o trabalho do artesão.

Pelo que foi dito, a maioria desses produtos plantados ou confeccionados é vendida em Castro Alves. Outros assuntos da vida cotidiana também são resolvidos lá, como *fazer feira* e realizar exames médicos. Essa identificação com a cidade de Castro Alves, apesar de ser cidadão varzedense, merece destaque e será discutido mais adiante.

Tamanha é a constância que os rendeiros vão até Castro Alves, especialmente à feira livre. Esse aspecto despertou em mim a necessidade de conhecê-la. Essa funciona nos dias de quarta, sexta e sábado. Escolhi o último por tratar-se do dia mais significativo do ponto de vista comercial. No trajeto, passei por alguns *paus de arara*, que transportavam pessoas, além de produtos os quais seriam vendidos na feira. Ao chegar, comecei a procurar os rendeiros e os encontrei acomodados num mesmo espaço. Lá estavam Dona Liu, Seu Adelino, Seu Aurino e Seu Ediel com produtos semelhantes espalhados no chão sobre as palhas de banana ou dentro dos panacuns. Ficaram surpresos com minha presença.

¹⁰³ Entrevista realizada com Carlos Almeida Mascarenhas, conhecido como Carlinhos, (idade não informada), 03 dez. 2006, na Fazenda Engenho Sururu.

Naquele dia, vendiam jaca, abacate, mamão, jenipapo e vários tipos de banana. Para definir qual valor desses frutos, utilizavam a lei da oferta/procura que rege o mercado, embora, no seu mundo de trabalho seja intitulada *fartura e ventura*, como bem se apropriou Santana para designar a relação com a natureza e conhecimento sobre a mesma (SANTANA, 1998). Desse modo, Dona Liu explica: “agora tá de fartura aí dá para vender mais barato, no inverno fica mais caro fica de todo preço”, referindo-se ao mamão e banana. Sobre o feijão, milho, e amendoim ela informa: “só que o solo não sabe se vai venturar, se Deus mandar chuva já, já... mais já tá sentido o sol forte, tá esmurecendo”. Além da influência do tempo da natureza sobre os preços, outra variável surge: o poder de compra do freguês, pois “no início do mês a feira é boa, mas no final a feira é fraca”.

Embora não houvesse muita diferença na variedade dos produtos comercializados, existia a ajuda mútua entre os vendeiros, principalmente quando precisavam se ausentar por alguns momentos e manter seu ponto de venda em funcionamento. Heredia sinaliza esta prática como costumeira entre vizinhos e parentes (HEREDIA, 1979: 46).

Se os produtos são parecidos, as expressões utilizadas para chamar o freguês eram bem diversificadas. Seu Ediel constantemente falava: “chega aí freguesa”¹⁰⁴, no intento de ser receptivo. Também Dona Liu com a preocupação de garantir a qualidade dos seus produtos, disse para uma freguesa: “não tem carbureto não minha irmã, amadureceu no pé”. E assim a negociação prosseguia, já que o “freguês aqui não sai sem comprar, só se não quiser levar”.¹⁰⁵

Para esses pequenos produtores que preparam a terra, plantam as sementes, limpam a roça e realizam a colheita, a feira livre é o espaço onde finaliza um ciclo de muito trabalho. Na imagem abaixo (fig. 13), a meu pedido, Seu Ediel e Seu Aurino posicionam-se, para serem fotografados, diante dos produtos colhidos. Assim como escreveu Kossoy, “toda fotografia foi produzida com uma certa finalidade”(KOSSOY, 1989: 16). No caso, o interesse de registrar o momento foi motivado pela importância que aquele espaço representava. Ali, os vendeiros tinham total

¹⁰⁴ Entrevista realizada com Ediel de Jesus, 29 anos em 24 de mar. 2012, na feira livre de Castro Alves.

¹⁰⁵ Entrevista realizada com Estelita de Jesus, conhecida como Liu, em 24 mar. 2012, na feira livre de Castro Alves.

autonomia sobre a negociação e os valores dos produtos produzidos por eles mesmos.

Seu Aurino, aos 62 anos, lembra que vinha à feira desde menino para vender o que plantava. Ao lado do seu sobrinho Ediel, contou que a preparação para levar os produtos começa no dia anterior devido à distância da estrada principal, já que nas terras arrendadas existem somente os “caminhos de roça” que não passam automóveis. Tais mercadorias são carregadas, de véspera, em um animal de carga ou carro de mão para alguma “moita” de mato próximo a estrada. No amanhecer do dia, são apanhadas por seus donos e levadas nos *paus de arara*.

Figura 13: Seu Aurino e Seu Ediel na feira.



Fotografia: Trabalho de campo, março 2012.

Ainda sobre a feira, observei que é um espaço de sociabilidades como sublinha Heredia “além de um lugar de comprar e vender, um ponto de reunião social” (HEREDIA, 1979: 45). Lá, os trabalhadores conhecem os fregueses, seus gostos, se inteiram da política local e também reveem ex-vizinhos.

Portanto, nas terras arrendadas, lavouras para o consumo familiar – denominada “economia de subsistência”¹⁰⁶—, e para comercialização coexistem.

¹⁰⁶ Emília Godoi critica esse termo “subsistência”, pois acredita “estar marcada por uma concepção equivocada do trabalho camponês, sintetizada no binômio trabalho contínuo-sobrevivência”, preferindo o termo “produção de provisão”. Este último caracteriza-se por fornecer à família seu “costumeiro estoque de bens, tem seus limites na produção e não possui propensão inerente para o trabalho contínuo” em *O trabalho da Memória cotidiano e história bo sertão do Piauí*, 1999, p. 91.

Ambos os cultivos são destinados aos membros da família, seja pelo consumo direto ou adquirindo os bens necessários à sobrevivência, através da venda do excedente. Indica que esses rendeiros que atuavam como pequenos produtores rurais estabeleciam redes comerciais, ainda que em pequena escala, contrapondo à ideia da exclusividade de subsistência.

2.3 “DIA DE MACACO” E MEAÇÃO: TRABALHO EM OUTRAS FAZENDAS.

Neste tópico, é importante analisar as motivações tidas pelos rendeiros para venderem sua força de trabalho noutras fazendas, quando não estavam assoberbados com o pagamento da renda, laborando nas terras arrendadas ou atuando como feirantes. Para tanto, abordarei a identificação que eles possuem com o trabalho; a multiplicidade de facetas que esse trabalhador assume a depender do espaço que esteja ocupando; bem como a importância da aposentadoria na melhoria da qualidade de suas vidas.

Thompson colabora para o entendimento dessa realidade ao afirmar que há pouca separação entre “o trabalho” e “a vida”, uma vez que as relações sociais e o trabalho são misturados numa comunidade rural (THOMPSON, 1998: 271-272). As lembranças desses trabalhadores dão conta de registrar o encantamento pela “roça” e a identificação com trabalho. Comumente atribuem suas condições de vida à vontade de Deus, e não o fazem como sinônimo de castigo ou provação, mas como dom, tal como assinala Seu Vivi, aos 74 anos:

Eu tô dessa idade até hoje eu dou duro... eu digo, quem Deus deu não toma, se meu dote desde pequeno é pra trabaiaá, então enquanto eu guentar tô trabaiaando. E eu só tô bem quando tô trabaiaando, tô bem quando eu tô na roça trabaiaando, mais pra eu ficar sentado de mão posta ou bestando não, só tô bem na roça.

A forma orgulhosa de se reportar à lida com a terra expressa o contentamento em ter podido criar seus filhos a partir do trabalho; de ter o reconhecimento social como sendo pessoa de bem, ou como ele diz “direita”; de se ajudar através de adjutórios e ademãos; de se divertir com causos e pilhérias. E, especialmente, de ter tido acesso à terra.

Sobre a criação dos quatro filhos: Jailton, Gilvando, Eliene e Girlene, Seu Severino informa que todos foram “nascidos e criados” no espaço arrendado. Com exceção da última, que vive em Salvador, constituíram família nas proximidades da casa dos pais e deram continuidade à lida com a terra. São situações como essa que dão sentido à expressão “rama de maxixe”.

Figura 16: Jailton, Gilvando, Girlene e Eliene



Fotografia: Álbum de família, sem data.

A imagem acima, como bem observa Kossoy, preserva “aquele fragmento congelado da realidade” (KOSSOY, 1989: 101). Essa, associada à conversa com Dona Cândida, dimensiona o esforço feito para criar os filhos com dignidade. Seu Severino legitima esse fato ao dizer “graças a Deus trabaei muito, trabaei muito. Criei meus fi tudo”.

No mesmo sentido, Dona Hilda fala com entusiasmo: “criei meus filhos, bato no peito e rogo a Jesus. Era, minha fia, todo ano um, todo ano um. Tive dezessete, tudo em casa. Você acredita que nunca deitei na cama do hospital, os médicos fica invocado”. Para tanto, o trabalho “era na roça, plantava mandioca, feijão e fumo”.

A trajetória de vida de Seu Francisquinho também valida o que foi dito sobre o orgulho de ser trabalhador. Nas suas palavras:

Aí Antonio [gerente da Fazenda Santana] escolheu eu, disse que eu servia, que era uma pessoa direita e tal e tal e aí me trouxeram pra

qui. Até que com quase quarenta anos de serviço eu nunca fui substituído por ninguém. É porque eu sou assim uma pessoa obediente, eu fazia o mandato direitinho.

A percepção de Antonio quanto à retidão de Seu Francisquinho foi certa, até porque o viu crescer e conhecia sua família, mas quando é associada a autoavaliação do entrevistado fica claro que todos os adjetivos utilizados para justificar sua escolha fazem parte do mundo do trabalho. Portanto, “ser direito” naquele contexto era, antes de mais nada, “cumprir seu dever e pronto, dever cumprido ó, acabou o problema”.¹⁰⁷

Outro fator que envaidece aqueles trabalhadores é poder utilizar sua força de trabalho para ajudar vizinhos e/ou parentes. Isso se dá através de adjutórios ou ademãos que acontecem, na maioria das vezes, aos domingos. Utilizar o dia destinado ao descanso para contribuir com o próximo, revela desprendimento desses sujeitos e reforça os laços de parentesco e compadrio constituídos ao longo do tempo. Além de adiantar a tarefa, esses momentos de trabalho coletivo são recordados pelo divertimento que eram capazes de proporcionar. Ali, causos, pilhérias, música, samba, comida e cachaça davam ritmo ao serviço.

Aqueles que, em algum momento de necessidade, não puderam se valer desse auxílio, lembra com angústia. “Eu mermo fiz esse ranchinho aqui na carreira, eu mermo não achei dijutório de nada, de nada mermo, aí foi do meu aposentozin, aí fiz um imprestimozin foi que fiz essa casa aqui pra poder passar pra dento”, argumenta Dona Margô. Pressuponho que a realidade de Dona Margô, revela o destino reservado àqueles que possuem personalidade mais arredia e fazem pouco camaradagem. Também pode explicar a falta de mobilização para ajuda-la, o fato de ter sido mãe solteira. A ausência de uma referência masculina, de certo, restringiu sua rede de sociabilidade.

De tudo o que foi dito sobre o orgulho de ser trabalhador, nada é mais significativo do que ter podido utilizar o trabalho como “moeda” de troca para ter acesso à terra. Como já é sabido, essas famílias, em sua grande maioria, nunca tiveram a posse da terra. Viveram de fazenda em fazenda, dependendo do consentimento de um grande proprietário para morar e trabalhar. Desse modo, era justamente o trabalho que garantia a permanência naquele espaço.

¹⁰⁷ Francisco Assis de Jesus, em 30 dez. 2011. Entrevista já citada.

Naquilo que diz respeito às atividades profissionais desenvolvidas pelos trabalhadores rurais, cabe analisar esses enquanto rendeiro, pequeno produtor, feirante, diarista e meeiro. Cientes de que a história de vida de um único indivíduo pode se manifestar em várias dessas relações e práticas de trabalho, como nos adverte Santana (1998: 44), ao entender que a multiplicidade de facetas assumidas por esses sujeitos representam muito a dinâmica de trabalho em busca de melhores condições de vida.

Ser rendeiro é o que melhor os caracteriza. Ainda que outras atividades sejam desenvolvidas, devem ser feitas em concomitância a essa. Como disse Dona Helena, “não podia fartá era renda, agora o resto não aborrecia em nada”. É o pagamento da renda, nas condições estipuladas pelo arrendatário, que dá singularidade àqueles referenciais de vida e, de certa forma, nomeia aqueles trabalhadores. Nesta pesquisa, é frequente chamá-los assim por mais que tenha ciência que são multifacetados e, por isso mesmo, seja conhecido o risco de conceituá-los segundo uma única atividade “profissional”, tal como assinala Santana.

Algumas características são comuns e necessárias aos rendeiros: a subserviência; a assiduidade e a pontualidade são exemplos delas. Diante da necessidade de usufruto da terra, não havia margem para questionamentos e desobediências. O melhor a fazer era “nunca procurar desentendimento com Francisquim. Ele pedia, a gente consintia, aí pronto”, já falava Dona Helena. Sobre a pontualidade, ela continua: “Naro era o primeiro que chegava lá na fazenda (risos), pra não tomar troco. Passasse de sete hora já viu, o pau comia.”

Talvez soe estranha a caracterização do rendeiro, se confrontada com o que foi dito no capítulo anterior sobre a prática do arrendamento. No primeiro momento, foi falada a possibilidade de negociação com o patrão e/ou gerente ou da existência de estratégias para burlar o que havia sido combinado, agora a flexibilidade desapareceu. Entretanto não há uma desdição, haja vista que o foco naquele momento era a admissão do trabalhador na fazenda, é o ingresso dele como rendeiro, e isso era marcado pela rigidez das normas estabelecidas pelo proprietário. A maleabilidade poderia vir ou não com o tempo.

Atrelado à entrada do trabalhador rural na Fazenda Engenho Sururu estava a possibilidade de acesso à terra, no caso, àquelas do arrendamento. Tal fato permitiu que os rendeiros atuassem como pequenos produtores e experimentassem, na

maioria dos casos, pela primeira vez, fazer o beneficiamento do “seu” pedaço de terra.

O plantio e a colheita eram tarefas reservadas aos membros da família. Nesse sentido, o núcleo familiar garante autonomia do processo de trabalho, mas não os livram da subordinação, uma vez que dependem dos grandes proprietários para venderem suas forças de trabalho e também de consentirem o uso da terra, como observa Garcia Jr.

Ademais, esses pequenos produtores contribuem para a segurança alimentar do país. Nas palavras de Ana Rita Miranda, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Varzedo: “o mundo depende da agricultura familiar, da agricultura em si, da agricultura de grande porte, mas muito da agricultura familiar que é responsável por 75% da produção do país. Portanto, se o campo não planta a cidade não janta”.

Ser feirante é outra forma de complementação da renda dos trabalhadores rurais em questão. Nesse ofício, eles exercitam a negociação, estabelecem laços de sociabilidade no espaço urbano e, principalmente, experimentam a autonomia. Esta é explicitada no testemunho de Dona Liu sobre o que levar para Castro Alves: “levo tudo que eu planto. Verdura, é feijão, é mindoim, é mangalô, andu que agora eu plantei que tá botando. De tudo, é maracujá, é manga, é jaca, é banana, é mamão, o que eu tiver no meu quintal eu levo. Também decide o que não deve ir: “só uma coisa que eu não levo, é pimenta. Por mim perde aí, porque o povo não compra, eu também não cato, eu também não levo.”

Merece análise especial a atividade de diarista, chamada por Garcia Jr. de *trabalho alugado* e denominado aqui como “dia de macaco”. Essa expressão é constantemente dita pelos rendeiros ao fazerem referência à venda do dia em diferentes fazendas. Não se trata de algo inédito, pelo contrário, é muito comum na região do Recôncavo. Ainda assim, esmiuçarei tal prática no tocante à possibilidade da conversão rápida do trabalho em dinheiro; ao desconforto sentido por eles em não conseguir suprir suas necessidades básicas com o que era produzido nas terras arrendadas; e ao estreitamento de laços com outros fazendeiros e/ou pequenos produtores.

Seu Isaias explica que o trabalhador “pula no lugar e no outro, é no lugar que achar. O macaco pula em galho e galho, no lugar que acha o galho segura né? A mesma coisa é o diarista. O moço diz não carece hoje. Ele fica meu Deus o que é que eu faço? Adiante, outro diz que dar um dia aqui”.

A expressão é sugestiva, e quando a ouvi pela primeira vez, julguei estar diante daquelas metáforas recorrentes na História Oral. Intuí que era um termo próprio daquela comunidade. Posteriormente, as leituras que versam sobre o tema e as conversas com trabalhadores de outras localidades desfizeram a ideia do ineditismo.¹⁰⁸ No entanto, não diminuí o desejo de explorá-la. Várias conjecturas foram feitas e, “dia de macaco” acabou por intitular este tópico.

A primeira delas diz respeito à necessidade de amearhar durante a semana “o dinheirinho pra fazer a feirinha pra o dia de sábado”.¹⁰⁹ A urgência em sanar a privação familiar é a principal motivação para a venda da força de trabalho noutras fazendas. De todas as atividades praticadas pelos rendeiros, essa é a que possui retorno financeiro mais rápido.

Se por um lado “pular de galho em galho” nas fazendas de “Djalma Araújo, Onésio Araújo, Zau, Toi de Darino, Julival, esse povo todo aí que tem um diazinho para ajudar a semana”¹¹⁰ resolve a angústia momentânea do “macaqueiro”, por outro, tal prática não desfaz o caráter vergonhoso do trabalho de ganho.¹¹¹

A despeito disso, é oportuno lembrar que dar “dia de macaco” e praticar a meação alargam as redes de sociabilidade do trabalhador para além dos limites da fazenda. De alguma forma, se valiam da relação construída com proprietários de terra, seja para conseguir pequenos favores como deixar de pagar o aluguel da casa de farinha e ser levado ao médico na circunvizinhança; ou obter deles algo de grande valia, como o comprovante de cadastro do INCRA para viabilização do processo de aposentadoria.

¹⁰⁸ Esse tipo de atividade, talvez tenha esse nome por fazer referência ao símio, já que os trabalhadores, tal qual esse animal, viviam de galho em galho, vendiam sua força de trabalho para diferentes patrões. Abordagem de Joseane Bispo de Oliveira na dissertação de mestrado *Trabalho e sociabilidade no sertão da Bahia: as “quebras” e “tiras” de licuri*, p.51. Como também Euclides Neto, em *Dicionário das roças de cacau e arredores*, analisa no sul da Bahia a utilização dessa expressão “dia de macaco” para designar os trabalhadores que prestam serviço como diarista.

¹⁰⁹ Estelita de Jesus, em 25 set. 2007. Entrevista já citada.

¹¹⁰ *Idem*.

¹¹¹ A esse respeito, ver GARCIA JR, op. cit., p.69.

O trabalho à meia dava-se nas terras de fazendas próximas, principalmente na plantação de mandioca. Como bem explicou Souza:

A prática da meiação constituía em locação de uma parcela de terra para plantar roça, onde o meeiro limpava e cultivava o terreno, sendo que, na época da colheita dividia a produção ao meio com o proprietário da terra. Este, além de receber a metade da produção, recebia o terreno limpo, pronto para o novo cultivo. (SOUZA. *In*: Proj. História, nº18, 1999).

Em entrevista, Ana Rita Miranda acredita que a escolha pelo tipo de plantio, devia-se ao fato que a “roça de mandioca é uma agricultura temporária de subsistência. Arrancou, ali acabou o vínculo de trabalho com o dono da terra”. Indicação importante, até porque a escolha pelo exercício das atividades de diaristas e meeiros passa a ser mais frequente pelos proprietários, devido ao menor comprometimento em relação aos direitos.

As ocupações assumidas pelos trabalhadores da Fazenda Engenho Sururu, as relações com os proprietários de terra e com seus pares fazem parte do “traviá da roça” presenciado por Dona Joventina, ao longo do último século. Diversas são as narrativas que abordam essa temática, mas a escolhida para sintetizar a busca por melhores condições de vida é a dita por Dona Liu:

Depois de um tempo muito atracado né. Depois a gente foi miorando, miorando, trabaiano, trabaiano, sabe o que mais vamos sair de dia de macaco, vamos sair de dia de macaco, vamos fazer nossa rocinha. Aí a gente pegou a trabaia na roça da gente, dava um dia ou dois fora pra fazer a ferinha dia de sábado, aí a gente meio de semana e fim de semana trabaia pra gente. Aí foi lutando, lutando, lutando com a fé em Deus nós saiu tanto da roça dele quanto dos outros canto que a gente trabaia a dia, nós saiu. Aí com a fé em Deus foi trabaiano, trabaiano, trabaiano, poucos tempos minha mãe depois aposentou. Bom, eu agora já tô aposentada, graças a Deus. Aí pronto vamos vivendo a vida assim.

É um depoimento significativo. O tempo “muito atracado” dimensiona um período sem grandes mobilidades, ao passo que a aposentadoria põe fim aquela vida desatinada marcada por incertezas. Nesse ínterim, os rendeiros foram “lutando, lutando, lutando com a fé em Deus”.

Sendo assim, a aposentadoria do trabalhador rural como segurado especial do INSS constitui uma espécie de “estabilidade” financeira tardia muito aguardada.

Foi legitimada nos moldes do art.195, § 8º da Constituição Federal de 1988¹¹², mas, na Fazenda Engenho Sururu, essa resolução não foi posta em prática com facilidade.

O primeiro obstáculo era a cessão do comprovante de cadastro do INCRA pelo arrendatário. Segundo Ana Rita Miranda, “quando você dá o INCRA à pessoa, você comprova uma relação de trabalho. Então Humberto Guedes nunca fez isso pra não comprovar a relação de trabalho que tinha entre ele e os trabalhadores”. Essa negação de direito era uma verdade propagada por todos. Seu Martim afirma: “o patrão deu não”. Seu Severino reforça: “aqui eles não dava INCRA para aposentar também, aí ninguém percura não”. Como tantos outros, Seu Moisés continua: “não pedi, não tentei porque sabia que não dava INCRA, um pedia não dava, pedia não dava, pedia não dava, eu disse bom”.

“Rapaz, eu tenho que cantar um proprietário desse, um vizim daqui”. Essa foi a solução encontrada por Seu Martim para resolver o problema enquanto conversava com o gerente da fazenda. Evidentemente, enfrentou seu descrédito: “Será? Fica atrás”. Por mais que pareça contraditório ele foi amparado por Clarino Rodrigues, que havia sido seu patrão na década de 1960. Na fazenda deste, trabalhou na condição de meeiro.

Outros casos sucederam, como é o exemplo de Dona Helena: “O INCRA que deu foi os outros, o da fazenda não, deu o de fora, da fazenda não deu nada não”. Aqui fica evidenciado a serventia daquelas redes de sociabilidade entre trabalhador e patrão citadas anteriormente e estabelecidas a partir da prática de meação e/ou prestação de serviço como “macaqueiro”.

Uma vez resolvida a concessão do comprovante de inscrição do INCRA, outra etapa era iniciada. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Varzedo era procurado para intermediar o processo. Sobre isso, Seu Severino informa: “foi Sindicato em Varzedo. Daí levei as nota fiscal que a gente tinha, Deus abençoou e levei três

¹¹²DELGADO, Guilherme C., CARDOSO JR., José Celso. *O Idoso e Previdência Rural no Brasil: a experiência recente da universalização*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0688.pdf>

testemunha, mandaram levar eu levei lá, aí pronto Deus abençoou e tô recebendo”.¹¹³

É bom lembrar que, na maioria das vezes, o processo de aprovação da aposentadoria não transcorre de forma tranquila e rápida como o de Seu Severino.

De tal modo, melhorias das condições de vida, principalmente proporcionadas pela aposentadoria, permitiram que novos arranjos fossem constituídos no tocante às relações de trabalho. Assim, certas situações, que a princípio causariam estranhamento, já eram vistas com normalidade, a exemplo de trabalhador rural, na condição de rendeiro, pagando a diária a outro trabalhador; também na condição de gerente tendo meeiros nas suas terras arrendadas ou pagando a diária, entre outros.

Tal alternativa permitia mais uma vez o alargamento da multiplicidade que um único sujeito poderia assumir. As lembranças de Dona Liu revelam um tempo, não tão distante, em que ela e sua mãe “dava dia a Francisquim mesmo, na roça de Francisquim. Trabaiava um dia, dois, três, quatro e o resto a gente trabaiava aqui pra gente”. Logo em seguida, ela evidencia que ainda trabalha, apesar de se queixar de alguns problemas de saúde, “paga dia também, eu sozinha não guento não, eu tenho um dinheirinho que quando recebo pago um diazinho aí ao menino pra trabaiá na minha roça e vou lutando assim”.

Outro relato é de Seu Francisquinho que narra com orgulho as várias atividades que desenvolve. Pequeno produtor na plantação de fumo, mandioca, milho, feijão, também atua como feirante em Castro Alves e vendeiro na “vendinha de casa”, e, ainda assume o cargo de gerente da Fazenda. Compreendi, portanto, que é desempenhando diversas funções em espaços diferentes que estes sujeitos buscam sair de um “tempo atracado” para a garantia de melhores condições de vida.

¹¹³ A nota fiscal que ele se refere era uma exigência de comprovação do exercício de atividade rural especificada no § 7º do art. 30 da Lei nº 8.212/91. Deve ser emitida pela empresa adquirente da produção, com indicação do nome do segurado como vendedor. Geralmente, os rendeiros da Fazenda Engenho Sururu utilizavam a nota fiscal da safra do fumo. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=672>. Acesso em novembro de 2012.

CAPÍTULO 3:

“EU SEMPRE NASCI AQUI”

3.1 “QUASEMENTE TUDO PERTENCE A UMA FAMÍLIA SÓ”.

O entrelaçamento das relações sociais na Fazenda Engenho Sururu, metaforicamente chamada por Dona Anacleta de “rama de maxixe” é o que norteia a discussão deste tópico. Como nos alerta Heredia “uma família sempre está ligada à outra, pelo menos através de um parente em comum. Desta forma, os laços de vizinhança reforçam-se com os laços de parentesco e muitas vezes com laços de compadrio” (HEREDIA, 1979: 47).

Uma primeira questão a considerar é a necessidade de compreender as trajetórias familiares dos sujeitos em estudo, os quais narraram experiências de perambular de fazenda em fazenda a procura de ter acesso à terra na condição de meeiros e rendeiros. Outra dimensão a destacar é que possam existir algumas ligações entre aqueles que viveram no “tempo dos pais ou avós de Humberto Guedes” com os que permanecem morando nesse mesmo espaço. E outro ponto ainda, é que muitos rendeiros mencionaram que migraram para a essa fazenda motivados por algum parente, conhecido ou compadre que já morava ali no sistema de arrendamento.

A partir desses pressupostos, selecionei narrativas e esbocei algumas genealogias das famílias que vivem ou viveram nesse espaço. Ative-me às trajetórias pessoais para compreender melhor a do grupo, procurando privilegiar as experiências relacionadas aos arranjos familiares e modos de vida, tendo o trabalho desses sujeitos como fio condutor das entrevistas.

Para melhor apreender algumas dessas dimensões, trago à tona um depoimento dado por Seu Severino, que, com orgulho estampado na face, declarou que:

Eu sempre nasci aqui, me criei aqui, tô aqui até hoje. Meus pais já morava aqui, aí daqui depois saiu. Bom, aí a gente ficou aqui mesmo. Morei toda a vida aqui, nunca saí não. Moro aqui, tô veio já, já com sessenta anos, já fiz já (risos). Tô véio aqui na fazenda.

Essa narrativa configura no “eu” coletivo que envolve parentes atuais e ancestrais no campo da subjetividade e sem obedecer a temporalidades fixas. Como também indica que existe uma preocupação desses sujeitos em ratificar o tempo na fazenda, talvez motivados pelo conflito entre herdeiros e rendeiros como já havia frisado.

Ele continuou informando que também seus avós moraram “tudo lá do outro lado, perto daquela serra aqui na fazenda”. Por conta disso, procurei saber se seus pais migraram ou nasceram naquele espaço. Ele não sabia ao certo dizer: “acho que eles morava... morava fora depois veio”. Porém afirmou categoricamente: “só sei que eu nasci aqui”. Mais uma vez, percebemos a ênfase dada por Seu Severino ao fato de ter nascido ali.

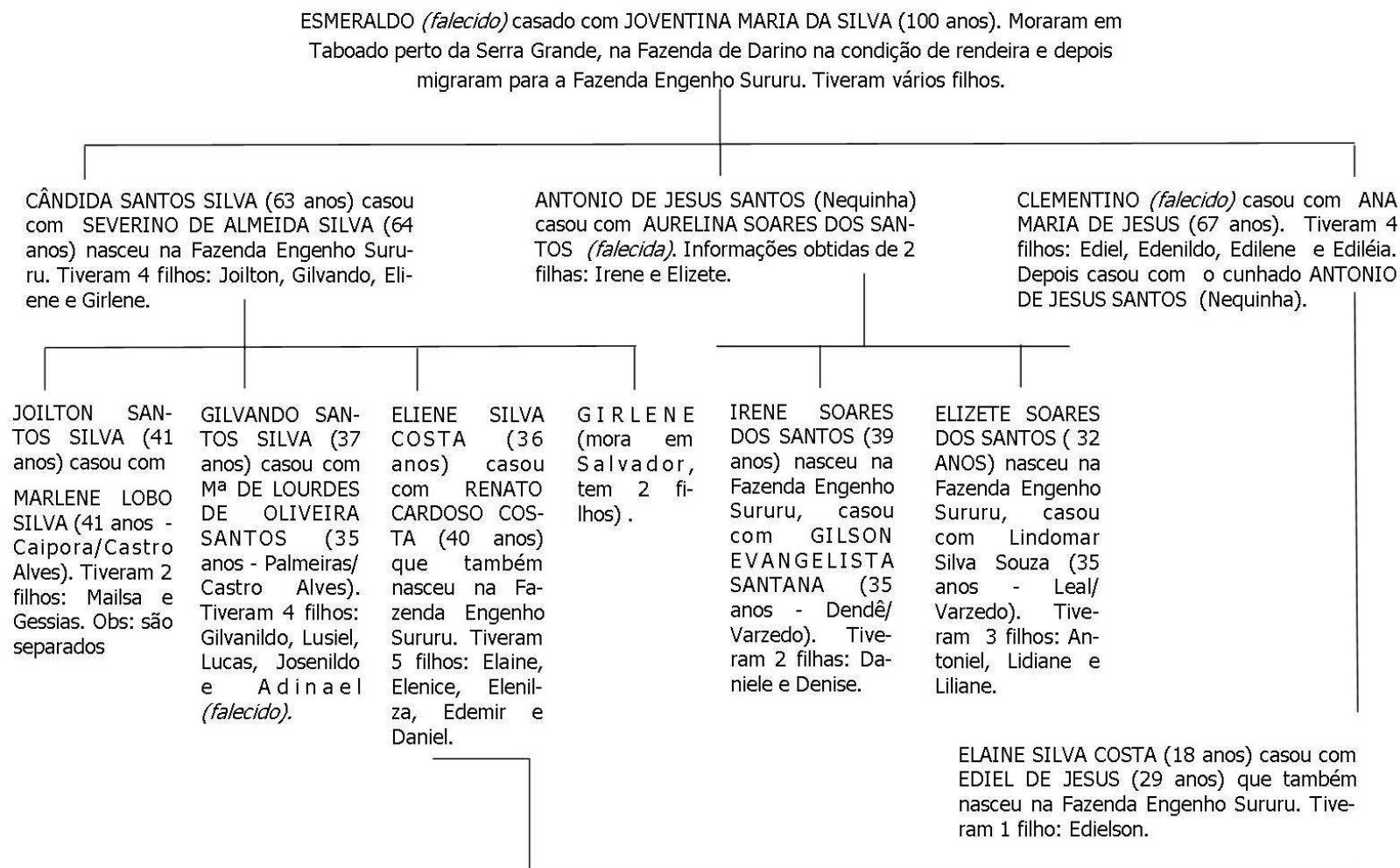
E acrescentou ainda:

Meu pai morreu fiquei pequeno, quem cabou de me criar foi meu irmão. Ficamos pequeno, bom aí. Aqui eu tive... meus irmãos tudo são doze né, são doze. Uns saíram, outro foi pra o Rio de Janeiro, outro foi pra São Paulo, daí foram pra Salvador, aí pegara espaiar, pegou espaiar aí fiquei aqui, só eu morando aqui.

Durante o processo de rememoração, Seu Severino vai tecendo sua história de vida vinculada sempre à Fazenda Engenho Sururu. É preciso não perder de vista, como assinala Tania Fernandes, “a imagem que, naquele momento, o narrador deseja construir de seu passado, e com outros fatores circunstanciais” (FERNANDES, 2001: 92).

Outra vivência destacada por Seu Severino na construção do seu relato foi o seu casamento com Dona Cândida, que “morava no terreno de Toi de Darino” e depois passou a morar, ainda, com sua família na Fazenda Engenho Sururu. “Aí meu sogro morava ali, o pai dela morava atrás do pé de jaca ali, a véia ainda mora ali. Aí pronto fiquemos aqui, tamos aqui”. Percebemos, sem dúvida, a “rama de maxixe” esboçada por Seu Severino. Vejamos tal genealogia:

Figura 15: Genealogia 01.



É preciso, antes de tudo, explicar com as palavras de Klass Woortmann o sistema de parentesco:

Família é então uma categoria de consanguíneos no interior da categoria maior de *parentes*. Por outro lado, *parentes* juntamente com *aparentados* opõem-se a *estranhos*. Por parentes entende-se, num plano mais geral, qualquer relação de parentesco; uma categoria que englobaria todas as outras. (...) *Aparentado* é uma categoria que engloba aqueles que se presume serem consanguíneos, mas cuja relação exata é desconhecida; aqueles que se sabe serem consanguíneos, mas num grau de parentesco mais remoto, assim como também aos afins. Isto é, inclui tanto “parentes pelo sangue” (distante ou “aguado”) como “parentes pelo casamento”. Além de uma certa distância genealógica, consanguíneos e afins são, então, agrupados numa mesma categoria. (WOORTMANN, 1987: 164 ss.)

Focalizo nesse primeiro momento a categoria família e parentes. Alguns detalhes merecem ser aqui destacados com base na figura acima (15). De acordo o que foi traçado, é possível ver de forma sintetizada os vínculos entre a família de Seu Severino e Dona Cândida com outras famílias. Observo, por exemplo, os casamentos com pessoas que eram vizinhas, no caso de Eliene e Renato que provavelmente cresceram juntos, pois as terras do arrendamento dos pais faziam divisa. Também laços conjugais entre parentes: Elaine com seu primo Ediel; Ana Maria, depois que ficou viúva, com seu cunhado Antônio, também viúvo. E, ainda, a união com pessoas que moravam em localidades próximas.

Na proporção em que os sujeitos reelaboravam suas memórias esses vínculos apareciam de forma expressiva, condicionado com o tempo vivido naquele espaço. Passei a identificar os trabalhadores rendeiros a partir das suas famílias, estabelecendo as ligações consanguíneas e, posteriormente, os laços de vizinhança e compadrio.

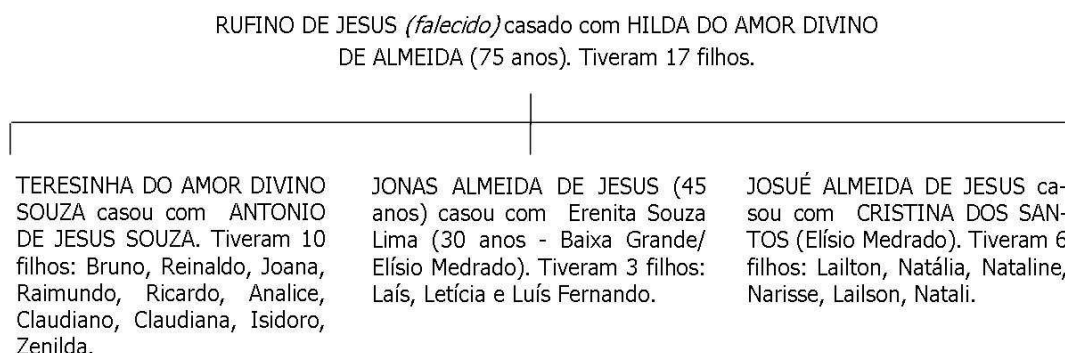
A respeito destes aspectos, Dona Hilda relata que:

Minha mãe nascida e criada no Sururu. Minha mãe morreu eu fiquei com sete anos de idade. Agora quem me criou foi minha vó Amélia, minha vó me criou. Quando eu tava com dezoito anos minha vó morreu, aí fui pra casa de papai que morava com outra mulher. Com pouco dias, eu tomei conta de casa foi, foi. Peguei meu marido tive dezessete filhos com ele. Meu marido chamava Rufino de Jesus. Ele também era da fazenda, nascido e criado na fazenda também.

Essa entrevista aconteceu na casa de Dona Maria Alexandrina, que, assim como Dona Hilda, morava na Fazenda Engenho Sururu e depois que ficou viúva mudou-se para a cidade de Castro Alves. Aqui é oportuno dizer que quando Dona Hilda soube que “tinha uma moça interessada na história do povo do Sururu” foi ao meu encontro. Esse exemplo vem reiterar o significado do ato de recompor lembranças e a satisfação da narradora contar seus feitos. Antonio Montenegro compreende que “esses atores sociais anônimos adquirem visibilidade através de narrativas que descrevem, como uma diversificada riqueza de detalhes, experiências cotidianas, que comumente se perdem nos desvãos da história” (MONTENEGRO, 2010: 69).

“Nascida e criada no Sururu” como sua mãe, Dona Hilda constituiu família e criou dezessete filhos. Desses, três permanecem na Fazenda Engenho Sururu. Observemos a genealogia:

Figura 16: Genealogia 02.



Noutro depoimento, encontrei mais subsídios para analisar as trajetórias de vida emaranhada com a Fazenda Engenho Sururu. Atentei para essa fala de Seu Moisés: “aqui nessa redondeza, aqui quase tudo somos parente. A casa lá, aquela de lá. Sou irmão de Helena. É aqui tem uma parentagem doida aqui (risos). Quasemente tudo pertence a uma família só”.¹¹⁴

Dona Anacleta, em outra entrevista, complementa a fala de seu irmão Moisés e de forma empolgante aponta em direção às casas de taipa para informar onde seus parentes moram:

¹¹⁴ Entrevista realizada com Moisés Malaquias Ribeiro, 66 anos, em 10 de out. 2007, na Fazenda Engenho Sururu.

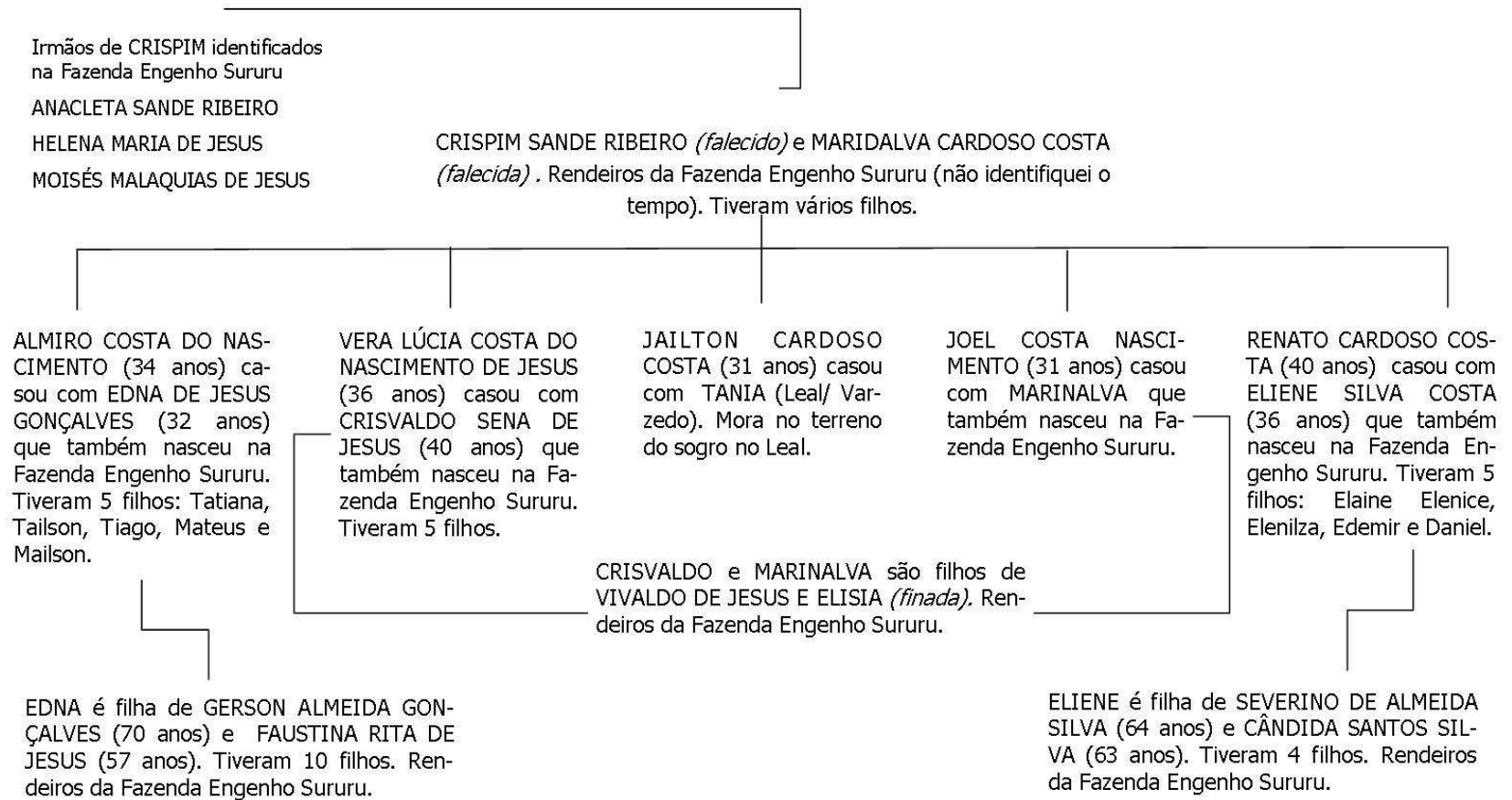
Aquele dali é meu irmão Moisés, vocês tava lá inda agora, Helena ali embaixo é minha irmã. Os meninos do outro lado tudo é sobrinho, filho do meu irmão, Renato, Joel. Renato, Joel é filho da finada Maridalva e Crispim é meu irmão, pai dele. Zé, ali é meu sobrinho, porque a mulher dele é filha do meu irmão Crispim. Tudo aqui é parente, é tem muito parente, aqui é tudo uma rama de maxixe. Dona Maria é prima da gente, Ito mermo ali é primo da gente, Gilvandro. Só que num é parente aqui é Margarida, cumpade Martim e Liu, mais o restante aqui é.

A sua descrição é bastante expressiva. A “rama de maxixe” representa, de forma metafórica, a genealogia da sua família, já que, o maxixe¹¹⁵ é uma hortaliça que possui ramos interligadas, formando novas ramos e produzindo frutos. A relação de semelhança entre esta e a “rama da família” indica a continuidade dos parentes na Fazenda Engenho Sururu. Irmãos, sobrinhos e primos são identificados com contentamento pela afirmação de ser todo mundo parente e morar por perto, ao alcance do seu olhar. Outro aspecto observado, não mais pela ligação consanguínea, mas, através da convivência, são os laços de compadrio. Tudo isso implica na construção de fortes laços familiares e de identidade entre os rendeiros. Tais ligações são típicas de uma comunidade rural, até mesmo pelas limitações que existem dentro dela. O fato é que esta adquire o caráter de uma grande família ou família estendida. É o que se verifica na genealogia (fig. 17).

Ellen Woortmann, em seu estudo sobre *Herdeiros, parentes e compadres*, também utiliza uma metáfora interessante para explicar que “a família é percebida como sendo uma árvore. Essa árvore tem raízes, tronco, ramos e frutos” (WOORTMANN, 1995: 130). É como Seu Moisés disse: “quasemente tudo pertence a uma família só”. Parentes, vizinhos, compadres e novos membros familiares por conta dos casamentos convivem naquele espaço. Desse modo, não há estranhos.

¹¹⁵A planta é herbácea, rasteira, e o seu desenvolvimento se assemelha a outras plantas da família das cucurbitáceas, como a melancia, melão, pepino e abóbora.

Figura 17: Genealogia 03.



Assim, existe uma construção através da memória desses sujeitos, sobre uma identidade do grupo. Lembro aqui as observações de Michael Pollak, em sua análise sobre o tema da memória e identidade social:

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si". (POLLAK, 1992)

Os laços estabelecidos entre esses indivíduos e o sentimento de pertencimento ao lugar configuram uma identidade do grupo de quem já viveu ou vive na fazenda. A trajetória de vida de Seu Isaías é um bom exemplo para tais questões. Ele conta que seus pais eram da Fazenda Quebra Pé, município de Castro Alves. No entanto, logo ressalva que nasceu no "Sururu em 08 de novembro de 1952". Prossegue lembrando também a data que seu sogro chegou à fazenda, "foi no dia 18 de fevereiro de 73". Então fiz um pedido, para que ele contasse como foi o casamento com Dona Iraci. "Comecei namorar ela tinha onze anos de idade, escondido. Era assim: me dá um pouquinho de água, pegava segurava na mão, criança os dois. Quando ela tinha dezessete anos, eu falei do casamento e graças a Deus me casei tô feliz".

O casamento aconteceu na Igreja de Deus Menino, próximo à sede da fazenda. E a "festa", lembra Seu Isaías, "foi na casa onde ela morava. Quando foi no dia 29 de dezembro de 83, uma quinta feira, foi o quebra panela". É importante que se diga, que no momento da entrevista, não me ative para esse comentário, posteriormente, quando passei a transcrever foi que percebi essa expressão "quebra panela". Pesquisando sobre tal ritual, compreendi que faz parte de uma manifestação realizada quando a última filha se casa. Enfeita-se uma panela de barro, forma-se uma roda e escolhe uma pessoa para dançar com a panela na cabeça repleta de doces, até a panela cair no chão. Passei a entender a explicação do noivo: "só era uma filha mesmo, quebraram a panela e jogaram no mato e nós comeu o de comer (risos)".

Passagem como essa permite perceber manifestações culturais e formas de diversão que também fazem parte do cotidiano dessas famílias rendeiras, que sempre evidenciam, nas suas memórias, mais a vida de trabalho do que os

momentos de brincadeira e de festas.¹¹⁶ Esse depoimento chama atenção para outra questão, a preocupação explícita do depoente em datar os acontecimentos. Provavelmente, além de ter uma boa memória, Seu Isaías preocupava-se com a exatidão das datas por acreditar que tal postura confere maior veracidade ao que estava sendo dito.

Passei a tarde toda com a família de Seu Isaías, pois fui fazer uma visita a Dona Maria Alexandrina em sua nova casa na cidade. Assim como Dona Hilda, a irmã de Seu Isaías ficou curiosa para entender por que tamanho interesse sobre a história das pessoas que vive ou viveram na fazenda. Então, Dona Zete¹¹⁷ passou a descrever sobre sua vivência afirmando: “a gente sofreu mesmo ali no Sururu”.

Para Dona Zete, as lembranças que ficaram registradas tratam do fato de ter perdido o seu companheiro, quando trabalhava sob “chuva de trovoada numa vargem cavando valeta”. Ela acredita que “ele deu uma tontice não teve sorte de sair com vida” porque foi trabalhar “dentro d’água logo depois do almoço”.

Seu irmão Isaías passou a ajudá-la, pois tinha quatro filhos pequenos. Sobre tal responsabilidade ele faz uma comparação: “onde a tartaruga vai o casco vai atrás, e ela é o casco da tartaruga em mim, eu tenho que levar”. Pensamento que remete a explicação de Woortmann ao afirmar que “o irmão da mulher tem certas obrigações especiais para com ela, e é conhecido como uma espécie de substituto do marido” (WOORTMANN, 1987: 194).

Ainda no que se refira às trajetórias familiares na fazenda, é interessante pensar sobre as memórias desses trabalhadores que por compartilharem experiências semelhantes no mundo do trabalho e na vida, estabeleceram vínculos. Nesse sentido, Santana analisa que “a ajuda mútua entre as famílias trabalhadoras penetrava todo o seu cotidiano” (SANTANA, 1998: 50).

Para o antropólogo Klass Woortmann essa rede de apoio recíproco é fundamental. Em sua pesquisa, consegue perceber que existe uma diferenciação entre homens e mulheres. Segundo Woortmann, os homens usam a rede de

¹¹⁶ Observação também feita por Zeila de Brito Fabri Demartini, no artigo *Famílias japonesas em São Paulo: memória local e memória de grupo*, sobre “os relatos dão conta de um mundo de trabalho duro, de um cotidiano em que esta atividade impregnava todos os demais – “a gente só trabalhava”, é o que todos cavam em suas memórias”. In: *História Oral um espaço plural*. Orgs: Antonio Torres Montenegro e Tania Maria Fernandes. 2001, p.270.

¹¹⁷ Entrevista realizada com Odete Aragão Cardoso, conhecida como Zete, em 19 jan. 2012, na cidade de Castro Alves.

parentesco em momentos de crise, já as mulheres, no seu dia a dia. “A fim de poder trabalhar, a mãe precisa encontrar alguém que cuidará de seus filhos durante sua ausência” (WOORTMANN 1987: 206). No caso, aqui analisado, Dona Liu, por exemplo, encontrou apoio de sua vizinha Maria Alexandrina para tomar conta do seu filho Dinho. Assim conseguia sair para “dar dia de macaco”.

Cuidar de criança não é, contudo, a única forma de ajudar o outro, seja ele parente ou aparentado. Como já foi visto, o adjutório e ademãos que aconteciam indicavam esse tipo de prática social. O depoimento de Seu Isaiás evidencia tal situação: “era uma dimão de todos, aí vai tapar a casa de fulano, aparecia tanta gente pra tapar essa casa, era assim ninguém cobrava”. Aqui é oportuno novamente lembrar as palavras de Woortmann “quando se presta um favor, ganha-se um crédito a ser utilizado quando necessário” (WOORTMANN 1987: 195), como o ditado popular diz: “uma mão lava a outra”.

Comumente nas entrevistas, os rendeiros faziam questão de narrar situações que evidenciassem essa rede de solidariedade:

Os vizinhos eu não tenho o que dizer não, tudo é unido, grita um vem, grita um do outro canto outro vem, é assim.¹¹⁸

Se der uma dor de dente aqui todo mundo tá tudo junto.¹¹⁹

Tá tudo junto é. Aí na hora que chamar gritar um vem tudo, é (risos).¹²⁰

É tudo bem graça a Deus, é tudo junto, na hora da doença tá todo mundo na campanha.¹²¹

Os vizinhos graças a Deus tudo é unido, nenhum bole com o outro, todo mundo na sua casinha, cuidando dos fazerezim [afazeres]. Ninguém anda brigando.¹²²

Todo pessoal ali era unido, tinha muitas pessoas também que gostava de problema, larga os problemas pra lá e segue a viagem e era amigo de todo mundo. Porque se um jogar pedra e outro for aparar, o mais maluco é aquele que apara a pedra não o que joga (risos). E aí era assim tudo unido, sem ter ninguém que dizer eu não gosto daquela pessoa, não tinha isso, era amigos.¹²³

¹¹⁸ Severino de Almeida Silva, em 09 jul. 2011. Entrevista citada.

¹¹⁹ Jailton Cardoso Costa, em 09 jul. 2011. Entrevista citada.

¹²⁰ Severino de Almeida Silva, em 09 jul. 2011. Entrevista citada.

¹²¹ Helena Maria de Jesus, em 10 out. 2007. Entrevista citada.

¹²² Margarida Maria de Jesus, em 25 set. 2007. Entrevista citada.

¹²³ Isaiás Almeida Aragão, em 19 jan. 2012. Entrevista citada.

Trata-se de testemunhos diversos, mas que traduzem a união vivenciada por eles. As expressões “tudo unido” ou “tudo junto” apareceram em todas as narrativas. Por isso, essas vivências constituem uma identidade de trabalhadores que, apesar das dificuldades enfrentadas no cotidiano, têm orgulho de viver numa comunidade rural. Santana (1998) também menciona essa solidariedade presente no campo entre famílias trabalhadoras que se juntam para superar as dificuldades vividas. Todavia, essa reciprocidade não acontece tão somente na hora da necessidade, mas também em outros momentos, por exemplo, na alegria de estar entre amigos.

Encontrei esta foto no álbum de família de Dona Maria Alexandrina. Recorri a Dona Liu para esmiuçá-la. Lembrou que o registro foi feito por Gilvandro, casado com sua prima Nissinha que mora em Castro Alves. Não sabia precisar o ano, mas acreditava ter muito tempo tal comemoração. Foi uma farra entre os conhecidos: “Tino da Fortaleza, Dona Maria, Seu Martim, minhas primas, esse povo que vinha mais ela, tudo bebendo no terreiro”.

Figura 18: Comemoração entre conhecidos.



Fotografia: Álbum de família, sem data.

Dona Liu faz ainda outro comentário: “de primeiro Ave Maria, mas agora acabou tudo”. Talvez faça menção aos ex-vizinhos: Seu Martim (falecido em 2008) e Dona Maria Alexandrina que foi morar em Castro Alves. Como também insinua que as comemorações não são mais como antigamente.

Abaixo, outra fotografia. Esta sinaliza um momento de distração entre os vizinhos moradores da região da Serra. Na frente da casa de Gerson, a mesa e os assentos improvisados compõem a cena singular capturada pelo fotógrafo. Ali estavam, além dele, Carlito e Raimundo, filhos de Vivi, Roberto, conhecido como Bete, e Faustina que observa a todos da janela.

Figura19: Vizinhos jogando dominó.



Fotografia: cedida pelo professor Adenilton Almeida do projeto “Nossas graças e desgraças – leitura do mundo através de imagens” – 2005.

Ao considerar, assim como Leite, “que não é toda vida que é fotografada” (LEITE, 1993: 95). Encontrar essas fotografias foi oportuno, já que as mesmas dão conta de instantes do passado que revelam aspectos importantes vivenciados por essas famílias. E possibilita imaginar também que outros momentos como esses existiram e estão gravados nas memórias. Assim confirmam Dona Helena e Margô:

Helena: Ah, vem, todo mundo vem em sua casa. Bom, né não Margô?

Margô: É, é uma alegria. Todo mundo passeia. Reúne São João, Natal na casa de um, na casa de outro. Ali toma o licorzinho o que tiver aí pronto, não tem negócio de besteira.

Helena: Aquilo é uma baderna medonha, graças a Deus é uma alegria nesse canto de serra. O importante é só é isso.

Vale lembrar que não foi com espontaneidade que os rendeiros falaram sobre os momentos de não trabalho. Tudo o que foi dito ou visto resultou das indagações realizadas no ato da entrevista e na observância dos álbuns de família. Portanto, as

distrações vividas no “canto da serra” eram relegadas a um plano de inferioridade, ao passo que a lida com a terra possuía primazia. Essa percepção reafirma o caráter seletivo da memória.

O compadrio é outro vínculo que amplia essa rede de aparentados, ou melhor, essa “rama de maxixe”. Woortmann observou que é muito comum na América Latina e nos países mediterrâneos “a estratégia de estender a rede de parentesco através de outra rede, de parentesco metafórico – a rede de compadrio” (WOORTMANN, 1987: 190). Também Godoi analisou esse parentesco ritual como um fato sociológico de fundamental importância em toda América Latina (GODOI, 1999: 119).

Convida-se para serem padrinho e madrinha de algum filho ou testemunhar o casamento por inúmeros motivos: aumentar a rede de solidariedade; reconhecer algum favor prestado; oficializar a amizade entre conhecidos; conseguir proteção para o afilhados e/ou testemunhados; reforçar as obrigações de parentesco ou homenageá-los. Tais motivos são o que Ellen Woortmann intitula de compadrio “horizontal” e “intensivo” ou “vertical” e “extensivo”. O primeiro acontece entre pessoas de mesmo status social, enquanto o outro acontece com pessoas de *status* superior e fora do círculo de parentes (WOORTMANN, 1995: 294).

Em maior ou menor proporção, todas as motivações descritas foram percebidas nas entrevistas e pesquisa dos livros de batizados da Paróquia de Varzedo, entre os anos de 1970 a 84. Várias foram as tentativas de elencar os dados pesquisados. A princípio, montar uma tabela era meu propósito. Desisti porque o engessamento de colunas e linhas não daria conta de expressar situações tão adversas. Resolvi fotografar aquelas páginas, pois poderiam servir para ilustrar cada situação. Também não levei adiante a ideia por considerá-la enfadonha. Então, optei pelo método mais usual: descrever os dados e tecer discussão sobre os mesmos.

Os apadrinhamentos entre parentes é o mais comum. A partir da cerimônia religiosa, “os compadres mesmo sendo parentes, passam a ser denominados como tais no trato diário, porque a relação entre compadres é uma relação formalizada” (HEREDIA, 1979: 47). Exemplificando, Crispim Sande Ribeiro juntamente com sua esposa Maridalva Cardoso Costa escolheram para serem padrinhos de sua filha, Vera Lúcia, os tios paternos, Moisés Malaquias Ribeiro e Maria Madalena de Jesus.

A cerimônia religiosa foi realizada na igreja de São Francisco, no Tabuleiro do Castro, em 1976.¹²⁴ Isso fortaleceu os laços já estabelecidos entre irmãos e cunhadas.

No caso entre os vizinhos, percebi que o casal, Rufino de Jesus e Hilda do Amor Divino Almeida, foi convidado para ser padrinhos de filhos de diferentes famílias. Indicação que evidencia que o casal era benquisto por outras famílias, e, ao que me parece, essa consideração também advinha e reforçava a popularidade de Seu Rufino, já que era rezador.

Do mesmo modo, observei um número considerável de batizados no livro de registros realizados pelo casal Gildete Freitas de Jesus e Francisco Assis de Jesus, gerente da fazenda. Ao comentar sobre esses dados com ele, respondeu com orgulho “já tenho afilhado desde de lá” referindo-se a Fazenda Santana do Rio da Dona. Prosseguiu evidenciando o seu engajamento na igreja Deus Menino afirmando ser “padrinho de mais de vinte”. O que os números revelam, nesse caso, diz muito das relações constituídas ao longo do tempo na fazenda. Interessante pensar que Seu Francisquinho tinha um importante papel entre o patrão e os rendeiros – era mediador. Assim, ser compadre do gerente poderia significar facilitações nos acordos cotidianos, algum tipo de auxílio ou “proteção” pela família do seu compadre ou mesmo uma forma de aproximação com aquele que representava os “olhos do dono na fazenda”.

A foto encontrada no álbum de família de Dona Maria Alexandrina anuncia uma das benesses que a aproximação com o gerente pode propiciar. É o registro do aniversário de sessenta e seis anos de Seu Martim celebrado com uma missa na igreja e depois festejado na casa de “cumpadre Francisquinho”. Ceder o espaço da casa, situada ao lado da igreja, para comemorar o aniversário do compadre é um ato que revela aproximação com o aniversariante.

¹²⁴ Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Santana do Rio da Dona iniciado em 09 de junho de 1970 a 09 de maio de 1976.

Figura 20: Aniversário de Seu Martim



Fotografia: Álbum de família, sem data.

Outro aspecto observado foi a escolha de padrinhos os quais tinham ou têm propriedades próximas a Fazenda Engenho Sururu. Os mais frequentes são: Onésio Pereira de Araújo e Judite de Souza Araújo; Gildete de Souza Araújo e Basílio Lino de Souza e Julival de Souza Oliveira e Maria Perpetua de Souza Oliveira. A respeito desse tipo de apadrinhamento, Souza fez uma importante consideração:

As cerimônias de batizados e casamentos colocavam fazendeiros e trabalhadores rurais lado a lado, diante de Deus, através dos símbolos do cristianismo católico, de forma que, para além do sentido momentâneo de união, selavam uma série de compromissos futuros, em que os padrinhos deveriam proteger o afilhado ou a afilhada e em troca receberiam prestígio, dedicação e lealdade (SOUZA, 1998).

Em relação aos laços de compadrio com a família Guedes, notei dois casos. O primeiro, narrado por Dona Faustina, sobre o pedido feito pela nora de Humberto Guedes, casada com Carlos Humberto, para batizar o seu filho mais velho. E o segundo, encontrado no livro de registro, o batizado de José Carlos, filho do gerente da fazenda, pelo casal Bráulio Rodrigues de Oliveira e Tânia Guedes Rodrigues de Oliveira.¹²⁵ Assim, muitos filhos dos trabalhadores foram batizados pelos filhos do patrão.

¹²⁵ Livro de Registro de Batismo nº 28 da Paróquia de Varzedo iniciado em 07 de fevereiro de 1982 a 19 de agosto de 1984, página 103, ano 1983.

Para os rendeiros ter como compadre algum fazendeiro representava, na maioria dos casos, uma garantia de vender o dia de trabalho, alugar ou quem sabe utilizar emprestada a casa de farinha, estabelecer outros laços para além do grupo que vive na Fazenda Engenho Sururu. Os fazendeiros, por sua vez, reforçavam o prestígio social e também garantiam lealdade por obrigação espiritual. Então, o compadrio estabelece compromisso entre ambos através do sacramento e dos valores da cultura popular rural.¹²⁶ Isso caracteriza uma dimensão paternalista do ato do compadrio.

Desse modo, os laços de parentesco, vizinhança e compadrio ramificaram e se entrelaçaram entre as famílias rendeiras. A partir desse entendimento, tudo leva a crer que a ameaça de perder o arrendamento não importa apenas a garantia da sobrevivência e moradia, mas também a dissolução desses laços de aparentados na Fazenda Engenho Sururu.

3.2 “EU GOSTO MAIS DE ROÇA DO QUE CIDADE”.

Levando em conta a proximidade dos parentes, o estreitamento dos laços entre aparentados, e as garantias propiciadas pelo sistema de arrendamento, Dona Vera Lúcia é categórica: “eu gosto mais de roça do que cidade”. São esses vínculos os responsáveis pela construção da identidade com o lugar.

É de se perguntar: Não seria possível construí-los numa cidade? Sem titubear, Dona Liu assegura: “aqui eu planto de tudo, de tudo eu colho e de tudo eu tenho. Gosto de morar aqui na roça, não gosto de cidade não.” No mesmo tom, Seu Severino continua: “é o lugar melhor pra gente conviver, graças a Deus a gente não vê passando tiroteio negócio assim. Aqui um grita chega tudo, lá vai. Ninguém vê confusão. Chega tudo em diligência. Então eu acho que é bom aqui por isso.” Seu Isaias arremata: “até eu que fui tentar a sorte na cidade grande, nunca esqueci que um dia ia voltar pra casa”.

O campo é associado a uma forma natural de vida. Território de paz, inocência e virtudes simples. Ao passo que a cidade figura como lugar de barulho, mundanidade e ambição.¹²⁷ Então, na visão dos sujeitos em estudo, campo e cidade

¹²⁶ O compadrio como algo enraizado nas tradições rurais, aspecto observado por Charles Santana, op. cit., p. 51.

¹²⁷ A esse respeito ver Raymond Williams. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

são realidades distintas e contrastantes, tal como foram generalizados historicamente os conceitos em torno desses espaços.¹²⁸ E, embora seja forte a tendência de colocar em xeque tal dicotomia, a compreensão das razões que vinculam os rendeiros com espaço rural, será feita no mesmo viés.

Sendo assim, o acesso à terra como garantia de sobrevivência salta à frente no quesito preferência pela roça. Com maior ou menor ênfase, todos fizeram menção a esse aspecto. Vejamos o que Dona Helena, Dona Margô e Seu Moisés disseram:

A gente planta os pezinho de mandioca da gente já ajuda, fica livre de comprar farinha qualquer coisa, né isso? E lá na cidade não tem isso.¹²⁹

Planta um pé de batata, planta um pé de abóbora, planta um pé de aimpim, uma coisa assim vai passando, vai liviando, uma bananinha. É que hoje tá uma carestia que tá um negócio sério.¹³⁰

Aqui eu tenho um pedacim de terra né, aqui tá bom. Ficar na cidade somente parado assim num dá não, eu tenho que trabaiá.¹³¹

Essas narrativas traduzem a importância da terra para estas famílias que garantem o sustento e, ao mesmo tempo, livram-se do temor de passar maiores privações. Tal segurança aparece na fala de Dona Margô ao afirmar que desde o seu “tempo atrasado até hoje, graças a Deus ninguém morreu de fome”. Seu Moisés associa a cidade ao ócio, haja vista que seu ofício só pode ser executado na roça.

O sossego também é citado como motivação para o “pegadio” com o campo. Afinal, “o lugar não é violento, a gente vê ladrão passar por longe. É graças a Deus sossegado, em vista do lugar que vejo no rádio aí, uma roubalia medonha”, postula Seu Severino. Vale lembrar que, para ele, a despreocupação com roubos advém da percepção de viver em situação de penúria e “ladrão não vem em casa de paia. Fazer o que? Só meter susto?”.

¹²⁸ Por conta disso, existem estudos que propõem reexaminar essa oposição e refletir campos e cidades como “fatos sociais e como paisagens fortemente imbricados, ou como dimensões de uma mesma realidade, vivida e pensada sob a forma de ideias, imagens e formas construídas”. KHOURY, Yara Aun. Campo Cidade. In: Projeto de História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC, nº 19, São Paulo: EDUC.1999, p. 9. Assim como nos lembra Raymond Williams que “a vida do campo e da cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo; move-se em sentimentos e ideias, através de uma rede de relacionamentos e decisões” (WILLIAMS, 1989, p.21).

¹²⁹ Helena Maria de Jesus, em 10 out. 2007. Entrevista citada.

¹³⁰ Margarida Maria de Jesus, em 10 out. 2007. Entrevista citada.

¹³¹ Moisés Malaquias Ribeiro, em 10 de out. 2007. Entrevista citada.

Seu Severino prossegue contando a sua experiência em Salvador quando foi visitar o seu irmão na Boca do Rio e ficou “assombrado”. Aumentando o tom de voz o depoente narrou: “eu vi dando uns tiros de noite. E perguntei: “Que é aquilo Mané?”. E escutou seu irmão falando o que antes só ouvia através das notícias do rádio: “Hã, é assaltante, aquilo é ladrão”. Por conta disso, desistiu de passar uma semana, “no outro dia vim mimbora”.

A “solidariedade no mundo rural” (SANTANA, 2009: 29) é outra característica peculiar entre os rendeiros que vivem na Fazenda Engenho Sururu. Tenho ciência que é temática recorrente, todavia não é possível deixar de mencionar como exemplos os adjutórios, ademãos e favores diversos. Até porque a “camaradagem” foi sempre enfatizada nas narrativas. Dona Helena conta que quando alguém ficava doente, precisava ser carregado pelos caminhos estreitos das terras arrendadas. “Um dia ia na cama, um dia na cadeira, outro dia no braço do povo”. Essa solidariedade também pode ser manifestada na preparação de festas de casamentos ou aniversários.

Portanto, o acesso à terra, a tranquilidade e ajuda mútua encontrados na roça fazem com que os rendeiros afirmem com veemência que “pra falar a verdade, não gosto de cidade nenhuma”. Aspectos físicos e psicológicos são enumerados para justificar o que foi dito. Na versão de Dona Margô, quando faz visitas à sua sobrinha em Salvador, acontece o seguinte: “chego hoje tô bem, amanhã já tô em lida pra vir embora. Meu pé incha duma medida, porque eu não saio, só dentro de casa. Ela lá pra o trabaio e eu sentada. Ave Maria, aí meu Deus do céu”. Mais adiante reforça: “eu na cidade, se tivesse morando já tinha morrido”. Evidentemente, sua declaração prenuncia uma “morte psicológica”, afinal são 85 anos vividos no espaço rural. Morar na cidade seria se adequar a uma realidade que não lhe faz sentido. Suas representações de mundo e práticas de trabalho não seriam válidas.

Isso não quer dizer que eles desconheçam ou ignorem as limitações presentes no campo, de maneira especial, aquelas impostas pelo sistema de arrendamento. Observemos o que dizem:

Não entra carro não, vai na cama ou na galiota. De galiota mesmo já cansou de gente levar na galiota. Espera o dia de ganhar nenê. Vai andando devagarzinho (risos) é verdade.¹³²

¹³² Vera Lúcia Costa Nascimento de Jesus, em 10 de out. 2007. Entrevista citada.

Gosto. Só é ruim aqui é a saída né Margô? É a saída, nós fala a verdade, nós fala porque a saída é triste que chove ou que faça sol, carro não entra.¹³³

Precisa de muita coisa, uma água, uma aguazinha, uma luizinha. Porque a gente pega a água no animá lá da serra. Eu botava toda vida na cabeça né. Mais minha filha tem animá, aí meu neto que bota água pra mim. Pega animá né traz a água e bota aí, fica aí uns dois ou três dia, aí eu no magino, quando eu quero lavar uma roupinha eu vou no rio e lavo.¹³⁴

Se eu tivesse como comprar um parminho de terra fora, eu tinha vontade de sair daqui. Em quaquer lugar. Porque aqui é um lugar bom pra o trabai, mais num tem saída, num tem rodage pra rodar, adoce mermo o carro num vem na porta. Tem uma carga pra levar pro ponto só farta quebrar o percoço, chovendo, descendo essa ladeira braba aqui. Puxar um variantezinho [estrada estreita]. Precisa de uma represa, porque nós tem uma cachoeira boa lá embaixo e podia puxar uma aguinha pra nós.¹³⁵

Foi um traibio que gasta um dinheiro doido pra tirar essas paias pra pagar os meninos o dia, pra rastar nos animá e pra cobri é um traibio minha fia, isso é um traibio. É vai fazendo o barro, um barreiro, a gente faz um barreiro aqui cava assim oh, pisando de pé, moiando e pisando de pé [demonstrando como é que se faz a casa].¹³⁶

Também, são cientes do descaso político ao qual estão relegados. “Na eleição aparece, é pá, pá, pá (som dos abraços) pode tá esfarrapado (risos) eh”.¹³⁷ “Ainda abraça! É negócio sério. Depois, é tchau e bença. Fazer o que?”.¹³⁸ Confabulam Dona Margô e Dona Helena. Ao seu modo, Dona Erenita arquiteta como procederá nas eleições que estão por vir: “quando vereador chegar aqui boto tudo para correr, prefeito não vem cá, voto em branco. Só vem em tempo de voto, dou uma banana na cara dele, e justifico só o título”.¹³⁹

Ainda que seja perceptível o desejo de construir a vida naquele “pedaço de chão”, as limitações expostas muitas vezes são impeditivos de continuar morando ali. Mudar para a cidade grande, ao menos por um tempo, seria a possibilidade de conquistar independência financeira e/ou livrar-se da subserviência imposta pela

¹³³ Helena Maria de Jesus, em 10 out. 2007. Entrevista citada.

¹³⁴ Margarida Maria de Jesus, em 10 out. 2007. Entrevista citada.

¹³⁵ Anacleto Sande Ribeiro, em 10 out. 2007. Entrevista citada.

¹³⁶ Estelita de Jesus, em 24 jan. 2012. Entrevista já citada.

¹³⁷ Margarida Maria de Jesus, em 10 out. 2007. Entrevista citada.

¹³⁸ Helena Maria de Jesus, em 10 out. 2007. Entrevista citada.

¹³⁹ Entrevista realizada com Erenita Souza Lima, conhecida como Nita, 24 anos, em 03 dez. 2006, na Fazenda Engenho Sururu.

condição de pagador da renda. Portanto, “a cidade aparece qual um trampolim ou um estágio passageiro na vida de cada um” (SANTANA, 2009: 29).

Sobre como se efetiva essa migração tenho relatos dos mais variados. Contudo não há nenhum que se equipare ao do Seu Isaias. Aliás, um excelente contador de causos. Ele disse:

Meu pai depois que morreu avisou a minha mãe em sonho. Chegou lá de junto dela em pé e disse:

□ Maria, vou te falar uma coisa: vocês aqui tá com esses animalzinhos e eu não quero que deixe descer por água abaixo, porque o que desce por água abaixo não retorna. Pegue esse animalzinhos e fale com Isaias para vender e comprar uma casinha em Castro Alves e se mude pra lá. E você vá, não fique aqui na roça. Vá pra Castro Alves.

Em respeito à memória do pai, Seu Isaias tomou as devidas providências e realizou a mudança para Castro Alves: “falei com Lelinho, ele comprou esses animal. Apareceu uma casa de trinta mirreiros não sei que dinheiro era, não sei mais. Aí com esses animalzinhos comprei essa casinha”. Ademais, ele também ponderou: “pago dois dias de renda, o dia de ficar é quarta feira em diante. Eu ranco mandioca, vou mexer farinha, sexta feira e sábado na feira vendendo coisa: banana, jaca. Segunda-feira na renda de novo. Assim não dá, é melhor sair”.

Entre os anos de 1980 e 1998, Seu Isaias foi itinerante. “Em 18 de fevereiro de 80” saiu da Fazenda Engenho Sururu para Castro Alves. Em 11 de maio do mesmo ano foi para Salvador. Depois Lauro de Freitas; em 85, para Itaberaba e “fiquei na empresa trabalhando até o ano de 98. Quando foi em 98 eu disse vou pra casa”. Nesse ínterim, ele se casou, teve quatro filhos, foi vigilante, trabalhou na construção civil, e driblou bandido oferecendo cafezinho: “eu não tenho dinheiro, quer um cafezinho?”.

Suas negociações com os meliantes não se esgotaram. Para compreendermos melhor, recorro à fala dele:

Um dia eu ia descer... conhece ali hotel Meride? Conhece a igreja de Santana no Rio Vermelho? Ia descendo ali na CEASA e vinha uma dona de lá pra cá com uma tiracola. Eu ia daqui pra lá pra comprar pão e vinha um rapaz mais forte de lá pra cá pra passar por ela. Quando esse rapaz passou por ela, ela só viu o vapo em cima dela, o rapaz tomou a bolsa. Ela disse:

□ Ó seu ladrão, me dê minha tiracola, me dê minha tiracola.
Aí ela disse:

Ô seu moço, pega esse homem aí pra me dá minha tiracola que ele roubou.

Quando ele ia passando... Ô coragem minha!

Eu disse:

Moço eu lhe peço uma coisa: tire o dinheiro e carregue, porque o senhor é pai de família e precisa do dinheiro, mas a sacola jogue pra cima que tem pertence que não serve pra o senhor. Tem documento, mas o dinheiro o senhor não dispense. Leve o dinheiro.

Olhei pro lado e disse:

Deixa dona ele levar o dinheiro, deixa ele levar.

Aí ele chegou adiante abriu a bolsa tirou, jogou no bolso e pegou a bolsa e jogou pra cima.

Aí eu disse:

Ô dona pode ir, pegue sua bolsa e vá embora.

Acreditem. O acaso ainda reservou para Seu Isaías um reencontro que foge dos parâmetros aos quais convenciono chamar de normalidade. Vejamos:

Passou. Isso foi em 82. Quando foi em 86, eu vinha da CEASA e encontrei um homem de lá prá cá. Ele olhou pra mim e disse:

Tudo bem? O senhor me conhece?

Eu disse:

Tudo bem. Não Senhor.

Ele disse:

Olá que você já me viu! Eu vou lhe dizer um segredo. Não diga a ninguém. Sabe um dia que um rapaz roubou uma dona e você disse pra tirar o dinheiro e carregar?

Não senhor. Não me lembro não. Tanta coisa em minha mente.

Não lembra o que rapaz? Aquele homem que roubou fui eu.

Arribou a camisa e perguntou:

Você conhece?

Eu disse:

Que é isso rapaz?

É uma 765. Se você quisesse me pegar eu ia lhe detonar todo naquele dia. Mas você é uma pessoa que precisa viver.

Ele disse:

Você trabalha aonde?

Eu dei todo o endereço.

Ele disse:

Ninguém lhe bole nunca.

Eu finalizei:

Meu amigo! Eu sou cego, surdo e mudo. Não vi nada.

Decerto não de pensar que o relato é hilário, parecido com “estórias de pescador”, e que não tenha vinculação com o fato de ter mais apreço pela roça. Digo isso, porque pensei em não transcrevê-lo na íntegra. Reconsiderarei, por entender que mais interessante do que o fato ocorrido, foi a postura adotada por Seu Isaías. Observem que, desde os “seus tempos de reideiro” ele se valeu da arguição para alcançar seus objetivos.

Walter Benjamin acredita que a arte de narrar diz respeito à faculdade humana de intercambiar experiências. Para ele “a narrativa tem sempre uma ‘moral da história’” (BENJAMIN, 1987: 198). Característica presente na maioria das narrativas de Seu Isaías.

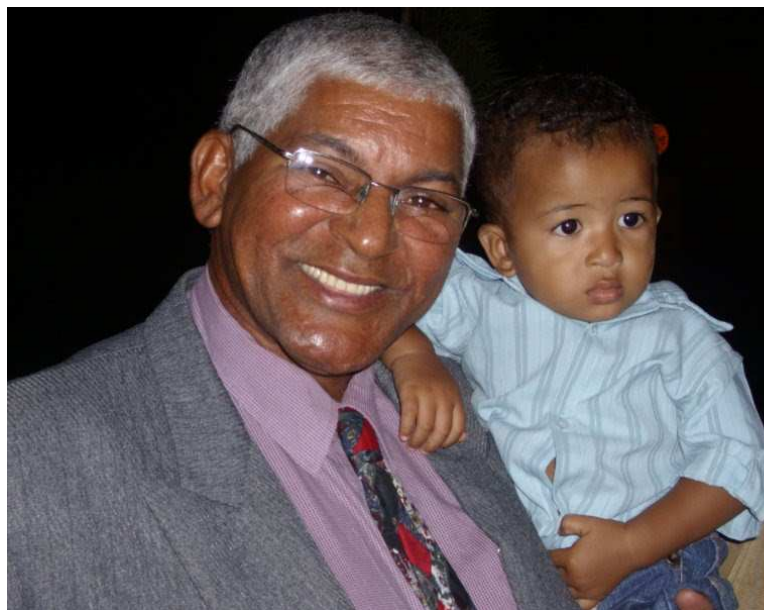
O depoimento também chama atenção para outras questões. A de não se curvar diante da grandeza do patrão ou periculosidade do ladrão. A de ter consciência de seus feitos e de tê-los reconhecido. E, por fim, aos 60 anos, poder vangloriar-se deles e de suas conquistas, tais como: ter constituído família, ser proprietário de casa em Castro Alves, carro, sítio nas proximidades da Fazenda Engenho Sururu; e ter boa reputação.

É bem verdade que há uma seleção do que é contado. Tal como prevê Ecléa Bosi “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado” (BOSI, 1983: 17). Obviamente, não há obtenção de êxito em todas as situações da vida e com Seu Isaías não seria diferente. É que sua autoimagem tem um “quê” de heroísmo e não permite fracassos ou frustrações.

A fotografia abaixo (fig.21) condiz com o que foi apresentado a respeito de Seu Isaías. Sujeito garboso, preocupado com aparência, sorriso largo típico dos que são “boa gente”. Nesse sentido, a fonte complementa a descrição feita sobre ele. É importante dizer que a imagem foi extraída de rede social e o gosto por fotos é extensivo à família. Indício da necessidade de divulgar sua própria história comum para aqueles que se orgulham do que são.

Naturalmente sua trajetória de vida tem maior significância entre os seus. Por isso, e também pela saudade que sentia, “andei aí por fora e depois voltei pro mesmo lugar aqui dentro da cidade [Castro Alves]”. “Projetos que sugerem o ‘retorno’ a dimensões de modos de vida interrompidas no processo migratório” (SANTANA, 1998: 116). De volta, livrar-se-ia “de tudo estranho, tudo diferente”: “daquela capital pra lá e pra cá”, da “carne de sal presa” e de “tanto ladrão”.

Figura 21: Seu Isaías com seu neto Elias.



Fotografia: Foto retirada do álbum de Ilza (filha de Seu Isaías) postado no Orkut em 2012.

A escolha por ser cidadão castroalvensense não é sem motivos. Ele e tantos outros moradores da Fazenda Engenho Sururu não escondem o descrédito por Varzedo, ainda que tenham se manifestado favoráveis a sua emancipação num plebiscito acontecido em 08 de janeiro de 1989.¹⁴⁰ Isso se deve, em grande parte, aos seguintes aspectos: a relação com o “antigo” município; infraestrutura precária no que tange aos serviços de saúde e comercialização de produtos, especialmente os da feira livre.

De fato, fala como essas são corriqueiras: “nasci no município de Castro Alves”,¹⁴¹ já que, o distrito do Tabuleiro do Castro, que incluía a localidade do Sururu, só passou a pertencer politicamente a Varzedo, a partir de 13 de junho de 1989, conforme a Lei Estadual nº 5.002.¹⁴² Ainda assim, os rendeiros mantiveram o apego ao “antigo” município.

¹⁴⁰ O movimento mais conhecido pela votação do “sim” e do “não”. O voto popular decidiu pelo “sim”, pela emancipação, depois de quatro anos de mobilizações da Comissão Pró-emancipação, recolhimento de assinaturas e participação de grupos católicos sob a influência do monsenhor Gilberto, cuja atuação foi decisiva na articulação do processo de emancipação. Ver em: AMORIM, Jorge. *“Imaginação que deu certo”*. *Processo de emancipação de Varzedo: local, região, política e criação de um município da Bahia, Brasil (1985 – 1989)*. (dissertação de mestrado em História Contemporânea) Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História. Lisboa-Portugal, 2009. E, JESUS, Elmo Manuel de. *Emancipação Municipal: uma estratégia para o desenvolvimento local? O caso de Varzedo/BA*. (dissertação de mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional) UNEB. Santo Antonio de Jesus-BA. 2008.

¹⁴¹ Entrevista realizada com Dalva Lemos dos Santos, 48 anos, 10 out. 2007, na Fazenda Engenho Sururu.

¹⁴² Nas décadas de 1960 e 1980 houve um índice considerável de emancipações. Nesse contexto, estabeleceram as tentativas de emancipação do distrito de Varzedo, que em 1962 já esteve na lista dos distritos baianos a serem

“A gente votou tudo sim”,¹⁴³ afirma Dona Liu, por acreditar que a então vila passaria a ter mais recursos e, conseqüentemente, interferiria na localidade recém-incorporada. Isso de fato não aconteceu da maneira desejada. Talvez, por ser uma área de divisa territorial com Castro Alves. Mais uma vez, foi negligenciada pelas administrações públicas “frustrando” as expectativas daqueles que votaram pela autonomia de Varzedo.

Assim como sua filha, Dona Margô votou no “sim”. No entanto, admite ser “mais chegada” a Castro Alves. De Varzedo só tem aí um títulozinho, no tempo de Nonô”.¹⁴⁴ A identificação com uma cidade e a rejeição a outra também aparece na fala de Dona Dalva: “a pessoa faz mais feira em Castro Alves, vai no médico mais em Casto Alves. Porque Varzedo é mais difícil, sabe. Não tem médico igual a Castro Alves. Lá tem hospital, tem maternidade, tem posto”. Interessante observar, portanto, que independente das mudanças ditadas por leis que demarcaram os limites territoriais, elas não foram apreendidas no cotidiano dessas pessoas, ao ponto de interferir de forma determinante nos vínculos antes estabelecidos.

Tais questionamentos também foram feitos por Reginaldo Santos no seu trabalho que teve como objetivo compreender “o quanto os limites territoriais não garantem a identidade do individuo com o lugar ou município ao qual o cidadão pertence”.¹⁴⁵ Sendo assim, o autor observou que “as pessoas se identificam ou não com o lugar a partir do momento em que retiram daquele espaço seu sustento, recebem apoio dos moradores ou simplesmente quando se sentem bem no local”.

promovidos a municípios, porém, por interesse de alguns políticos locais, fora retirado. Apenas em 1985 foi aprovada na Assembleia Legislativa uma lei para a autonomia, isto é, criação de novos municípios na Bahia. A partir disso, monsenhor Gilberto Vaz Sampaio contactou com o seu conterrâneo da cidade de Amargosa, o deputado Coriolano Sales, participante da Comissão de Divisão Territorial, no intuito da “vila virar cidade”. As exigências para o projeto de emancipação eram: cem assinaturas num abaixo-assinado, população de pelo menos dez mil habitantes, o mínimo de mil eleitores e um número de duzentos prédios na futura sede. Todavia havia um impasse em relação à quantidade de habitantes. Então, o pároco teve a ideia de incluir o distrito do Tabuleiro do Castro, parcela do município vizinho, Castro Alves. Assim, a proposta do novo município estava criada. Ver em: SAMPAIO, Monsenhor Gilberto Vaz. *Emancipação de Varzedo – Quatro Anos de Luta*. Gráfica Exemplar. Santo Antônio de Jesus. 2007.

¹⁴³ Estelita de Jesus, em 25 set. 2007. Entrevista já citada.

¹⁴⁴ Manoel José de Souza. Há relatos que era contra a emancipação do distrito, posteriormente adota a causa e se torna o primeiro prefeito da cidade de Varzedo. Assassinado em 17 maio de 1992.

¹⁴⁵ Para tanto, estudou dois casos distintos: a comunidade da Sucupira (distrito do município de São Miguel das Matas/BA) que se identifica mais com Varzedo, e o Tabuleiro do Castro (distrito do município de Varzedo/BA) que tem um apego maior com Castro Alves. SANTOS, Reginaldo Pereira dos. *As fronteiras territoriais não limitam nossa identidade: a questão da identidade cultural e territorial das comunidades da Sucupira e do Tabuleiro do Castro com Varzedo/Ba*. Monografia do Curso de Licenciatura em Geografia, UNEB/Campus V, 2010.

A isso é acrescentado o fato de comercializarem seus produtos na feira livre de Castro Alves. Dessa maneira, aumenta ainda mais a identificação com esse espaço. Até porque em Varzedo, apesar das tentativas de implementação, não existe feira livre. O que prevaleceu não foi à aspiração do poder executivo de criar uma feira aos sábados, justamente no dia “de feira” de Castro Alves e de Santo Antonio de Jesus, mas o costume instituído pelos sujeitos. Isso fica claro, na afirmação de Dona Liu: “eu mesmo fui na feira de Varzedo pra passear e conhecer. Não pra vender nada. Nós cá já tem os fregueses pra comprar”.

Agora, no tocante à educação, os rendeiros preferem que seus filhos estudem em Varzedo. Escolha que aponta para uma conquista traçada pelo monsenhor Gilberto, que sempre idealizou uma educação de qualidade. Para ele, isso só seria possível a partir da autonomia administrativa de Santo Antonio de Jesus. Principalmente, porque as administrações municipais pareciam ignorar a existência do distrito, dando-lhes atenção às vésperas do pleito eleitoral. Por conta disso, uma das maiores justificativas utilizadas na campanha de emancipação foi justamente a que os filhos da terra pudessem estudar ali (SAMPAIO, 2007).

Com base nos relatos, a feira livre, assistência à saúde e possíveis passeios nas casas dos parentes e conhecidos configuram leituras desses sujeitos sobre a cidade e do próprio campo. As múltiplas percepções do social são constituídas a partir do conhecimento do outro, ou seja, os elementos que os diferem e os que os aproximam. Contudo, nesse caso, encontrei elementos distintos que reforçam a visão dicotômica que categorizam esses espaços sociais. Sem dúvida, o que mais marcou os relatos foi o “apego” pela roça e o “não se acostumar na cidade”. Portanto, não é tão somente uma questão de preferência de espaço, mas a de representações atribuídas a cada um a partir das práticas que influem na concepção do mundo social.

3.3 “FICAR NO CANTO DA GENTE SEM NINGUÉM BULIR”

O sistema de arrendamento instituído na Fazenda Engenho Sururu permitiu que aqueles moradores tivessem acesso à terra; compartilhassem experiências comuns; e constituíssem, ao longo do tempo, laços entre aparentados. Atenta a isso,

analisei qual ameaça colocou em xeque a permanência dos reideiros naquele espaço e as estratégias empreendidas por eles para continuar ali. Para tanto, a ênfase é dada a noção intuitiva de que eles possuem sobre “ter direito à” e a importância de ações coletivas quando se trata de enfrentar os herdeiros.

Ainda irei anunciar como foi se construindo a situação atual dos reideiros, apesar de ter estabelecido as balizas temporais a serem estudadas entre 1970 a 2000. Ocorre que, considerando a fluidez da memória e da História, não se torna um empecilho recorrer a períodos anteriores e/ou posteriores para dar conta de algumas dimensões significativas das experiências desses sujeitos.

A partir dessas preocupações, busco compreender que a memória “é construção do passado pautada por emoções e vivências. É flexível e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente” (FERREIRA, 2000: 111). Nesse sentido, havia uma necessidade das famílias deixarem clara a ideia de pertencimento, haja vista que o que mais marcava aquela temporalidade das entrevistas era o processo 114/01, em 20 de agosto de 2001 - de Reintegração de Posse do Espólio de Humberto Guedes. Isso não significa dizer que os reideiros não tivessem uma construção de identidade, mas essa tomou mais força e determinados contornos em um momento no qual a comunidade se viu ameaçada pelos herdeiros.

Nas várias visitas empreendidas à comunidade, observei que a morte de Humberto Guedes em 2000 era mencionada curiosamente como ocorrida em 2001, ano de instauração do referido processo. Detalhe importante, pois aponta para uma “morte” do contrato oral associada a “morte do doutor”. Tal percepção é traduzida na fala de Seu Carlinhos: “quando o véio morreu que Deus levou, aí ficou a família. Foi um ribu da desgraça, um balaio de gato que teve na fazenda”.

Interessante notar que os depoimentos não registram tentativas de enfrentamentos ao dono da terra anteriores ao processo por parte dos trabalhadores. A reação ocorreu “pro modo que ela [Léa] prometia despejo na casa do povo”.¹⁴⁶ Por conta disso, Dona Helena justifica: “ninguém paga mais renda aqui, cabou tudo”. No mesmo sentido, Seu Moisés disse: “assim que pegou com esse negócio de confusão, a gente parou de pagar renda todo mundo”. Essa decisão assumida por

¹⁴⁶ Helena Maria de Jesus, em 10 out. 2007. Entrevista citada.

“todos” representou tanto um enfrentamento, quanto uma estratégia de conquista desses trabalhadores. Digo isso, por considerar que o fato de não ir mais trabalhar na sede da fazenda nas segundas e terças-feiras ou não pagar anualmente uma quantia pelas terras arrendadas configurou um novo ciclo vivido pelos rendeiros.

Como já é sabido, a outra regra de morar nas terras arrendadas era construir tão somente casas de taipa. Todavia, após esse conflito estabelecido, no início de 2006 caiu a casa de taipa do casal de idosos Seu Martim e Dona Alexandrina. O que fazer? Construir outra casa de taipa? Não! Erguer a primeira casa de alvenaria para trabalhadores rendeiros da fazenda. Acompanhe atentamente como se deu esse desfecho através das imagens e narrativas de Seu Martim e Dona Maria Alexandrina.

Era de tapa, caiu, caiu mia fia, a casa caiu. Era assim.¹⁴⁷

Figura 22: Casa de taipa do casal Seu Martim e Dona Alexandrina.



Fotografia: Foto retirada do acervo da Prefeitura Municipal de Varzedo, 2006.

Doutor Humberto não combinava não. Todo morador aqui a casa é assim, não combinava. Aí depois como diz o caso a banda caiu, aí eu digo:

□ Bom, eu não vou construir outra de tapa e paia não. Eu tem que percurar é casa de bloco e teia. Falei com uma criatura aí. Construí essa daí, comprei os materiá.¹⁴⁸

¹⁴⁷ Entrevista realizada com Maria Alexandrina de Jesus, 71 anos, em 25 set. 2007, na Fazenda Engenho Sururu.

¹⁴⁸ Martim Silva Jesus, em 25 set. 2007. Entrevista citada.

Figura 23: Construção da primeira casa de alvenaria da Fazenda Engenho Sururu.



Fotografias: Fotos retiradas do álbum de Ilza (filha de Seu Isaiás) postado no Orkut em 2008.

Ah, sabe, o gerente veio aqui na construção.

Vem cá, minha casa caiu, tá vendo aí?

Quer fazer pode, que nem era.

Conversa dele que eu não aumento. Fazer pode, que nem era. Eu digo:

Óia, tá certo. Mais agora eu já vou fazer de bloco e teia. Porque vejo o presidente Lula falar que não quer mais saber desse negócio de tapa e paia. Essa casa é nova, nova, nova. No dia 3 de março de 2006 tava fazendo essa casa aqui. ¹⁴⁹

Figura 24: Casa de bloco e telha do casal Seu Martim e Dona Alexandrina.



Fotografias: Fotos retiradas do álbum de Ilza (filha de Seu Isaiás) postado no Orkut em 2008.

¹⁴⁹ *Idem.*

Eu pego aí no rádio, eu não tenho televisão não tenho nada, mais eu tenho um radinho véio. Eu sempre pego, aí eu tô vendo esses projetos, eu vou continuar fazer a minha assim. Aí ele [Francisquinho] disse tá certo, saiu foi embora. E nesse som os outros meteu mão, todo mundo aí agora a senhora só ver casa de teia. E aí todo mundo já ver o proposto que o governo fez pra todo mundo fazer sua casinha de teia que não pode mais de tapa. O primeiro que começou aqui fui eu... Martinho do pé da serra.¹⁵⁰

Antes de abordar pormenorizadamente as fotografias e as narrativas, convém contar aqui como foi meu primeiro contato com Seu Martim e Dona Alexandrina. Em 2007, mesmo sem ter marcado previamente, caminhava pela Fazenda Engenho Sururu no intuito de começar as entrevistas. Encontrei um casal voltando para casa carregando lenha nos ombros. Expliquei o que estava fazendo ali e, prontamente, me convidou para conhecer sua casa. Chegando lá, o senhor começou a contar logo o seu feito de ter sido o primeiro a construir casa de bloco e telha. Ao mesmo tempo, fazia questão de apresentar os vestígios da casa antiga, sendo que tudo era confirmado por sua esposa. Confesso que fiquei impressionada pela forma que ele narrava suas experiências de vida sempre enfatizando a sua astúcia diante dos acontecimentos, bem como os cuidados recíprocos daquele casal que convivia a mais de meio século unidos pelo matrimônio.

Notei uma harmonia na continuidade das falas e imagens. Erguer a casa de alvenaria simboliza moradia digna, mas para, além disso, erguer sonhos, erguer uma conquista almejada durante toda uma vida, erguer possibilidades de mudanças e expectativas de dias melhores. É possível visualizar nas fotografias (22/23 e 24) transformações no mesmo cenário tanto a partir da casa quanto pela postura e vestimentas dos moradores que aparecem na frente da moradia. Como é perceptível através das narrativas de Seu Martim a sua decisão de construir a casa de alvenaria, mesmo contrariando o aviso do gerente. O reideiro alegou para o seu compadre que tal mudança foi orientada pelo presidente na “Voz do Brasil”.

Vale enfatizar a importância do rádio na vida desses trabalhadores, uma vez que, é praticamente um único meio de comunicação que eles têm acesso. Veículo marcado pela oralidade, proximidade com os ouvintes e prestação de

¹⁵⁰ Martim Silva Jesus, em 25 set. 2007. Entrevista citada.

serviços. Também funciona como uma companhia na lida da roça.¹⁵¹ Referindo-se à influência “das notícias do rádio” para continuar as construções das casas de alvenaria Seu Martim anuncia: “e nesse som os outros meteu mão”. Seu Severino complementa:

Essa lei, cuma é... já cabou isso de morar em casa de paia. Entonce, já acabou. A gente vem pegando na Voz do Brasil. Então, daí o povo pegou fazer uma casinha de teia. Desde quando eu também digo, não guento mais tirar paia e vou também fazer uma casinha de teia. Não já fiz ainda porque não pude. Tô botando aíos pouquinho, se eu pudesse já tava feita, já tava dento. Todo mundo aí pra baixo começou a dizer:

□ Quem mora em casa de paia acaba todo mundo de vez, já acabou, já vi notícia, aí falando, deputado e tal, pode fazer que tem ajuda.

Oh! Meu Deus do Céu! Aí o povo começou meter mão.¹⁵²

Desse modo, o espaço foi realmente alterado pelas mudanças das casas. Antes, quando se chegava à fazenda, visualizavam-se as casas de taipa cobertas de palha seca. Essas eram destacadas pelo verde da mata. Atualmente ainda existem essas casas, mas também há de alvenaria. Para além, de configurar melhoria na qualidade das moradias, representa uma reafirmação do direito de permanecer ali. Antes essa mudança era desejada, porém “o patrão, o véião mesmo não queria, não dava chance”.¹⁵³

Neste sentido, é elucidativo continuar a escutar a voz de Seu Severino sobre o significado de sair da casa de taipa. O orgulho estampou na face desse trabalhador quando falou: “Ah! Foi uma diferença muito grande, graças a Deus. Hoje a gente vive uma vida melhor, dormimos desassustado, não cai chupão em cima, não cai escorpião em cima da gente. Ficou beleza, ficou bom, um sossego, um sossego mesmo”. E continuou: “Muito, muito melhor. Chega ficar mais moderno [jovem]. Chega eu fiquei mais moderno (risos)”.

Ao perscrutar a memória desses trabalhadores, observei que a consciência de ter direito à terra acentuou-se nas narrativas. Essa noção advém do fato de ter nascido, vivido, permanecido naquele espaço e enfrentado coletivamente os

¹⁵¹ WEBER, Andrea Franciele e DEVÉNS, Priscila. *O rádio no meio rural: consumo de programas radiofônicos rurais por agricultores do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <http://radioleituras.files.wordpress.com/2010/12/radioleituras31.pdf>

¹⁵² Severino de Almeida Silva, em 10 out. 2007. Entrevista citada.

¹⁵³ Helena Maria de Jesus, em 10 out. 2007. Entrevista citada.

herdeiros.No depoimento de Seu Severino, encontram-se os elementos que caminham nessa direção:

Eu, por a lógica tudo então a gente pode ter direito né. Que no modovem lutando há tanto tempo que trabaia, o tempo que mora. Então acho que a pessoa tem direito né, não deixa de não ter direito. Não é verdade? Não deixa de não ter, acredito que tenha né, acredito que tenha direito.

O “eu” coletivo, mais uma vez, desponta como uma forma de ratificar a ideia de comunidade que tem direito à terra trabalhada.¹⁵⁴ Segundo Bernadete Oliveira:

O direito de posse aparece tendo como substrato uma terra que se define e se constitui a partir da morada e cultivo. A morada (casa-domicílio-família) é a base da organização do trabalho e da produção, e efetiva através dela, o direito à terra. Tanto que no caso da conquista da terra o marco primeiro das ocupações feitas pelo MST é o “barraco”, com a família, para transfigurar a “terra de negócio” em “terra de morada”. (OLIVEIRA, 2001:256).

Informações importantes para compreender que, mesmo de maneira intuitiva, esses trabalhadores sabem que estão respaldados por lei. Dona Anacleta e Dona Liu advogam seus direitos quando o assunto é sobre a possibilidade de serem “despejados”:

Ela [Léa] num é doida não. Eu não vou dormi no pé de pau, aonde? Elatem que me botar num cantin, pra me deixar lá tranquila.Ela queria jogar nós pra fora não achou direito. Num sou besta não. Eu só assino se ela me levar pro cartório e dizer assim:
Aqui tá o lugar de vocês.
 E me der o INCRA pra assinar aí eu vou, mais com cara de besta eu não vou não.¹⁵⁵

Se eles botar a gente pra fora, é pior pra eles. Eles tem que pagar de qualquer medida, eles tem que pagar tudo, né? Tô certa ou não tô? Porque isso aí as leis já vem de longe, é.¹⁵⁶

O reconhecimento dos direitos pleiteados pelos rendeiros já está regulamentado. No caso, a usucapião está prevista no artigo 191º da Lei 6.969/1981 que consta na Constituição de 1988 e no Código Civil Brasileiro o qual deferiu:

¹⁵⁴ “É o trabalho que legitima a posse da terra”. GODOI, Emília Pietrafesa de. *O trabalho da memória. Cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas, SP. ED da Unicamp, 1999.

¹⁵⁵ Anacleta Sande Ribeiro, em 10 out. 2007. Entrevista citada.

¹⁵⁶ Estelita de Jesus, em 25 set. 2007. Entrevista citada.

Art. 191º - Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.¹⁵⁷

No caso da Fazenda Engenho Sururu, esse ponto é fundamental para compreender sobre a obtenção do direito à terra. Afinal, as pessoas moravam há mais de cinco anos no local. Não invadiram, ou ocuparam indevidamente. Pelo contrário, “todo mundo que chegava, ele [Humberto Guedes] permitia que ficasse na fazenda”, diz Ana Rita Miranda. Evidentemente tal afirmação foi desmentida pela herdeira inventariante. Alegou para a presidente do Sindicato que: “tinha muita gente indevida lá. O meu pai nem sabia”.

Os interesses distintos justificam os desencontros nas falas e explica a expressão utilizada por Seu Carlinhos: “bom mesmo é ficar no canto da gente sem ninguém bulir”. O desejo dele e de tantos outros era satisfazer algumas necessidades concretas, como: sobreviver, alimentar os filhos e reproduzir a vida. Tais anseios seriam concretizados se o acordo oral feito com Humberto Guedes fosse “mantido de pé”. Como houve os enfrentamentos, Seu Vivi retruca: “procuremos o nosso direito, aí achemos”. O direito coletivo ao qual ele se refere é obter a posse do lote de terra que cultivam. Daí em diante, tornar-se-iam pequenos proprietários. As obrigações de rendeiros inexistiriam.

Mas os rendeiros pouco entendem dos trâmites do judiciário. A liderança política, o vereador e a advogada que intermediaram os interesses desses indivíduos não se comprometeram em dar o retorno necessário aos interessados, nem foram procurados para esse fim. “Eles não vem, mais a gente também não vai lá. Não sabe em que pé tá, é por isso que a gente tá assim né”, disse Seu Martin. Ademais, souberam da decisão dos herdeiros de vender a propriedade no segundo semestre de 2011. O clima de incertezas, novamente, pairava sobre aquelas famílias. Nas últimas entrevistas realizadas, escutei duas expressões que davam conta disso. Dona Anacleto, no intento de legitimar seus direitos na divisão das terras da fazenda, categoricamente afirmou: “não sou filha de doutor Humberto, mas

¹⁵⁷ Constituição Federal de 1988. Disponível em: <http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/198/6969.htm>. Acesso em 27 de jan. de 2010.

sou arrendeira”.¹⁵⁸ Dona Cândida diz: “a terra não é de ninguém, Deus emprestou para nós morar”.¹⁵⁹ Ela apela para a concepção camponesa da terra como *dom*, da natureza ou de Deus (OLIVEIRA, 2001).

Alguns impasses foram criados depois da decisão dos herdeiros de venderem a propriedade. Primeiro que a venda não foi totalmente efetivada, pois é preciso resolver a divisão das terras dos rendeiros, que ocupam três áreas na fazenda, conforme é possível visualizar no croqui de localização (capítulo I). Então, a proposta dos herdeiros é que os moradores da região da Serra e do Sururu sejam remanejados para a região do Pindobá. Assim facilitará a venda de toda propriedade, exceto a área reservada para os rendeiros a qual se localiza nas extremidades. Em contrapartida, alguns rendeiros não estão de acordo com esta proposta. Outro empecilho também é que nem todas as famílias constam os nomes na lista que tem direito à divisão das cinco tarefas de terras. Por tudo isso, “tá todo mundo cismado de ir pra o Pindobá. Tá até hoje mexendo assim ninguém sabe o que é que vai resutar. Um já pegou lá o documento, outro não pegou e tá nessa enrolação que ninguém sabe o que é que vai se dar”, esclarece Seu Vivi.

Na observância dos relatos que dizem respeito aos critérios que estão sendo utilizados para a divisão das terras no Pindobá, priorizei alguns que são significativos para compreender as situações diversas vivenciadas pelos moradores. Em entrevista, no dia 18 de janeiro de 2012, Dona Liu expressou tamanha indignação ao explicar que: “arrendeiro que é mais novo de que nós ganhou cinco tarefa de terra. E nós morador véio da fazenda com tantos anos ganhar duas e meia de terra, não dar certo. Desde o tempo do meu avô pagando renda e nós pagando renda também”. Por isso, “já disse até lá no juiz, só saio com cinco tarefa de terra”.

Outra situação similaré o caso dos irmãos Jonas e Josué. SegundoDona Eremita o seu cunhado Josué“pegou esse sorteio que veio duas e meia pra Jonas e duas e meia pra ele. Jonas disse que só queria as cinco tarefa. Josué já foi fazer o documento não conseguiu, porque as cinco tarefa tá no nome de Jonas. Aí pronto ninguém sabe como vai resolver isso”.¹⁶⁰

¹⁵⁸ Entrevista realizada com Anacleto Sande Ribeiro, conhecida como Necreta, ___ anos, em 28 dez. 2011, na Fazenda Engenho Sururu.

¹⁵⁹ Cândida Santos Silva, conhecida como Dinha, 63 anos, em 30 dez. 2012 na Fazenda Engenho Sururu.

¹⁶⁰ Entrevista realizada com Erenita Souza Lima, conhecida como Nita, 30 anos, em 24 mar. 2012 na Fazenda Engenho Sururu.

Com base nos relatos, alguns moradores continuam resistindo para não serem remanejados, pois isso representa deixar para trás a nova casa construída, os vizinhos, o tipo de terra trabalhada e o distanciamento da mata. Como, por exemplo, Seu Severino e sua família que correspondem a mais quatro casas (Joventina – sogra; Jailton, Eliane e Gilvando – filhos). Por outro lado, Seu Vivi aponta alguns motivos para ter construído sua nova casa no Pindobá. Segundo ele “de primeiro não tinha vontade de sair, mas depois eu peguei pensar que a gente já tá na idade, já tá velho aqui. A senhora tá vendo aqui o suburgo né? Agora o que eu e essa criatura vai fazer aqui dentro de um brocotó desse?”.

Para além das famílias que já viviam na região do Pindobá, se juntaram a elas: Vivaldo, Antonio, Gerson, Carlos, Josué, Crisvaldo e suas respectivas famílias. Desse modo, transferir para o Pindobá significa que os então rendeiros se tornaram proprietários, pois legalizaram as propriedades por meio de documentos que comprovam de fato as suas posses mediante a lei. Apesar de muitos já estarem vivendo nas suas cinco tarefas de terra, continuam se identificando enquanto rendeiros. A primeira vista parece uma afirmação de não autonomia, porém, acredito que enfatiza a luta pelos direitos em relação ao tempo vivido e trabalhado na Fazenda. E foi justamente por isso que eles estão conseguindo a posse da terra.

Assim sendo, prossigo tendo em mente que esta história não se esgota, mas recria-se e se transforma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar essa pesquisa, pude perceber, na prática, que a memória é uma reinterpretção constante. Por isso, o intuito foi analisar as memórias e a partir delas construir outras interpretações. Assim, as histórias que por oravos apresentei é uma das muito possíveis sobre as experiências dos trabalhadores rendeiros.

Nas palavras de Delgado, o passado: “apresenta-se como vidro estilhaçado de um vitral antes composto por inúmeras cores e partes. Buscar recompô-lo em sua integridade é tarefa impossível. Buscar compreendê-lo através da análise dos fragmentos é desafio possível de ser enfrentado” (DELGADO 2003: 13). Esta pesquisa consistiu em analisar justamente a partir dos fragmentos as vivências dos sujeitos e suas lutas empreendidas no cotidiano sobre o direito à terra de morada, arrendada e cultivada, bem como o entrelaçamento das relações sociais que constituem a Fazenda Engenho Sururu.

Aprendi muito com os sujeitos da pesquisa que se tornaram também parceiros deste trabalho ao narrar suas histórias de vida. São inúmeras recordações sobre esse processo que compreendem os primeiros contatos, entrevistas, visitas, ligações e outras manifestações de estreitamento de laços construídos ao longo do tempo entre entrevistador e entrevistado.

Lembro-me, por exemplo, do primeiro contato que tive com Seu Moisés. Expliquei o meu interesse de estar ali e ele demonstrou desconfiança manifestada pela frase: “conversa aí primeiro pra eu ver”. Após alguns meses voltei a entrevistá-lo e fui convidada para entrar na sua casa, sinal que passei a ser bem quista naquele ambiente.

Outros se revelaram como narradores excepcionais, como foi o caso de Seu Martim. Não era preciso fazer muitas interferências na entrevista devido a sua *performances* narrativas. Interessante é que ele tinha sempre o cuidado de deixar claro a situação vivida e como ele se portou diante da mesma. Era também um bom anfitrião, juntamente com sua esposa, Dona Maria Alexandrina, o qual fazia questão de reservar um momento para tomar café na cozinha e inverter os papéis comigo dirigindo-me perguntas sobre a minha vida.

Depois que conheci sua filha Iraci, seu genro Isaías, seus netos e bisnetos que moram em Castro Alves, percebi que eram características estendidas a sua família. O momento da entrevista era bastante esperado e comemorado por todos que se reuniam na casa da matriarca. Era de praxis a preparação de um banquete para manifestar a alegria da família em compartilhar suas vivências tanto na Fazenda Engenho Sururu, quanto apresentar suas conquistas na cidade.

Também foi gratificante “quebrar a resistência” de Seu Severino através do diálogo no intuito de desvendar mais sobre suas experiências como vaqueiro. Do mesmo modo, a confiança conquistada de Seu Francisco. Ele narrava cautelosamente, era como se tivesse um cuidado velado em falar do patrão ou dos trabalhadores. Não posso esquecer as contribuições de suas esposas Dona Cândida e Dona Gildete, respectivamente.

Rever Dona Liu proporcionava momentos de aprendizagem sobre a lida com a terra, ao mesmo tempo em que evidenciava sua história de vida marcada pela sua saída da fazenda do seu “pai Darino, com um ano e meio de nascida”. Sempre disposta para narrar suas vivências e dotada de uma alegria peculiar.

Assim como conhecer a trajetória ímpar de Dona Anacleta, especialmente pela sua labuta de criar os filhos sem a presença do pai.

Seu Vivaldo ao rememorar sua trajetória de vida se intitulava como homem direito que honra a palavra e é trabalhador. Prova disso, ele enfatizava que começou a trabalhar desde os doze anos no “alugado”.

Poderia comentar um a um os sujeitos da pesquisa, porém esse não é o objetivo. No entanto, posso garantir que todos, sem exceção, contribuíram para viabilidade desse trabalho. Os que compareciam na janela do vizinho pela curiosidade em saber o motivo da minha presença ali; outros que acabavam participando da conversa; aqueles que me receberam nas suas casas; como os que conversaram comigo de maneira informal sem a presença do gravador e, de maneira geral, o rápido contato que tive com todas as famílias quando fiz o trajeto em todas as casas para realização do croqui de localização.

Acredito assim como Maluf que “cabe o historiador tentar ir além do que foi lembrado, ir além do que foi escolhido e retirar das sombras o que não foi recordado,

o que não foi escolhido. (...) É como um 'reimaginar o já imaginado'" (MALUF, 1995: 45). Este exercício move a pesquisa e conseqüentemente a escrita da História.

Esse texto é delimitado pelo tempo histórico, todavia não quer dizer que esgotam as possibilidades de estudos. Pelo contrário, permite certamente que novas questões sejam lançadas através dos desdobramentos das experiências dos trabalhadores rendeiros da Fazenda Engenho Sururu, tais como: se de fato irá acontecer o remanejamento de todas as famílias para a região do Pindobá? Em que medida os laços de aparentados estabelecidos serão mantidos no decorrer do tempo? Assim como Dona Maria Alexandrina que vendeu o seu lote de cinco tarefas de terras, será que os demais rendeiros também irão preferir outros lugares, ou permanecerão no mesmo espaço? E, ainda, como as outras pessoas, de modo especial, os fazendeiros da região analisam a conquista dos rendeiros em terem a posse da terra?

Assim, ainda há muito para ser estudado sobre essas populações e sobre as formas de trabalho configuradas nas áreas rurais. Essa pesquisa pretendeu contribuir para esse campo historiográfico, bem como evidenciar experiências de sujeitos, os quais têm uma relação histórica com a terra, inseridas no mundo do trabalho, mas que só agora estão conseguindo com muita luta e de forma tardia a posse da mesma.

FONTES

Impressas

Enciclopédia dos municípios brasileiros, volume XXI no Arquivo Público do Estado da Bahia – APEBA.

Inventário 1.248/469/4 Lucas de Queiroz Pinto 1853/1860. APEBA – Sessão de Arquivo Judiciário. Inventários/Testamentos Alcobaça – Amargosa.

Inventário 1/2175/2644/12 de Francisco Oliveira Guedes 1859/1859. APEBA – Sessão de Arquivo Judiciário. Inventários/Testamentos Alcobaça – Amargosa.

Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Santana do Rio da Dona iniciado em 09 de junho de 1970 a 09 de maio de 1976.

Livro de Registro de Batismo nº 28 da Paróquia de Varzedo iniciado em 07 de fevereiro de 1982 a 19 de agosto de 1984.

Mandado de Citação nº16/2002 Ação de Reintegração de Posse de ordem do Exmo. Sr. Dr. Josiel de Oliveira dos Santos – Juiz de Direito da 3ªVara Cível e Comercial desta Comarca do Estado Federado da Bahia, etc. Cedido pelo casal, Maria Alexandrina de Jesus e Martim Silva Jesus no dia 25 de set. 2007.

Mandado de Notificação e Interpelação Judicial nº 114/2001, movida pelo Espólio do Dr. Humberto Guedes contra rendeiros da Fazenda Sururu de ordem do Exmo. Sr. Dr. Josiel de Oliveira dos Santos – Juiz de Direito da 3ªVara Cível e Comercial desta Comarca do Estado Federado da Bahia, etc. Cedido pelo casal, Maria Alexandrina de Jesus e Martim Silva Jesus no dia 25 de set. 2007.

Monsenhor Gilberto Vaz Sampaio em: Comunidade de Vargem Grande da Paróquia de Santo Antonio de Jesus – BA. Antes da criação da diocese, p. 106.

Registro de Sesmarias, páginas 238/240 – APEBA. Encontrado nas p. 117-118 no livro “A Capela do Padre Matheus” do memorialista Fernando Pinto de Queiroz, 1995.

Registro de Terra da Fazenda pode ser encontrado transcrito pelo memorialista Monsenhor Gilberto Vaz Sampaio em: Comunidade de Vargem Grande da Paróquia de Santo Antonio de Jesus – BA. Antes da criação da diocese, p. 105.

Iconográficas

Fotografias da pesquisa de Campo, entre 2006 a 2013.

Fotografias do acervo da Prefeitura Municipal de Varzedo, 2006.

Fotografias do Projeto: *“Nossas Graças e Desgraças - Leitura do Mundo através de Imagens”* do professor Adenailton Almeida, 2005.

Fotografias dos álbuns das famílias dos rendeiros.

Orais

1. Anacleta Sande Ribeiro, conhecida como Necreta, (idade não informada), em 10 out. 2007 e 28 dez. 2011, na Fazenda Engenho Sururu.
2. Cândida Santos Silva, conhecida como Dinha, 63 anos, em 24 jan. e 30 dez. 2012, na Fazenda Engenho Sururu.
3. Carlos Almeida Mascarenhas, conhecido como Carlinhos, (idade não informada), 03 dez. 2006, na Fazenda Engenho Sururu.
4. Dalva Lemos dos Santos, 48 anos, 10 out. 2007 na Fazenda Engenho Sururu.
5. Ediel de Jesus, 29 anos em 24 de mar. 2012, na feira livre de Castro Alves.
6. Erenita Souza Lima, conhecida como Nita, 24 anos, em 03 dez. 2006 e em 24 de jan. na Fazenda Engenho Sururu.
7. Estelita de Jesus, conhecida como Liu, 59 anos em 25 set. 2007 e 24 mar. 2012 na Fazenda Engenho Sururu.
8. Faustina Rita de Jesus, 51 anos, em 03 dez. 2006 na Fazenda Engenho Sururu.
9. Francisco Assis de Jesus, conhecido como Francisquinho, 75 anos, em 30 dez 2011 e 01 maio 2012 na Fazenda Engenho Sururu.
10. Gerson Almeida Gonçalves, 70 anos, em 24 jan. 2012 na Fazenda Engenho Sururu.
11. Helena Maria de Jesus, 66 anos, em 10 de out. 2007, na Fazenda Engenho Sururu.
12. Isaias Almeida Aragão, 60 anos, em 19 jan. 2012, na cidade de Castro Alves.
13. João dos Santos, 75 anos, em 18 jan. 2012, na Fazenda Engenho Sururu.
14. Jonas Almeida de Jesus, 39 anos, em 03 de dez. 2006 na Fazenda Engenho Sururu.
15. Joventina Maria da Silva, conhecida como Moça, 100 anos, em 31 jan. 2012, na Fazenda Engenho Sururu.

16. Maria Alexandrina de Jesus, 71 anos, em 25 set. 2007, na Fazenda Engenho Sururu. E em 19 jan. 2012, na cidade de Castro Alves.
17. Martim Silva Jesus, conhecido como Martim do Pé da Serra, 75 anos, em 25 set. 2007, (falecido em 2008) na Fazenda Engenho Sururu.
18. Moisés Malaquias Ribeiro, 66 anos, em 10 de out. 2007 na Fazenda Engenho Sururu.
19. Odete Aragão Cardoso, conhecida como Zete, em 19 jan. 2012, na cidade de Castro Alves.
20. Severino de Almeida Silva, 60 anos, em 10 out. 2007, na Fazenda Engenho Sururu.
21. Vera Lúcia Costa Nascimento de Jesus, 36 anos, em 10 de out. 2007 na Fazenda Engenho Sururu.
22. Vivaldo de Jesus, conhecido como Vivi, 74 anos em 24 de jan. 2012 na Fazenda Engenho Sururu.

Outras entrevistas

1. Ana Rita Miranda, 31 anos, (atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Varzedo), em 03 de fev. 2012, na cidade de Varzedo.
2. Monsenhor Gilberto Vaz Sampaio, 80 anos, no dia 27 nov. 2007 na cidade de Varzedo, [falecido em maio de 2008].

Outras fontes

<http://www.funasa.gov.br/site/museu-da-funasa/sucam/>. Acesso em novembro de 2012.

<http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=672>. Acesso em novembro de 2012.

<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/198/6969.htm>. Constituição Federal de 1988. Acesso em 27 de jan. de 2010.

Histórico da Assembleia Legislativa da Bahia.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE do censo de 2010.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Isaias de Almeida. *Matas do Sertão de Baixo*. Roper Editora. 1967.
- AMORIM, Jorge. *Imaginação que deu certo*. Processo de emancipação de Varzedo: local, região, política e criação de um município da Bahia, Brasil (1985 – 1989).(dissertação de mestrado em História Contemporânea) Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História. Lisboa, 2009.
- ANDRADE, Josiane Thethê. *O Tabuleiro das vendas: cotidiano de um povo marcado pelas lojas nas roças*. (Dissertação de mestrado em História Regional e Local) UNEB. Santo Antonio de Jesus. 2010.
- BARICKMAN, B.J; BORGES. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BARROS, Wellington Pacheco Barros. *Contratos de Arrendamento Rural, doutrina, jurisprudência, prática*. Porto Alegre. Livraria do Advogado, 1998.
- BENJAMIN, Walter. A oralidade da linguagem: IN: *Oralidade e cultura escrita: A tecnologização da palavra*. São Paulo, 1998.
- _____. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e historia da cultura*. 3.ed São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SANTOS, Boaventura de Souza *apud* Margarida Maria Moura. *Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos da expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais*. São Paulo: Hucitec,1988.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3ª ed Sao Paulo: T. A. Queiroz, Ed. da USP, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: *Usos & abusos da historia oral*. Janaína Machado e Marieta de Moraes Ferreira, coordenadoras. 8.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BULST, Neithard. *Sobre o objeto e o método da prosopografia*. Politeia. Hist. e Soc., Vitória da Conquista, v.5, n.1, pp. 47-67, 2005.
- CALDAS, Mayra Sara Teixeira. *Monsenhor Gilberto Vaz Sampaio: uma importante liderança na construção político-social no Recôncavo sul baiano 1952 a 2008*.(Dissertação de mestrado em História Regional e Local) UNEB. Santo Antonio de Jesus. 2011.
- CASTELLUCCI JÚNIOR, Wellington. *Pescadores e roceiros: escravos e forros em Itaparica na segunda metade do século XIX (1860-1889)*. São Paulo: AnnaBlume: FAPESP, 2008.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.) *Domínios da história*. Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CODES, Silvia Correia de. *Historia de antigamente: cultura e memória nas lavras diamantinas*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, 2011.

DELGADO, Guilherme C., CARDOSO JR., José Celso. *O Idoso e Previdência Rural no Brasil: a experiência recente da universalização*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0688.pdf>.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História Oral e Narrativa: tempo, memória e identidades. In: *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, nº 6, jun. 2003 – São Paulo.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Famílias japonesas em São Paulo: memória local e memória de grupo. In: *História Oral um espaço plural*. Orgs: Antonio Torres Montenegro e Tania Maria Fernandes. 2001.

ESTRELA, Ely Souza. *Três felicidades e um desengano: a experiência dos beradeiros de Sobradinho em Serra do Ramalho –Ba.*Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-graduados em História. PUC, São Paulo, 2004.

FENELON, Déa Ribeiro. E. P. Thompson – História e Política. In: Projeto de História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC, nº 12, São Paulo: EDUC.1995.

FERREIRA, Marieta Morais. *História do tempo presente: desafios*. Cultura Vozes v.94, n.3. Petrópolis: Vozes, 2000.

FILHO, Walter Fraga. *Encruzilhadas da Liberdade. Histórias de Escravos e Libertos na Bahia (1870-1910)*.Campinas, São Paulo. Ed. da UNICAMP, 2006.

GARCIA JR, Afranio Raul. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*.Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____, Afrânio Raul. *O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero, Brasília: Ed. Universidade de Brasília: MCT-CNPq, 1990.

GENOVESE, Eugene D. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GODOI, Emília Pietrafesa de. *O trabalho da memória*. Cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas, SP. ED da Unicamp, 1999.

GOMES, Liliane Maria Fernandes Cordeiro. *Helvécia – homens, mulheres e eucaliptos (1980 – 2005)*.(Dissertação de mestrado em História Regional e Local) UNEB. Santo Antonio de Jesus. 2009.

GLÓRIA, Priscila Santos da. *Entre a roça e a cidade: trabalho, trajetórias e memórias de migrantes em Itabuna, BA (1960-1990)*. (Dissertação de mestrado em História Regional e Local) UNEB. Santo Antonio de Jesus. 2011.

HERIDEIA, Beatriz Maria Alásia de. *A Morada de Vida: trabalho familiar de pequenos produtores rurais do nordeste brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 7ª reimpressão, Ed. Companhia das Letras – São Paulo 1999.

JESUS, Elmo Manuel de. *Emancipação Municipal: uma estratégia para o desenvolvimento local? O caso de Varzedo/BA*. (Dissertação de mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional, UNEB). Santo Antonio de Jesus, 2008.

KHOURY, Yara Aun. Campo Cidade. In: Projeto de História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC, nº 19, São Paulo: EDUC.1999, p. 9.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e historia*. São Paulo: Ática, 1989.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. In: In: Projeto de História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC, nº 16, São Paulo: EDUC.1998.

LEITE, Miriam Moreira. *Fotografia e memória* (entrevista com autora). Revista Antropológicas, ano 13, vol. 20(1+2): 339-354 (2009).

_____, Miriam Moreira. *Retratos de família: leitura da fotografia histórica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: *Usos & abusos da historia oral*. Janaína Machado e Marieta de Moraes Ferreira, coordenadoras. 8.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.) *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.

MAUAD, Ana Maria. Passado Composto: palavras e imagens, a intertextualidade em história oral. In: *História Oral um espaço plural*. Antonio Torres Montenegro e Tania Maria Fernandes (orgs.). Recife: Universitária; UFPE, 2001.

MOURA, Margarida Maria. *Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos da expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais*. São Paulo: Hucitec, 1988.

NEIVA Jr., Eduardo. *A imagem*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

OLIVEIRA, Bernadete Castro. *Tempo de travessia, tempo de recriação: os camponeses na caminhada*. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300019.

OLIVEIRA, Joseane Bispo de. *Trabalho e sociabilidade no sertão da Bahia: as “quebras” e “tiras” de licuri*. (Dissertação de mestrado em História Regional e Local) UNEB. Santo Antonio de Jesus. 2009.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: Projeto de História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC, nº 49, São Paulo: EDUC. 1997

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Campesinato Brasileiro – ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes Ltda., 1976.

RIOS, Ana Lugão, MATTOS, Hebe Maria. *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. RJ: Civilização Brasileira, 2005.

SAMPAIO, Gilberto Vaz. *Emancipação de Varzedo – Quatro Anos de Luta*. Gráfica Exemplar. Santo Antônio de Jesus. 2007.

SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. In: *Revista Brasileira*. São Paulo. 1990.

SANTANA, Charles D’Almeida. *Fatura e Ventura Camponesas, trabalho, cotidiano e migrações – Bahia: 1950-1980*. São Paulo, Annablume, 1998.

_____, Charles D’Almeida. *Linguagens urbanas, memórias da cidade: vivências e imagens da Salvador de migrantes*. São Paulo: Annablume, 2009.

SANTOS, Reginaldo Pereira dos. *As fronteiras territoriais não limitam nossa identidade: a questão da identidade cultural e territorial das comunidades da Sucupira e do Tabuleiro do Castro com Varzedo/Ba.* (Monografia do Curso de Licenciatura em Geografia), UNEB/Campus V, 2010.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SOUZA, Edinéia Maria Oliveira. *Memórias e Tradições: viveres de trabalhadores rurais do município de Dom Macedo Costa – Bahia, (1930 a 1960)*. Dissertação Mestrado - Programa de Pós-graduação em História Social. São Paulo: PUC, 1999.

_____, Edinéia Maria Oliveira. *Cruzando memórias e espaços de cultura: Dom Macedo Costa – Bahia (1930 – 1960)*. In: Projeto de História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC, nº 18, São Paulo: EDUC. 1999.

_____, Edinéia Maria Oliveira. *Pós-abolição na Bahia. Hierarquias, lealdades e tensões sociais em trajetórias de negros e mestiços de Nazaré das Farinhas e Santo Antonio de Jesus 1888/1930*. Tese (doutorado) - UFRJ/ Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/ Programa de Pós-graduação em História Social, 2012. Rio de Janeiro.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. p. 9, v. 1.

_____, Patrícios e plebeus. In: *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____, *Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. (trad.) S. Paulo, Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado - História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, Alistair. *Recompondo a Memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias*. In: Projeto de História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC, nº 15, São Paulo: EDUC.1997.

VASCONCELLOS, Regina Ilka Vieira. *Oralidade e Tradição Oral na Caatinga: experiências do sertanejo cearense com assombrações*. Editora da PUC, São Paulo. 2001.

WEBER, Andrea Franciele e DEVÉNS, Priscila. *O rádio no meio rural: consumo de programas radiofônicos rurais por agricultores do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <http://radioleituras.files.wordpress.com/2010/12/radioleituras31.pdf>

WILLIAMS, Raymond Britto. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WOORTMANN Ellen F. *Herdeiros, Parentes e Compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste*. São Paulo: HUCIT, 1995.

WOORTMANN, Klaas. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Brasília: CNPq, 1987.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: a "literatura" medieval*. São Paulo. Cia. Da Letras, 1993.

_____, Paul. *Performance, Recepção, Leitura*. São Paulo: EDUC, 2000.

ANEXOS**TABELA 01 – MORADORES DA FAZENDA ENGENHO SURURU – JAN 2012.**

	NOMES	IDADE	TEMPO FAZENDA	NOMES DOS PAIS / LOCAL PARTIDA	LOCAL
1	FAUSTINA RITA DE JESUS	57	#	#	SERRA
	GERSON ALMEIDA GONÇALVES	70	#	#	
2	ANTONIO DE JESUS SOUZA - (Marreco)	#	MDC	#	SERRA
	TERESINHA DO AMOR DIVINO SOUZA	#	NF	Filha de Rufino Bispo de Jesus e Hilda do Amor Divino	
3	VIVALDO DE JESUS - (Vivi)	74	M	Fortaleza - Varzedo	SERRA
	IDÁLIA MARIA DE SOUZA	71	MDC	Braga - Varzedo	
4	CARLITO	46	NF	Filho de Vivaldo de Jesus e Elisia	SERRA
	MARINALVA	45	MDC	Elísio Medrado	
5	JONAS ALMEIDA DE JESUS	45	NF	Filho de Rufino Bispo de Jesus e Hilda do Amor Divino	SERRA
	ERENITA SOUZA LIMA - (Nita)	30	MDC	Baixa Grande – Elísio Medrado	
6	CARLOS ALMEIDA MASCARENHAS	#	NF	Filho de Rogaciana do Amor Divino e Francisco M. de Almeida	SERRA
7	JOSUÉ ALMEIDA DE JESUS	#	NF	Filho de Rufino Bispo de Jesus e Hilda do Amor Divino	SERRA
	CRISTINA DOS SANTOS	#	MDC	Elísio Medrado	

8	ANTONIO DE JESUS SANTOS	49	NF	Filho de Alcibides Cardoso dos Santos e Maria de Jesus Santos	SURURU
	MARIA LÚCIA DE ALMEIDA	53	MDC	Varzedo	
9	ROQUE DE JESUS DOS SANTOS	#	NF	Filho de Alcibides Cardoso dos Santos e Maria de Jesus Santos	SURURU
	IVANICE COSTA DE JESUS	40	NF	Filha de Apolinário Santos Costa de Jesus e Helena Mª de Jesus	
10	JOVENTINA MARIA DA SILVA	100	M	Fazenda Darino (Rio do Peixe) Varzedo	SURURU
11	JOILTON SANTOS SILVA	41	NF	Filho de Severino de Almeida Silva e Cândida Santos Silva	SURURU
	MARLENE LOBO SILVA	41	MDC	Caipora – Castro Alves	
12	GILVANDO SANTOS SILVA	36	NF	Filho de Severino e Cândida	SURURU
	MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA SANTOS	35	MDC	Palmeiras – Castro Alves	
13	SEVERINO DE ALMEIDA SILVA	64	NF	Filho de Martiniano Simão da Silva e Estelina de Almeida Silva.	SURURU
	CÂNDIDA SANTOS SILVA	63	MDC	Fazenda Darino (Rio do Peixe) Varzedo	
14	RENATO CARDOSO COSTA	40	NF	Filho de Crispim e Maridalva	SURURU
	ELIENE SILVA COSTA	36	NF	Filha de Severino de Almeida Silva e Cândida Santos Silva	
15	JOEL COSTA NASCIMENTO	#	NF	Filho de Crispim e Maridalva	SURURU
	MARIDALVA (DAU)	#	NF	Filha de Vivaldo de Jesus e Elísia	
16	APOLINÁRIO SANTOS C. DE JESUS - (Naro)	#	M	Rio da Dona	SURURU
	HELENA MARIA DE JESUS	#	M	Fazenda Odilon (Rio do Peixe) Varzedo	
17	MOISÉS MALAQUIAS DE JESUS	72	M	Rio do Peixe - Varzedo	SURURU
	DALVA LEMOS DOS SANTOS	53	MDC	Boa Vista - Castro Alves	
18	JOÃO DOS SANTOS	75	M	Fazenda Lochave e Herculana	SURURU
	ANACLETA SANDE RIBEIRO - (Necreta)	#	M	#	
19	CRISVALDO SENA DE JESUS	40	NF	Filho de Crispim e Maridalva	SURURU

	VERA LÚCIA COSTA NASCIMENTO DE JESUS	36	NF	Filha de Vivaldo de Jesus e Elísia	
20	ESTELITA DE JESUS - (Liu)	63	M	Fazenda Darino (Rio do Peixe) Varzedo	SURURU
21	MARGARIDA MARIA DE JESUS	85	M	Fazenda Darino (Rio do Peixe) Varzedo	SURURU
22	MARTIM SILVA JESUS (Martim do pé da Serra)	03/03/1932	M	Fazenda Clarino Rodrigues (Melado) Varzedo	SURURU
	MARIA ALEXANDRINA DE JESUS	03/06/1936	M	Fazenda Clarino Rodrigues (Melado) Varzedo	
23	FRANCISCO ASSIS DE JESUS - (Francisquinho)	13/01/1936	M	Fazenda Santana do Rio da Dona – Varzedo	PINDOBÁ
	GILDETE FREITAS DE JESUS	#	M	Fazenda Santana do Rio da Dona – Varzedo	
24	JOSÉ BARBOSA DOS SANTOS	#	MDC	#	PINDOBÁ
25	CELESTINO SOUZA SOARES	83 ANOS	M	Ipirá	PINDOBÁ
26	MANOEL SANTANA SOARES - (Manolito)	#	M	Filho de Celestino Souza Soares/ Ipirá	PINDOBÁ
	TERESINHA	44	MDC	Ripiada – Varzedo	
27	MANOEL FREITAS DE JESUS	#	NF	Filho de Francisco e Gildete	PINDOBÁ
	PATRÍCIA	#	MDC	Dendê – Varzedo	
28	LEONILDO SANTANA SOARES – (Lió)	41	M	Filho de Celestino / Ipirá	PINDOBÁ
	GILVANETE CARDOSO DOS SANTOS	28	DC	Vargem – Castro Alves	
29	EDIEL DE JESUS	29	NF	Filho de Clementino e Ana	PINDOBÁ
	ELAINE SILVA COSTA	18	NF	Filha de Renato e Eliene	
30	ANTONIO DE JESUS SANTOS - (Nequinha)	#	#	#	PINDOBÁ
	ANA MARIA DE JESUS	67	#	#	
31	AURINO DE JESUS	62	M	Serpente – Varzedo	PINDOBÁ
	NELCI ARAGÃO DE JESUS	#	MDC	#	

32	LINDOMAR SILVA SOUZA	#	MDC	Leal – Varzedo	PINDOBÁ
	ELIZETE SOARES DOS SANTOS	32	NF	Filha de Antonio (Nequinha) e Aurelina Soares dos Santos	
33	GILSON EVANGELISTA SANTANA	35	DC	Dendê – Varzedo	PINDOBÁ
	IRENE SOARES DOS SANTOS	39	NF	Filha de Antonio (Nequinha) e Aurelina Soares dos Santos	
34	ALMIRO COSTA DE NASCIMENTO	34	NF	Filho de Crispim e Maridalva	PINDOBÁ
	EDNA DE JESUS GONÇALVES	32	NF	Filha de Gerson Almeida Gonçalves e Faustina Rita de Jesus	
35	ADAILTON GUILHERMINO DE JESUS	32	NF	Filho de Adelino Guilhermino de Jesus e Cecília A. de Jesus	PINDOBÁ
	MARLENE FREITAS DE JESUS	34	NF	Filha de Francisco Assis de Jesus e Gildete Freitas de Jesus	
36	CESÁRIO GUILHERMINO DE JESUS	#	#	#	PINDOBÁ
	BECA	#	M	Filha de Celestino Souza Soares/ Ipirá	
37	MANOEL GUILHERMINO DE JESUS	#	#	Filho Adelino Guilhermino de Jesus e Cecília Augusta de Jesus	PINDOBÁ
38	ADELINO GUILHERMINO DE JESUS	57	#	#	
	CECÍLIA AUGUSTA DE JESUS	52	#	#	PINDOBÁ

LEGENDA:# (SEM INFORMAÇÕES)

NF (NASCEU NA FAZENDA)

MDC (MIGRANTE DEPOIS DO CASAMENTO)

M (MIGRANTE)

OBSERVAÇÃO: A IDADE ESTÁ DE ACORDO A ÚLTIMA ENTREVISTA REALIZADA.